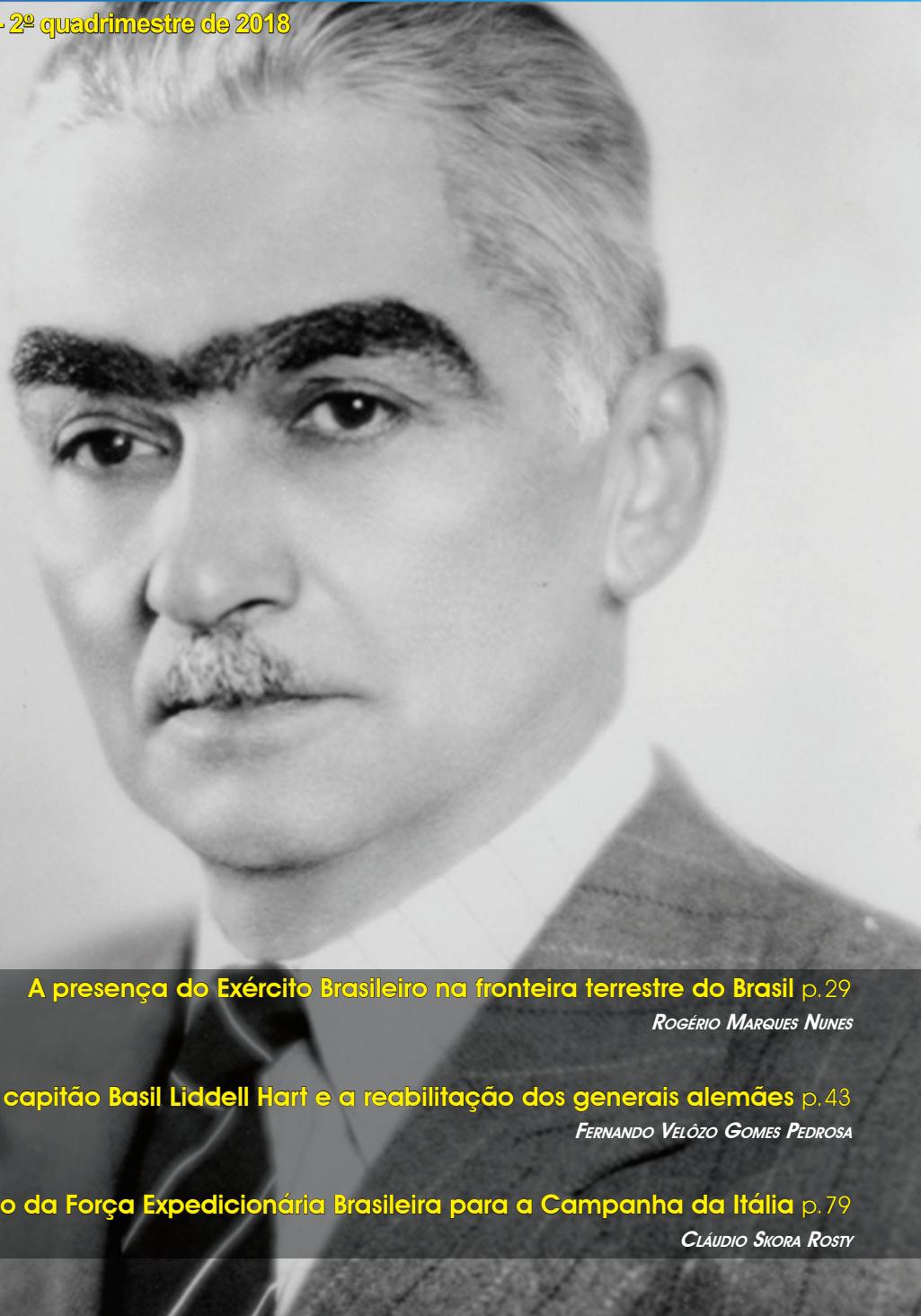




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

 Ano CV – Nº 836 – 2º quadrimestre de 2018



A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil p.29

ROGERIO MARQUES NUNES

O capitão Basil Liddell Hart e a reabilitação dos generais alemães p.43

FERNANDO VELÓZO GOMES PEDROSA

Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália p.79

CLÁUDIO SKORA ROSTY

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Div Riyuzo IKEDA

Editor

Ten Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEEx

Corpo Redatorial

Edson Diehl Rípoli (presidente)
Carlos Eduardo De Franciscis Ramos
José Maria da Mota Ferreira
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Fernando Velóz Gomes Pedrosa (editor executivo)
Carlos Eduardo de Moura Neves
Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão

Hellograf

Direção, edição e distribuição

BIBLIEEx

Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marçilio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acelta-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para a ECEME** (adefesanacional@gmail.com)

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos
será feita na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

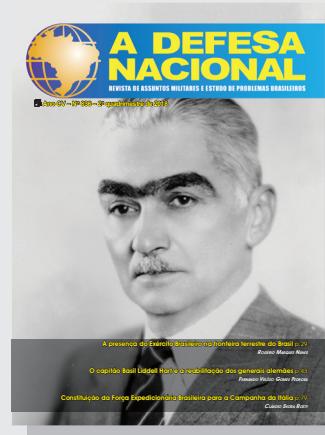


Fac-Símile da portada do N° 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**

Nossa Capa

Homenagem ao escritor e editor Monteiro Lobato pela passagem dos 70 anos de sua morte, em julho de 1948, em São Paulo-SP.
Reprodução obtida na Internet (domínio público).

Tratamento de imagem e diagramação: Julia Duarte



EDITORIAL

Prezados leitores,

Há décadas, os governos brasileiros perderam a visão de um projeto para o país e a capacidade de elaborar e executar planejamento estratégico de longo prazo, com foco nas próximas gerações. Projetos de Estado e perspectivas de longo prazo, que foram a marca do Brasil entre as décadas de 1940 e 1970, foram abandonados desde a instalação da Nova República, deixando o país à deriva e sem um rumo definido pela visão da liderança política. Para as novas gerações, fica a impressão de que somos incapazes de conduzir nossos destinos, sendo apenas vítimas da ação das grandes potências mundiais. O artigo do professor João Miguel Villas-Bôas Barcellos, *Em busca de uma Grande Estratégia: uma análise do complexo industrial-militar e da política nuclear no período Geisel*, demonstra como o governo do presidente Geisel foi capaz de desenvolver uma estratégia de superação da dependência nos campos dos equipamentos militares e do domínio do ciclo de enriquecimento atômico, garantindo um razoável grau de autonomia do país nessas áreas sensíveis.

No segundo artigo desta edição, o tenente-coronel Túlio Endres da Silva Gomes discorre sobre as práticas humanitárias adotadas pelas forças luso-brasileiras e brasileiras nas guerras que formaram nossa nacionalidade, destacando como a prática de princípios como humanidade, distinção, limitação e respeito aos civis e aos prisioneiros de guerra, bem como o ensino das normas de guerra humanitária nas escolas militares brasileiras, contribuíram para a formação do Direito Internacional Humanitário no Brasil e no mundo.

O artigo *A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil*, do coronel Rogério Marques Nunes, trata da importância de manter uma fronteira viva e em segurança com países vizinhos, com o comprometimento de diversos órgãos do Estado, destacando o papel do Exército Brasileiro no desenvolvimento da faixa de fronteira.

O teórico militar e historiador britânico Basil H. Liddell Hart foi uma das maiores autoridades mundiais em assuntos militares ao longo do século XX, mas sua atividade intelectual também o envolveu em controvérsias. O artigo do coronel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa mostra como Liddell Hart usou as ligações que estabeleceu com generais alemães após a Segunda Guerra

Mundial para enaltecer suas teorias militares, buscando, ao mesmo tempo, eximir a alta oficialidade alemã de responsabilidades pelos crimes cometidos contra prisioneiros de guerra e populações civis nos países ocupados.

O artigo do major Luiz Eduardo Maciel Lopes busca compreender como se manifestaram aspectos culturais brasileiros durante a participação da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, em 1944 e 1945. O estudo do tipo ideal “homem cordial”, descrito por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930, permitiu compreender algumas características marcantes da identidade do brasileiro que foi combater na Itália.

Esta edição também traz a contribuição de um dos instrutores estrangeiros da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o tenente-coronel Andrew Sanders, do Exército dos Estados Unidos. Seu artigo examina o tipo de liderança que se espera dos oficiais de estado-maior, destacando a capacidade de fazer amigos, constituir equipes de trabalho e liderar pelo relacionamento, a fim de propagar ideias, ganhar apoio e cumprir missões em ambientes complexos. Sanders destaca a responsabilidade do oficial de estado-maior em assegurar o futuro da instituição, valendo-se da orientação aos oficiais mais jovens, da publicação de trabalhos profissionais e de lições aprendidas.

O coronel Juarez Guina Fachina Junior, valendo-se de sua experiência como instrutor na Escola Superior das Forças Armadas do Reino da Espanha, nos traz o artigo *A difusão da Cultura de Defesa na Espanha e sua aplicabilidade no Brasil*. O artigo mostra alguns dos meios utilizados pela Espanha para difundir na sociedade espanhola a Cultura de Defesa, avaliando como alguns desses meios podem ser aplicados no Brasil.

Esta edição de *A Defesa Nacional* fecha com o artigo *Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália*, de autoria do coronel Cláudio Skora Rosty, que discorre sobre as atividades desenvolvidas na fase de preparação, com ênfase na mobilização nacional, na concentração de meios e na organização da FEB.

A equipe editorial e o corpo redatorial de *A Defesa Nacional* comprazem-se em fazer chegar às mãos de seus leitores mais uma edição desta revista, e fazem votos de que sua leitura sirva de estímulo ao desenvolvimento profissional dos leitores militares e ao debate sobre o tema da Defesa na comunidade acadêmica e na sociedade em geral.

Desejamos a todos uma boa leitura!

SUMÁRIO

Em busca de uma Grande Estratégia: uma análise do complexo industrial-militar e da política nuclear no período Geisel	4
<i>João Miguel Villas-Bôas Barcellos</i>	
O Exército Brasileiro e as origens do Direito Internacional Humanitário	22
<i>Túlio Endres da Silva Gomes</i>	
A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil	29
<i>Rogério Marques Nunes</i>	
O capitão Basil Liddell Hart e a reabilitação dos generais alemães	43
<i>Fernando Velôzo Gomes Pedrosa</i>	
A cobra fumou: o homem cordial venceu na Itália	51
<i>Luiz Eduardo Maciel Lopes</i>	
Perspectivas sobre liderança como oficial do QEMA: como fazer amigos e influenciar pessoas	61
<i>Andrew Sanders</i>	
A difusão da Cultura de Defesa na Espanha e sua aplicabilidade no Brasil	66
<i>Juarez Guina Fachina Junior</i>	
Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália	79
<i>Cláudio Skora Rosty</i>	

Em busca de uma Grande Estratégia

Uma análise do complexo industrial-militar e da política nuclear no período Geisel

*João Miguel Villas-Bôas Barcellos**

Introdução

O que motivou Geisel a aprofundar o projeto “Brasil Grande Potência” e como a segurança se tornou peça estratégica disso?

Essa pergunta é fundamental para entendermos a ênfase que ocorre durante a gestão Geisel no que se refere à segurança. O pensamento militar brasileiro já gestava a ideia de transformação do país em uma potência mundial autônoma, mas faltava criar os instrumentos materiais mais adequados de poder, como um complexo industrial-militar que transformasse qualitativamente as capacidades materiais dissuasórias do país. Nesse sentido, o regime civil-militar de 1964 foi o cenário propício para a imposição de uma agenda de segurança e desenvolvimento à nação. Todavia, o primeiro governo do regime, Castello Branco (1964-67), implementou uma interpretação do binômio estratégico “segurança e desenvolvimento” de maneira pouco autônoma e demasiadamente alinhada aos interesses norte-americanos.¹ A partir de Costa e Silva (1967-69) a interpretação do binômio passará a ganhar uma conotação mais nacionalista, tendo, no

governo Geisel (1974-79), atingido seu ponto alto (BANDEIRA, 2013).

O governo do presidente Ernesto Geisel talvez tenha sido um dos mais centralizadores da história republicana brasileira. Grandes decisões eram tomadas sem consulta ao Conselho de Segurança Nacional ou mesmo ao alto comando das Forças Armadas. Isso se deu na política econômica, quando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) se tornou uma prioridade — mesmo com a crítica de muitos — na política externa, quando Geisel não se constrangeu em reconhecer países comunistas como legítimos atores no sistema internacional e principalmente no acordo nuclear com a Alemanha Ocidental (BANDEIRA, 2013).

Tentaremos demonstrar, ao longo do trabalho, a maneira como a segurança foi pensada como um dos pilares de uma “Grande Estratégia” do governo Geisel, tendo em vista a clara intenção de transformação do gigante tropical em uma potência mundial. Não obstante, é necessário elucidar o que vem a ser uma “Grande Estratégia”.

Murray advoga que nem todo Estado pode se dar ao luxo de pensar em uma, apenas os grandes (MURRAY, 2010, p. 75).

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br)

Podemos considerar o Brasil, à época de Geisel, um grande Estado? Se levarmos em conta sua rica história cultural e civilizacional, seu amplo território e riquezas naturais, poder militar médio, pujança econômica e desenvolvimento tecnológico em ascensão, parece que sim, esses atributos dariam ao país a condição de grande Estado — não de grande potência, vale ressaltar. Ao mesmo tempo, o autor estadunidense entende que o termo “Grande Estratégia” não é definido com absoluta satisfação, no entanto, deixa claro que o termo se vincula à capacidade de planejar e executar os meios e fins desejados pelo Estado. Nas palavras do próprio autor:

Above all, grand strategy demands an intertwining of political, social, and economic realities with military power; as well as a recognition that politics must in nearly all cases drive military necessity. (MURRAY, 2010, p. 79-80)

Ou seja, uma estratégia que abrange uma política econômica autônoma, uma capacidade científica robusta, uma política externa ativa, pragmática e sem constrangimentos; e o desenvolvimento de meios militares adequados. Podemos constatar uma clara preocupação de Geisel e mesmo do pensamento estratégico militar — que vinha desenvolvendo- se desde o início do século XX — com essas questões. Neste trabalho, privilegiaremos apenas o pilar militar-estratégico, todavia, abordaremos elementos da política externa e científica em paralelo nos tópicos.

Breve introdução ao pensamento militar estratégico brasileiro: nacionalismo, desenvolvimento e modernização autoritária

Ao longo do processo de desenvolvimento nacional, salta aos olhos a profunda participação da burocracia militar — o Exército, notadamente — no mesmo. Desde os “Jovens Turcos”, passando pelo movimento tenentista, amadurecendo pela “Doutrina Góes Monteiro” e se consolidando com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o Exército buscou construir os meios no aparato estatal de transformação estrutural da nação.² Haveria, desse modo, uma percepção, de cunho realista,³ e mesmo hobbesiana, segundo Oliveira Ferreira,⁴ acerca do sistema internacional, o que conferiria um caráter geopolítico às ações políticas e econômicas do Estado. Exemplo desta percepção é a tentativa de associar segurança ao desenvolvimento, como pensado nas doutrinas militares, não seria possível pensar um sem o outro (TREVISAN, 1985, p. 41).

O grande desejo dos militares, exemplificado nas doutrinas acima, era o de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. O considerável potencial material do país, o amplo e rico território não poderia deixar de ufanar muitos nacionalistas. Porém, a realidade do subdesenvolvimento e as mazelas sociais não refletiam o desejo de grandeza. Desse modo, surge uma mentalidade desenvolvimentista autoritária, no meio civil, com Alberto Torres e Oliveira Vianna,⁵ bem como no meio militar. Era preciso, no entendimento deles, forçar o desenvolvimento nacional pelo Estado; apenas este seria capaz de fazer a nação queimar etapas e superar o atraso.⁶

Um fator decisivo de organização e mobilização dos militares para a superação do atraso passou a ser a geopolítica. Esta

guiou as doutrinas militares, sobretudo a Doutrina de Segurança Nacional, de 1949, que fazia a amalgama necessária da segurança com o desenvolvimento. A partir dos objetivos permanentes e com a “política do Exército”,⁷ qual seja o fortalecimento do poder nacional, o Brasil buscou se constituir como uma potência mundial. É o então capitão do Exército Mário Travassos que, no ano de 1934, com o livro *Projeção Continental do Brasil*, desenvolve a tese da necessária ocupação do interior nacional, mas, igualmente, a de lançar o país à condição de país hegemônico na região sul-americana. Esta segunda proposição tem, em sua base, a competição com a Argentina por poder e hegemonia no subcontinente sul-americano. O país vizinho era, à época, mais avançado e ocupava o papel de principal potência regional; cabia ao Brasil, de acordo com Travassos (1935), superá-la.

Além de Travassos, outro militar de suma importância para o pensamento geopolítico nacional será o general Meira Mattos, que, para além da projeção continental, vislumbra uma projeção mundial do país na condição de uma grande potência, que deveria ocupar espaços estratégicos, como o Atlântico Sul e influenciar a costa oeste africana (MATTOS, 2011, v. 1).

Essa mentalidade do “Brasil Potência”, que passa a ser exortada na burocracia militar, será a pedra de toque no processo de desenvolvimento nacional a partir do regime civil-militar de 1964 (FERREIRA, 2001, p. 50). Porém, é apenas com Costa e Silva, a partir de 1967, que o país se movimentará com mais altivez na construção do projeto nacional de

desenvolvimento autônomo. Esse presidente retoma as teses da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart⁸ e lança o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). Médici aprofunda a busca pela autonomia com uma política externa mais autonomista e com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Todavia, é com seu sucessor, Ernesto Geisel, que o Brasil mergulhará no mais ambicioso projeto autonomista de desenvolvimento nacional, o qual, temos por hipótese, foi a síntese da estratégia “Segurança e Desenvolvimento” — tão cara aos militares —, reflexo de uma leitura geopolítica do mundo e de seu sistema interestatal capitalista,⁹ competitivo e hobbesiano. Será nesse governo que se buscará construir a “Grande Estratégia” nacional.

Conjuntura mundial e política externa autonomista

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos agiam de todas as formas possíveis para evitar que países emergentes se tornassem competidores ou pudessem desafiar o *status quo* geopolítico e geoeconômico estabelecido.¹⁰ Prova disso são os documentos de segurança emitidos sucessivamente pelos governos estadunidenses desde a Segunda Guerra Mundial, como a *Doutrina Truman*, que, de acordo com Leonel Itaússu, foi inspirada na percepção geopolítica de Nicholas Spykman¹¹ e a influência de Brzezinski.¹²

De 1945 ao início dos anos 1970, os Estados Unidos teriam praticado, de acordo com Fiori, uma “hegemonia benevolente”,

que, a partir dos anos 1970, se transformou em uma busca pelo poder global (FIORI, 2004, p. 85-94). Nesta constante busca por ampliação e manutenção do poder e da riqueza, os Estados Unidos agiam na direção da desmobilização de forças nacionais que quisessem alterar qualitativamente seu espaço de manobra no sistema interestatal capitalista. O Brasil, de acordo com Moniz Bandeira, sofreu constantemente com essa política de intervenção estadunidense desde o princípio. Agentes infiltrados, financiamento de instituições e partidos antinacionalistas e ação no nível das instituições internacionais eram comuns na agenda diplomática dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2007).¹³

O governo Geisel, diante de tal conjuntura internacional, seguiu e aprofundou a busca pela superação da dependência tecnológica, econômica e mesmo militar que havia entre o Norte e o Sul. Mesmo com todos os problemas conjunturais enfrentados, podemos constatar que, em seu governo, foram utilizados pelo Estado todos os instrumentos disponíveis para alcançar o desenvolvimento autônomo nacional (BANDEIRA, 2007, p. 189). Nesse sentido, a política externa desempenhou papel fundamental.

Seguindo a lógica de Raymond Aron (2002), a política externa é formada por duas gramáticas: a diplomacia e a estratégia. Ambas trabalham conjuntamente pelo engrandecimento dos interesses nacionais.¹⁴ Desse modo, considerando os ensinamentos do pensador francês, o chanceler do governo Geisel, embaixador Azeredo da Silveira, expõe ao presidente

da República as linhas da inserção internacional do país:

O Terceiro Mundo é formado por países incaracterísticos, que, possivelmente, em sua maioria, jamais poderão emergir da condição de objetos da história. Alguns países, entretanto, têm condições, por sua extensão territorial, importância demográfica e vocação histórica, para progredir em direção a etapas superiores de autonomia e autodeterminação. Tais países poderão aceder à condição de sujeitos e escapar à fatalidade de meros espectadores passivos, manipulados de acordo com as conveniências da Grande Aliança (occidental) [...] A existência das clivagens, entre os países da aliança e dentro de cada país do mundo industrial, poderá ser utilizada, com grande margem de autonomia, pelos países-chave do mundo em desenvolvimento, com o objetivo de conduzir uma política externa baseada nas estruturas de seus interesses nacionais. O Brasil é o país-tipo da categoria dos países insatelitizáveis [...]. Os interesses fundamentais da aliança imporão determinados limites à diplomacia brasileira: mas a grande mobilidade e a fluidez no interior da aliança permitirão uma política externa soberana, autêntica e imaginativa. (SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 03)

Desse modo, a política externa do governo Geisel foi rotulada de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (PRE), pois se vinculava aos interesses nacionais que, independentemente da ideologia, encontravam-se em todo o globo. Em síntese, o PRE foi usado como importante braço do desenvolvimento nacional e agiu de modo a garantir que o país lograsse

acumular poder e prestígio em todas as frentes possíveis (VIZENTINI, 1998, p. 203-212). Assim, o país não se constrangeu em reconhecer governos comunistas como Angola, Moçambique e Guiné Bissau, restabelecer relações diplomáticas com a China continental, condenar o sionismo como ideologia racista e se indispor abertamente com a superpotência estadunidense.¹⁵

O governo Geisel buscou explorar os espaços possíveis e expandir os interesses econômicos e geopolíticos brasileiros, o que acarretou sérias divergências com os Estados Unidos, visto que o Brasil passou a disputar mercados antes exclusivos daquele, inclusive em áreas sensíveis como armamentos e infraestrutura (BANDEIRA, 2013, 195-196). Desse modo, Geisel, ao se pronunciar a respeito de sua política externa, reforçou que “a nossa política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos” (GEISEL *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, p. 336, 1997).

Tendo a segurança se tornado vetor imprescindível na estratégia de desenvolvimento autônomo de Geisel, o desgaste das relações com os Estados Unidos passou a ser inevitável. Estes queriam cooptar o Brasil para tornar-se um aliado no combate ao comunismo, além de vê-lo como um “rival emergente” (BANDEIRA, 2013, Capítulo VIII) que pretende desenvolver-se com autonomia. Chegou-se mesmo a cogitar o rompimento das relações bilaterais por parte de alguns militares (BANDEIRA, 2013, p. 201). O estremecimento das relações acabou gerando dividendos para o governo autori-

tário brasileiro, que se tornou mais coeso e apelou para a unidade nacional (CERVO; BUENO. 2002. p. 410).

O desenvolvimento do complexo industrial-militar como alavanca do poder nacional

Para fazer frente à tentativa de cooperação estadunidense e realizar o projeto de tornar o país uma potência autônoma, o desenvolvimento da capacidade de enriquecer urânio e a consolidação e expansão do complexo industrial-militar tornaram-se peças centrais na política de segurança do governo Geisel.

Nessa lógica, em 1974, o presidente Ernesto Geisel assinou um importante documento, a Política Nacional para Exportação de Material de Emprego Militar (PNE-MEM), a qual permitiu ao país conquistar importantes mercados de armamentos e veículos blindados na América Latina, África e Oriente Médio. Esta política foi ao encontro do plano nacional de superação da dependência de produtos sensíveis e contribuiu para o fortalecimento da agenda nacional de segurança (CAVAGNARI, 2000, p. 139-140).

As três Forças terão projetos estratégicos independentes: a Terrestre (Exército) buscou desenvolver blindados e meios de guerra eletrônica; a Naval (Marinha), o submarino nuclear e embarcações de guerra; e a Aérea (Aeronáutica), o veículo lançador de satélite, aviões e míssil balístico (CAVAGNARI, 2000, p. 140).

Apesar de sofrer boicotes constantes das potências desenvolvidas, o país conseguiu ampliar e construir uma capacidade de

produção de armamentos militares, veículos blindados, aviões e embarcações de guerra considerável. Tornou-se, no final dos anos 1970, o maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo e um grande competidor no mercado de armamentos leves (BANDEIRA, 2013, p. 189-190).

A superação da dependência no fornecimento de armamentos foi um dos principais fatores a estimular a produção e o desenvolvimento do complexo industrial-militar brasileiro. Neste sentido, Moniz Bandeira argumenta que:

O objetivo de eliminar e/ou, pelo menos, reduzir as dependências, de modo a fortalecer a segurança nacional, orientou esse esforço de expansão da indústria de armamentos, na qual as Forças Armadas, diretamente, mais e mais investiram, com a percepção de que as potências industriais obstaculizavam a transferência de tecnologia para outros países, como o Brasil, em processo de desenvolvimento. (BANDEIRA, 2013, p. 189)

O Exército, por exemplo, passou a contar maciçamente com material produzido por empresas nacionais e importava apenas algo em torno de 20% do material bélico necessário. Esta mudança de rumos no campo da defesa e segurança estimulou consideravelmente o parque industrial brasileiro, que passou a fabricar equipamento com alta complexidade tecnológica. Como consequência:

O Exército tratou de modernizar-se e reequipar-se, “com base na indústria nacional”, e esse esforço provocou tensões com as multinacionais em setores considerados importantes para a segurança nacional, a

exemplo das telecomunicações, em que, apesar de estatizado, elas tinham fortes interesses como fabricantes de equipamentos. (BANDEIRA, 2013, p. 190)

Em decorrência desta percepção, um grande número de dispositivos de defesa foi fabricado por empresas nacionais. Os melhores e mais conhecidos serão em seguida pormenorizados.

Na indústria aeronáutica, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, Embraer, desenvolveu os aviões Bandeirante e o monomotor turboélice Tucano, que se tornou avião de treinamento militar bem como caça de ataque leve. Outra empresa de grande porte na fabricação, produção e exportação de armamentos, como foguetes e propelentes, foi a Avibrás, conhecida pelo portentoso programa de veículo lançador de foguetes Astros, este que foi uma evolução dos lançadores X-40, X-30 e X-20 (BASTOS, 2012, p. 20). A empresa tornou-se grande exportadora e competitora no mercado mundial.

No segmento de blindados, a Engesa e a Bernardini produziram carros de combate blindados para uso doméstico e para exportação. Os blindados Urutu (EE-11) e Cascavel (EE-09) foram os primeiros casos de êxito na fabricação e exportação de blindados pela Engesa. Ambos os veículos utilizam rodas ao invés de lagartas como meio de locomoção.¹⁶ Outros veículos foram fabricados pela Engesa no período, como o caça-tanques Sucuri, que não foi aproveitado pelo Exército.¹⁷ Outro veículo blindado de tecnologia nacional foi o Tamoio — que teve versões I, II e III —, desenvolvido pela Bernardini. Este blindado ficou conhecido pela ampla capacidade de poder de fogo,

porém o Exército Brasileiro também não o incorporou, e o projeto fracassou por falta de encomendas. A mesma empresa, Bernardini, desenvolveu, em parceria com as empresas nacionais Novatração, Biselli e Moto Peças, um veículo lançador de foguetes batizado de XLF 40.

Na produção de munições e fuzis, a estatal Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) eram as principais empresas na área. A primeira produziu, sob licença, o FAL (Fuzil Automático Leve), usado como principal fuzil no Exército e na Marinha; já a segunda produz variados tipos de munição.¹⁸

De 1974 a 1979, houve o Segundo Plano de Construção Naval e o Projeto Corveta, de 1977, os quais permitiram, anos depois, ao país consolidar-se e tornar-se um razoável produtor de embarcações de guerra no mundo. Desta forma, o Brasil passou a ter uma complexa cadeia produtiva naval gerando empregos qualificados e *know-how* na produção de navios mercantes e de guerra (GOULARTI FILHO, 2014, p. 458). Exemplos das embarcações que o país passou a produzir, são as corvetas da classe Inhaúma e Barroso, além dos submarinos das classes Tikuna e Tupi. Cabe ressaltar ainda que o governo Geisel, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançou o II Plano de Construção Naval (II PCN), que buscou ampliar a tonelagem por porte bruto (TPB) dos navios nacionais em 178% (GOULARTI FILHO, 2014, p. 458).

O complexo industrial-militar de defesa e segurança fez com que as empresas nacionais citadas desenvolvessem uma

capacidade tecnológica extraordinária, o que permitiu um grande salto no *iceberg* tecnológico-militar, ou “pirâmide tecnológica”, envolvendo órgãos do Estado, das Forças Armadas como o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Centro de Tecnologia do Exército (CTEx), Centro Tecnológico da Marinha (CTM), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Blindados (CPDB), as universidades, como a USP e a UFRJ, além das próprias empresas estatais e privadas citadas acima.¹⁹

Se o reforço e aprofundamento do complexo industrial-militar foram estratégicos e lograram êxitos como instrumento da política de segurança de Geisel, a questão nuclear era, igualmente, central e foi um dos pilares mais importantes, se não o mais relevante, da “Grande Estratégia” de poder de Geisel.

O Acordo Nuclear com a Alemanha e o Programa Nuclear Paralelo: um passo em direção à autonomia e ampliação do poder nacional

A pesquisa e o planejamento na área nuclear no Brasil não foram lineares e coerentes desde o princípio de suas atividades. Percebe-se, ao longo dos anos em que se buscou desenvolver a área, uma falta de constância nos projetos e interrupções frequentes (ANDRADE, 2012). O debate em torno da capacidade e necessidade de se dominar o ciclo de enriquecimento do urânio encontrou resistência de setores variados, como a imprensa, parte do Itamaraty

e mesmo de oficiais das Forças Armadas (ANDRADE, 2012). Por outro lado, setores nacionalistas representados por cientistas e membros da burocracia estatal, como militares e diplomatas, apoiaram a criação do chamado “Grupo do Tório”, que, associado ao urânio, seria uma alternativa na geração de energia nuclear. Dada a abundância deste mineral radioativo (Tório) no país e sua importância estratégica, o projeto pretendia desenvolver tecnologia autóctone para geração de energia atômica.²⁰

No entanto, apenas em 1967, durante o governo de Costa e Silva, consolidou-se uma política atômica baseada na franca vontade de dominar o ciclo de enriquecimento de urânio.²¹ Como já visto anteriormente, o Brasil recusava-se a aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de 1968, com a retórica de que o mesmo era discriminatório e “congelava o poder mundial”.

Assim, em 1972, já no governo Médici, o país assina um acordo com a empresa estadunidense Westinghouse para a fabricação do primeiro reator de energia nuclear para a usina de Angra I. Todavia, essa decisão pôs um fim na tese dos cientistas nacionalistas e de grupos militares de fabricar um reator a partir de tecnologia própria (LIMA, 2013). Porém, o Brasil encontrava-se dependente do urânio enriquecido dos Estados Unidos, o que fará com que o país, sob a gestão de Geisel, altere as diretrizes da política nuclear (LIMA, 2013, p. 168).

A questão energética tornou-se fundamental para o regime militar, que tinha no crescimento econômico um dos elementos

legitimadores. Havia uma dupla demanda para a energia nuclear: a energética, para suprir as necessidades do desenvolvimento, haja vista o fato de que o país enfrentava um grande problema com o aumento do preço do petróleo; e a militar, uma vez que havia no alto comando uma percepção do uso estratégico militar atômico.

Desse modo, a energia nuclear logo foi considerada uma questão de segurança nacional, e Geisel assim se manifesta a respeito:

A explosão recente de uma bomba nuclear pela Índia provocou comoção mundial, e temos que considerar a hipótese de, em futuro não longínquo, a Argentina também poder explodir a sua. Evidentemente, isto gera inquietação entre nós, e todos indagam qual será a posição do Brasil em face da situação. (GEISEL, apud MORAES, 2013)

Outro elemento fundamental enfatizado por Geisel — a respeito do acordo com a Alemanha — foi o fato de o Brasil buscar dominar o ciclo completo do enriquecimento de urânio. Os Estados Unidos eram fortemente contrários a esta ideia, pois:

Sempre quiseram que ficássemos presos a eles. Na usina de Angra I, que já estava em construção, o suprimento da fonte energética, o urânio enriquecido, tinha que vir dos Estados Unidos. Eles cobrariam o preço que quisessem ou forneceriam a seu arbítrio, segundo suas disponibilidades. Era uma dependência inadmissível para nossa soberania. (GEISEL apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 339)

Portanto, o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental seguiu uma linha estrita-

mente pragmática, uma vez que nenhuma potência demonstrou interesse em transferir tecnologia, exceto a própria Alemanha.²² Todavia, muita pressão por parte dos Estados Unidos foi empreendida contra o acordo, o que tornou as relações com o Brasil consideravelmente desgastadas. Geisel chega a dizer que o problema era a orientação governamental imperialista americana (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 341).

De qualquer modo, o acordo foi assinado em 27 de julho de 1975, sob amplo sigilo, e a Nuclebrás foi a empresa estatal brasileira criada para implementar o projeto. Com o vínculo contratual com a Alemanha, o acordo com a Westinghouse — que fora firmado em 1971, para o fornecimento do reator de água pressurizada (PWR) para a usina de Angra I — foi desfeito. Chama a atenção, por conseguinte, o fato de o acordo nuclear ter sido considerado um grande problema para os Estados Unidos (ANDRADE, 2012, p. 127-129).

Para todos os efeitos, após perder o sigilo, o acordo foi amplamente divulgado como o “acordo do século”, a julgar pela magnitude financeira do mesmo, 10 bilhões de dólares, e pelo fato de ter sido o primeiro acordo do tipo entre um país desenvolvido do primeiro mundo e um país do terceiro (ANDRADE, 2012, p. 128). Era previsto no acordo que o Brasil adquiriria oito reatores nucleares e o método de enriquecimento *jet nozzle* (jato-centrifugação), uma técnica ainda em desenvolvimento pela Alemanha (LIMA, 2013, p. 167-170).

Como os Estados Unidos haviam restringido o acesso ao urânio enriquecido para os países aliados, e a Alemanha não possuía reservas deste mineral radioativo, o acordo foi considerado por muitos como uma oportunidade de livrar-se da dependência do fornecimento estadunidense. O acordo suscitou severas críticas dos Estados Unidos pelo fato de prever a transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio em todas as suas fases.²³ Pela sua grande dimensão, várias *joint-ventures* foram firmadas com empresas do Brasil — vinculadas à Nuclebrás — e da Alemanha. Entre outras coisas, o acordo previa a prospecção de urânio no território nacional, a montagem de minas, com a implementação de técnicas inovadoras de extração mineral (LIMA, 2013, p. 168-173; PATTI, 2013, p. 52). Por conseguinte:

A assinatura do Acordo Nuclear desencadeou violenta reação dos Estados Unidos, que tentaram inviabilizá-lo mediante todos os meios de pressão sobre o Brasil e a República Federal da Alemanha. O problema consistia no fato de que o Brasil, ao obter o domínio da tecnologia de enriquecimento do urânio, estaria capacitado para fabricar a bomba atômica, porquanto nem sequer se comprometera com o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares. (BANDEIRA, 2013, p.192)

Não obstante a constante e enfática reclamação estadunidense, o acordo fora estabelecido de maneira trilateral, envolvendo, além de Brasil e Alemanha Ocidental, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e previa a aplicação de

salvaguardas, além de um protocolo industrial, ou seja, o Brasil concordava em não utilizar a tecnologia recebida para outros fins e se comprometia a não a transferir a terceiros (PATTI, 2013, p. 52).

O acordo foi visto por lideranças políticas, militares e diplomáticas como uma grande vitória do projeto “Brasil Grande Potência”, tendo em vista seu caráter estratégico e de base central para a autonomia energética nuclear, tão perseguida e desejada pelos setores nacionalistas do país (LIMA, 2013, p. 168).

A política estadunidense para a não proliferação nuclear visava a evitar que qualquer país desenvolvesse capacidade de enriquecimento próprio. Com o Brasil não foi diferente. Além de uma constante atuação diplomática e política, os Estados Unidos, ao perceberem a determinação brasileira em sua política nuclear, mudaram de estratégia e buscaram, por meio da cooperação na área, cooptar o país para sua área de controle (LIMA, 2013, p. 182-183). A atuação da superpotência na agenda de não proliferação nuclear no mundo foi exitosa na maioria dos casos em que atuou, no entanto, a determinação brasileira passava, outrossim, pela vontade militar de transformar o país em uma potência mundial. O domínio do ciclo completo de enriquecimento nuclear era visto como passo essencial na caminhada rumo ao *status de*

poder (ANDRADE, 2012, p. 133), além de ser peça fundamental da “Grande Estratégia” de Geisel para o Brasil.

Cabe frisar ainda que a política de controle e constrangimento à disseminação nuclear era um braço da própria política econômica estadunidense, uma vez que suas empresas eram beneficiadas diretamente pela diplomacia da não proliferação. A política de salvaguardas desestimulava a ini-

O acordo suscitou severas críticas dos Estados Unidos pelo fato de prever a transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio em todas as suas fases

ciativa de políticas autóctones autônomas na área nuclear. Outro fator relevante era o de que os Estados Unidos atuavam de forma a terem o monopólio do fornecimento do urânio enriquecido para países parceiros. Toda-via, o país sofreu desgastes internos em sua política nuclear, afetando a produção do mineral atômico e comprometendo sua posição mundial, o que acarretou um movimento de países, mesmo os de sua zona de influência, como a Alemanha Ocidental, na direção de garantir o fornecimento por meio de outras fontes (LIMA, 2013, p. 191-195).

Esse quadro refletia a dinâmica de poder no sistema interestatal capitalista, no qual, não obstante a retórica diplomática, prevalecia a política do poder, que hierarquizava o controle sobre os demais Estados por meio das restrições tecnológicas e econômicas.²⁴ Os Estados Unidos enfrentarão uma conjuntura cada vez mais complexa para o exercício de sua influência mundial. Neste

sentido, além de outros países ocidentais temem tornado-se fontes de suprimento nuclear, países do Terceiro Mundo, como China e Índia tornaram-se potências nucleares.

Em resposta às investidas do presidente estadunidense, Geisel faz duras críticas ao governo daquele país, esclarece que o uso estratégico da energia nuclear como principal fonte energética autônoma para sustentar o desenvolvimento nacional é inegociável e afirma que o país não poderia permanecer dependente de fontes energéticas externas, como o petróleo, bem como dos próprios Estados Unidos. O presidente Geisel endureceu as críticas ao governo Carter, de modo que a posição brasileira se tornou mais firme diante das chantagens no uso dos direitos humanos. As declarações do chanceler brasileiro, Azedo da Silveira, vão ao encontro das críticas do presidente. O chefe da Casa de Rio Branco faz duros comentários à dependência externa e à intromissão dos Estados Unidos em assuntos internos do Brasil.²⁵

Maria Regina Soares de Lima (2013, p. 203), ao aludir às reclamações do chanceler, diz que Azedo da Silveira teria expressado que, caso o Acordo com a Alemanha tivesse sido cancelado, o Brasil mobilizaria todos os recursos internos disponíveis para conseguir enriquecer urânio e dar prosseguimento ao projeto de desenvolvimento nacional com uma fonte segura de energia.

De uma forma geral, pode-se dizer que o Acordo nuclear com a Alemanha Ocidental

seria muito benéfico ao Brasil, já que haveria a transferência completa da tecnologia bem como treinamento técnico-especializado na área, absorção de métodos mais eficazes de extração do urânio e, por fim, o *know-how* industrial.

O fato de o Acordo prever a total transferência da tecnologia de enriquecimento de urânio para o Brasil foi o principal ponto questionado pelos Estados Unidos, uma vez que o Brasil não era signatário do TNP. Pelo que indicam as declarações de militares graduados brasileiros, os Estados Unidos tinham razão em ficarem preocupados com a possível utilização da energia nuclear para finalidades militares. Desde a “política do Exército” proclamada por Góes Monteiro nos anos 1930, o discurso militar é carregado de teor ambíguo quanto aos meios de trans-

formação do Brasil em uma grande potência mundial. Outros países do Terceiro Mundo, como Índia, China e Paquistão, já possuíam arsenal militar atômico, e Argentina e África do Sul encontravam-se adiantadas em seus respectivos projetos

nucleares. Havia, portanto, uma conjuntura favorável ao desenvolvimento de capacidades estratégicas no campo nuclear de que o Brasil não pretendia abrir mão. É neste sentido que a recusa em aderir ao discriminatório TNP, acompanhada de declarações ufanistas de “Brasil Potência”, causou preocupação na diplomacia e em meios militares estadunidenses (BANDEIRA, 2013, p. 192).

Na direção de nossa hipótese, qual seja a de que havia intenção por parte do alto comando militar brasileiro de adquirir capacidade de uso militar da energia atômica — afinal, isso era necessário para a implementação da “Grande Estratégia” de robustecimento do poder nacional —, é interessante notar que havia uma pressa por parte dos militares em concretizar o Acordo e receber a tecnologia. Nas declarações oficiais do governo, a retórica era a de que o acordo era fundamental para a geração de energia, uma vez que o preço do petróleo havia disparado em 1973. Todavia, o custo do kW da energia por fissão nuclear era de US\$ 400 mil, ao passo que o de matriz hidráulica não passava de US\$ 300 mil, e a abundância dos rios tornava a necessidade de ampliação do uso da energia nuclear contradiatória.²⁶ Este fato reforça a hipótese de que os militares buscavam garantir, tão logo quanto possível, o domínio atômico e tornar o Brasil capaz de usar a estratégica energia nuclear para fins militares. Outro fator que contribui para esta hipótese é o da tecnologia de jato-centrifugação ainda em fase experimental na Alemanha. O que fez o Brasil apostar em uma técnica de enriquecimento ainda em teste, se não a pressa em dominar o ciclo de enriquecimento tão estratégico para o alto comando militar? De certa forma, este argumento faz todo o sentido quando colocamos em perspectiva o discurso militar de “Brasil Grande Potência”, além do fato de o país inconsistentemente recriminar e não aderir ao TNP e, talvez o ponto mais sensível, a Argentina estava consolidando seu programa de enriquecimento autonomamente de forma já avançada.

O programa nuclear paralelo: o salto definitivo para a autonomia e o poder

No fim do governo Geisel, a conjuntura econômica torna-se mais delicada e instável devido ao segundo choque do petróleo (1979). Este fato acelerou algumas políticas para a área energética: o programa Proálcool e o nuclear autônomo. Destarte, o acordo com a Alemanha, que já não era mais prioritário, haja vista o alto custo e a decepção com a tecnologia de jato-centrifugação, foi parcialmente deixado de lado e, ao invés de adquirir oito reatores nucleares, os países mantiveram uma cooperação técnica na área.²⁷

Em entrevista ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea), o físico e importante cientista brasileiro Rex Nazaré, que integrou o programa paralelo, afirma que o presidente Geisel dissera que, se os cientistas brasileiros conseguissem provar que era possível produzir autonomamente hexafluoreto de urânio,²⁸ ele aprovaria um programa nuclear inteiramente nacional (MOTTA, 2010).

Surge, desta maneira, o Programa Nuclear Paralelo, ou “autônomo”, que contou com a participação de várias instituições nacionais, como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Universidade de São Paulo (USP), o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e, sobretudo a Marinha (MARTINS FILHO, 2011, p. 284). Vale salientar que, até 1982 — ano em que foi anunciado o êxito no enriquecimento por ultracentrifugação —, o programa autônomo (paralelo) era um esforço conjunto da Aeronáutica e da Marinha; a partir desse

ano, o programa será comandado pela última (MARTINS FILHO, 2011, p. 284).

O “Programa Paralelo” foi, de certa forma, a realização do projeto de enriquecimento autônomo de urânio que os cientistas e militares nacionalistas dos anos 1950 buscavam. Ainda é importante ressaltar que, de acordo com o vice-almirante Othon L. Pinheiro da Silva (chefe do Programa Nuclear Paralelo), uma das intenções do desenvolvimento nuclear nacional era obter a capacidade militar de fabricação da bomba atômica.²⁹

Um dos resultados imediatos do programa paralelo foi, entre outras coisas, o projeto de construção de um submarino de ataque movido a combustível nuclear. Segundo João Roberto Martins, a motivação para o desenvolvimento de uma máquina de guerra naval deste porte deu-se em função da rivalidade com a Argentina e pelo fato de o país carecer de um instrumento eficaz de patrulha e proteção da imensa costa naval brasileira (MARTINS FILHO, 2011, p. 280-283). Este projeto já vinha sendo amadurecido pela Marinha Brasileira havia algum tempo, mas não contava com capacidade de enriquecimento nuclear.

Classificado como ultrassecreto, o programa paralelo da Marinha foi chamado de “Chalana” e se dividiu em dois projetos, a saber: Projeto Ciclone, que buscava dominar o ciclo do enriquecimento nuclear; e Projeto Remo, que se orientava pela adequação do uso do combustível nuclear para o submarino. Após tentativa de direcionamento do enriquecimento em parceria com o Centro Tecnológico da Aeronáutica, em 1979, o oficial encarregado da Marinha, Othon Pinhei-

ro, relatou a seus superiores que a tentativa de enriquecimento a *laser* não obteria êxito, e que o programa deveria concentrar-se no método de ultracentrifugação (MARTINS FILHO, 2011, p. 282). Em 1982, o programa paralelo obtivera êxito, e o Brasil passara a participar de um seleto clube de nações com capacidade de enriquecer urânio autonomamente.

Conclusão

Buscamos, neste trabalho, destacar a maneira como o governo Geisel instrumentalizou a segurança para o desenvolvimento de uma estratégia mais robusta de superação da dependência e do atraso no campo sensível de dispositivos militares e do domínio do ciclo de enriquecimento atômico. Com isso, constata-se como os militares, com ênfase em Geisel, buscaram instrumentalizar uma “Grande Estratégia” para o Brasil, que se baseava na superação da dependência econômica, via II PND, na autonomia nuclear e na capacidade de construir meios materiais de poder, por meio do complexo industrial-militar de segurança.

Podemos dizer que, tendo em vista as declarações de militares e de acordo com nossas pesquisas, a energia atômica, desde o princípio, foi uma prioridade no círculo militar. Mesmo considerando que esta classe política só tenha governado efetivamente o país a partir de 1964, a preocupação e participação de personagens das Forças Armadas, como o almirante Álvaro Alberto e o oficial de Marinha Othon Pinheiro, ilustra como a caserna buscou garantir ao Brasil acesso ao ciclo de enriquecimento do urânio. ☈

Referências

- AMARANTE, José Carlos Albano. A Base Industrial de Defesa Brasileira. **Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, n. 1758, 2012.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Átomos na política internacional. **CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad**, v. 7, n. 21, p. 113-140, 2012.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. UNB/IPRI, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BASTOS, Expedito. C. S. Uma realidade brasileira: Foguetes e mísseis no Exército Brasileiro 1949 – 2012. **Revista da Cultura**, Rio de Janeiro, Brasil, ano XI nº 20, ago. 2012, p. 18 - 29.
- BRASIL NÃO ACEITA A DEPENDÊNCIA EXTERNA. **O Estado de São Paulo**, 2 de fevereiro de 1977, p. 9. Disponível em: <//acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770202-31249-nac-0009-999-9-not>. Acesso em 16/06/2018.
- BRZEZIŃSKI, Zbigniew. **Game Plan**: The Geostrategic Framework for the Conduct of the US-Soviet Contest. New York: HarperCollins, 1986.
- CASTRO, João Augusto de Araujo. O congelamento do poder mundial. In: **Exposição dos Estagiários do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra**, 1971. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, jul. 1971.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Estratégia e defesa (1960-1990). In ALBUQUERQUE, Jose Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: prioridades, atores e políticas. Vol. 4. São Paulo: Annablume, 2000. p. 119-146.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.
- _____. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

- FIORI, José Luís et al. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. **De volta à questão da riqueza de algumas nações**: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- _____. **Formação, expansão e limites do poder global**: O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2015.
- GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. SPE, p. 99-120, 1998.
- GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Presença e ausência do Estado na trajetória da indústria da construção naval brasileira – 1959-1989. **Nova Economia**, v. 24, n. 2, p. 445-470, 2014.
- KAISER, Karl. The great nuclear debate: German-American disagreements. **Foreign Policy**, n. 30, p. 83-110, 1978.
- KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, n. 3, p. 379-392, 2002.
- LADEIRA, Paulo César Júnior. **A ascensão e queda e os desafios ao crescimento das empresas de defesa Avibras e Engesa**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação – Instituto COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- LESSA, Antônio Carlos. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimento (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, 1995, p. 24-39.
- LIMA, Maria Regina S. de. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipu**. Brasília: FUNAG, 2013.
- LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARTINS FILHO, Joao Roberto. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, pp. 277-314, 2011.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Vol.1. Rio de Janeiro: FGV/Biblioteca do Exército, 2011.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 2015.
- MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. **Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

MORAES Marcelo de. Geisel admitiu possibilidade de construir a bomba atômica brasileira. **O Estado de S. Paulo**, 11 Agosto 2013. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,geisel-admitiu-possibilidade-de-construir-a-bomba-atomica-brasileira,1063015>. Acesso em 16/06/2018.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. Unb/Ipri, 2003.

MOTTA, Marly. As peças do quebra-cabeça: Rex Nazaré e a política nuclear brasileira. **História Oral**, v. 13, n 2, p. 115-135 jul-dez. Rio de Janeiro, 2010.

MURRAY, Williamson. Thoughts on Grand Strategy and the United States in the Twenty-first Century. **Journal of Military and Strategic Studies**, v. 13, n. 1, 2010, p. 75.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: pensamento e ação política**. Forças Armadas e Sociedade; 1, 1987.

ORDOÑEZ, Ramona. 'Lenda viva' do setor nuclear revelou detalhes de programa da Marinha. **O Globo**, 29/07/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/lenda-viva-do-setor-nuclear-revelou-detalhes-de-programa-da-marinha-17001151>>. Acesso em 10/12/2017.

PATTI, Carlo. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. **Meridiano 47**, v. 14, n. 140, p. 56, 2013.

SERRANO, Franklin. **Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível**. O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 179-222.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 47, n. 2, 2004, p. 191-222.

_____. **Azeredo da Silveira: um depoimento**. FGV Editora, 2010.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy In World Politics**. New York: Harcourt Brace Amp Com, 1942.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Global Editora, São Paulo, 1985.

VARGAS, José Israel. **Ciência em tempo de crise, 1974-2007**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2007.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VIDAL, Bautista. **De Estado servil a nação soberana:** civilização solidária dos trópicos. Ed. Universidade de Brasília/Vozes, Petrópolis, 1987.

VISENTINI, Paulo A. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2003.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Ver BANDEIRA, 2013; e CERVO; BUENO. 2002.

² Sobre a participação do Exército na política nacional, ver: FERREIRA, 2000.

³ O Realismo, como teoria ou abordagem das Relações Internacionais (RI), identifica o sistema internacional como anárquico e inseguro, sendo o Estado o principal ator e garantidor de segurança. Assim, anarquia, autoajuda (contar consigo mesmo no que tange à segurança), geopolítica e busca pelo poder caracterizam o Realismo como uma das mais instigantes tradições de pensamento nas RI. Para mais detalhes acerca desta teoria, conferir os seis princípios do Realismo Político: MORGENTHAU, 2003. p. 4-5.

⁴ Para mais detalhes sobre a relação do pensamento militar com o Realismo das Relações Internacionais, ver: FERREIRA, 2001, p. 59.

⁵ Os dois autores foram profícuos intelectuais nacionalistas que defenderam a modernização social do país via centralização autoritária. Para mais detalhes, ver: TORRES, 1938; e VIANNA, 1939.

⁶ Ver: FERREIRA, 2001, p. 162. Vale a pena conferir igualmente a tese do russo Alexander Gerschenkron sobre o grau necessário de intervenção em economias atrasadas. Para mais detalhes conferir: GERSCHENKRON, 2015.

⁷ Frase atribuída a Góes Monteiro. Cf. TREVISAN, 1985, p. 37.

⁸ Para mais detalhes sobre a relação da política externa de Costa e Silva e a Política Externa Independente, ver: CERVO; BUENO, 2002, p. 380.

⁹ Sobre esta abordagem sobre o sistema de Estados que interagem em função da riqueza e do poder, ver: FIORI, 2015, p. 15-49.

¹⁰ Para mais informações a respeito, ver: FIORI, 1999b, p. 70-77. Além da obra de Fiori, vale a pena conferir o que Spykman (1942, p. 61-62) fala sobre o Brasil, Chile e Argentina como potenciais ameaças à hegemonia estadunidense no hemisfério.

¹¹ Sua tese geopolítica passava pela contenção do Heartland pelo cinturão do Rimland, uma clara alusão à expansão do poder soviético e à necessidade de contê-lo, conforme buscaram fazer Truman e seus sucessores. Ver: MELLO, 2015.

¹² Para mais informações acerca da teoria da contenção proposta por Brzezinski, ver: BRZEZINSKI, 1986.

¹³ Ver principalmente a “Quarta Parte” do livro.

¹⁴ O termo é vago, mas muito utilizado na literatura. Aqui lançamos mão da interpretação de Oliveiros Ferreira, que entende que “interesse nacional” teria quatro pilares: i) defesa das fronteiras; ii) defesa do *status quo* territorial; iii) defesa das rotas e redes de comércio, a qual depende a economia nacional; iv) a defesa dos interesses em outros Estados, privados e públicos. Para mais informações ver: FERREIRA, 2001, p. 142-143.

¹⁵ A respeito da política externa de Geisel, ver LIMA, 2013; SPEKTOR, 2004; e LESSA, 1995.

¹⁶ Para mais detalhes sobre a Avibras e Engesa, ver LADEIRA, 2013.

¹⁷ Vale ressaltar que, nos anos 1980, a Engesa desenvolveu e fabricou o carro de combate Osório (EE-T1). Este blindado participou de competições internacionais, desbancando concorrentes de peso, como o

estadunidense Abrams e o inglês Challenger. A Arábia Saudita fez, à época, uma encomenda de 700 blindados Osório, porém, por questões delicadas no campo diplomático e pelas pressões dos Estados Unidos, o país árabe teve de desfazer a encomenda e adquirir blindados estadunidenses. Para mais detalhes conferir: BANDEIRA, 2004.

¹⁸ Sobre a CBC, ver o link: <www.cbc.com.br>; já sobre o FAL, <www.imbel.gov.br/index.php/fuzis-e-carabinas>. Acesso em: 20/12/2017.

¹⁹ Cf. AMARANTE, 2012. pp. 16-18.

²⁰ Para saber mais a respeito do “Grupo do Tório” e as possibilidades de desenvolvimento de energia nuclear no Brasil, ver VARGAS, 2007.

²¹ Para mais informações acerca da política nuclear a partir de Costa e Silva, ver: VISENTINI, 1998; CERVO, 2008, capítulo V; e GARCIA, 1998.

²² É importante salientar que a Alemanha pertencia ao consórcio URENCO, juntamente com o Reino Unido e os Paises Baixos, que negou a transferência da tecnologia de enriquecimento por ultracentrifugação ao Brasil. Este fato fez com que a Alemanha oferecesse a tecnologia, ainda em teste, por jato-centrifugação (*Jet-Nozzle*). Para mais detalhes, ver: ANDRADE, 2012, p. 127-130.

²³ BANDEIRA, 2013, p. 192.

²⁴ Sobre a questão da hierarquia e dominação internacional, ver: LIST, 1986 e FIORI, 2015.

²⁵ Ver: “Brasil Não Aceita a Dependência Externa”. O Estado de São Paulo, 2 de fevereiro de 1977, p. 9.

²⁶ Mais informações a respeito em: KURAMOTO; APPOLONI, 2002.

²⁷ Mais informações em: MOTTA, 2010.

²⁸ Hexafluoreto de urânio é um importante estágio do enriquecimento de urânio, que transforma o mineral em gás.

²⁹ Ver entrevista do autor concedida ao jornal “O Globo”, em ORDOÑEZ, 2015.

O Exército Brasileiro e as origens do Direito Internacional Humanitário¹

Túlio Endres da Silva Gomes*

Introdução

“**S**oldados! É fácil a missão de comandar homens livres; basta apontar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente.”² A proclamação de Osorio às tropas que se adentrariam no Paraguai, na ofensiva aliada durante a campanha de 1866, prosseguiu com recomendações, nem tão conhecidas, sobre como proceder com inimigos desarmados ou fora de combate. As diretrizes evocavam as centenárias leis da guerra, que dariam origem ao conjunto de princípios e normas hoje conhecidas como Direito Internacional Humanitário.³

Não tenho a necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o paraguaio inerte ou pacífico devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e de coração.

O presente artigo visa a identificar alguns dos aspectos fundamentais relacionados às origens do Direito Internacional Humanitário no Brasil, por intermédio de doutrina, normas e ações — indicativas de costumes — do Exército Brasileiro, desde o período da formação de nossa nacionalidade até o fim do Império, ao final do sécu-

lo XIX. Naquela época, o DIH, construído em doutrina e costumes ao longo de séculos, dava seus passos formais iniciais, com a assinatura da Primeira Convenção de Genebra, em 1864. Muito distante da Europa, o Exército Brasileiro ensinava as leis da guerra e o respeito aos princípios humanitários em suas escolas de formação e praticava seus preceitos nos campos de batalha do Continente Sul-Americano. É o que se pretende demonstrar.

O direito da guerra, da formação da nacionalidade brasileira às primeiras normas militares do Brasil-Império

O Brasil respeitava e promovia as leis da guerra há séculos, conduzindo pacificamente a negociação com os inimigos e tratando com dignidade vencidos e prisioneiros de guerra.⁴ Assim, durante o século XVII, podem ser destacadas as tratativas de rendição dos holandeses que invadiram o norte brasileiro, em 1630, 1645 e 1654, evidenciando o respeito aos prisioneiros. Na ata de rendição de 1654 (Apud PIMENTEL, 1978, p. 3), por exemplo, ficou acordado, entre outros pontos, que os holandeses poderiam manter seus bens móveis; que os holande-

* Ten Cel Cav (AMAN/95, EsAO/03, ECUME/13), bacharel em Direito (Universidade Estácio de Sá/03). Atualmente, é instrutor da ECUME.

ses que se renderam deveriam ser tratados “com muito respeito e cortesia”; que os integrantes das milícias holandesas poderiam “sair delas com todas as honras militares que se costumam conceder aos rendidos” (evidenciando o direito costumeiro) e que os feridos pudessem ser tratados em hospital até poderem embarcar.

As leis da guerra continuaram a ser observadas por tropas luso-brasileiras durante os séculos XVIII e XIX, ainda durante a formação de nossa nacionalidade: em 1766, na capitulação do forte espanhol de Santa Tecla, a guarnição rendida retornou a Montevidéu com honras de guerra; em 1801, na capitulação de Serro Largo, na Banda Oriental, os espanhóis também retornaram a Montevidéu com honras de guerra; e, em 1809, a ata de rendição (Apud PIMENTEL, 1978, p. 8) dos franceses, assinada em Caiena, prescreveu que os derrotados desocupariam a praça “com as armas, bagagens e todas as honras de guerra, os oficiais conservando suas espadas e os oficiais superiores, seus cavalos”.

Iniciado o período pós-independência, a legislação militar do Império manteve determinados dispositivos das leis da guerra que regulavam as condutas das tropas do Exército Brasileiro em combate. Dentre esses, podem ser mencionados o Alvará de 7 de maio de 1710,⁵ que impunha o respeito aos lugares sagrados, e as Instruções Gerais de 1762 (Apud MATTOS, 1834, Tomo Segundo, p. 232), que garantiam a inviolabilidade dos parlamentários, emissários enviados pelos exércitos inimigos como mensageiros ou negociadores, dentre outros dispositivos.

O Ensino do Exército como marco das origens do DIH no Brasil

Os “usos e costumes da guerra” foram objeto de estudo da doutrina jurídica brasileira dentro e fora das escolas militares, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a doutrina do Direito da Guerra e formalizava-se o Direito Internacional Humanitário,⁶ em meados do século XIX.

No campo do ensino, a Escola Militar da Praia Vermelha, responsável pela formação dos oficiais combatentes do Exército entre 1858 e 1904, adotou o *Curso de Direito Militar*,⁷ consolidando doutrina, normas e princípios do direito da guerra. Esses preceitos já serviam de parâmetros para a atuação das tropas nas campanhas militares em que o Brasil tomou parte, influenciando tais campanhas. Como exemplo, cite-se a negociação com tropas paraguaias em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, em que o Exército Brasileiro valeu-se de sua respeitabilidade no trato com prisioneiros de guerra para incitar paraguaios a se renderem.⁸

O *Curso de Direito Militar*, de 1866, contém preceitos relativos ao direito de mover a guerra — a justiça da guerra — e outros referentes à conduta na guerra, estes com fundamentos que podem ser encontrados nos tratados e normas internacionais de DIH que seriam adotados a partir de então. Cite-se, entre os preceitos encontrados, a necessidade de limitar o uso da força, para a busca de uma reparação legítima; a “moderação”, a “lealdade” e a “humanidade” no uso da força; o respeito aos bens particulares; a proscrição dos saques e a obrigação de respeitar prisioneiros de guerra, sobre o que asseverava o autor:

As leis da guerra que justificam até a morte de um inimigo em linha de combate só concebem para com o vencido fora do combate a prisão. Para com esses prisioneiros se usam dos deveres da prudência e da **humanidade**. Segundo os deveres da prudência, devem ser desarmados e retirados do teatro da guerra; segundo os da humanidade, são **respeitados em sua vida, tratados em suas moléstias, providos em sua alimentação** e em suas primeiras necessidades. (ALVES JUNIOR, 1866, p. 95, grifos nossos)

O “Direito das Gentes aplicado aos usos da guerra” fazia parte não somente do Currículo da Escola Militar, de 1863, como também do Currículo da Escola Militar e de Aplicação, de 1858, antecedendo a assinatura da Primeira Convenção de Genebra. Além disso, a Escola de Infantaria e Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul adotou, como obra de referência, o *Curso de Direito Militar*, de 1878,⁹ que versava, entre outros assuntos, nas “leis da guerra”, que foram sintetizadas em um dos parágrafos finais da obra (ARRUDA, 1878, p. 94), com referências a consagrados doutrinadores do Direito das Gentes:

A lei da guerra proíbe expressamente envenenar os poços e fontes, as provisões de boca destinadas ao chefe inimigo e a seu Exército; enviar pessoas atacadas por peste, ou de qualquer moléstia contagiosa, animais pesteados ou coisas infecionadas de moléstia; fazer uso de armas envenenadas, balas explosivas; maltratar os feridos ou doentes, os inválidos e todos aqueles que se acham em estado de não se defenderem; assassinar, recusar perdão aos que se entregam prisioneiros, matar ou maltratar os prisioneiros que estão tranquilos; profanar os lugares consa-

grados ao culto; roubar os túmulos; violar as mulheres e, finalmente, corromper os generais e os funcionários do Estado inimigo à traição e à sedição; pôr a preço a cabeça do chefe do Estado inimigo ou do General em chefe”. (Klubber, parágrafo 244; Heffter, parágrafo 125; Vattel, L III, C VIII, parágrafos 155, 157, C X, parágrafo 180)

Regulamentos e doutrina militar voltados às leis da guerra

Entre todas as contribuições normativas do Exército Brasileiro, uma das mais significativas para o desenvolvimento do DIH foi o *Aviso Circular de 25 de Dezembro de 1865*,¹⁰ assinado pelo ministro da Guerra Dr. Angelo Moniz da Silva Ferraz, três meses após a Rendição de Uruguaiana. Essa norma disciplinou o tratamento dos prisioneiros de guerra paraguaios, seguindo a longa tradição de respeito aos preceitos humanitários e preenchendo lacunas deixadas pelo Código de Lieber.¹¹ O Aviso, em suas treze páginas, estabelece normas de observância obrigatória sobre tratamento digno, respeito à religião e aos costumes dos prisioneiros, manutenção de prerrogativas de oficiais dos exércitos inimigos, garantia da inviolabilidade dos bens pessoais, tratamento igualitário de inimigos feridos, direito a soldo, fardamento e equipamento, entre muitos outros preceitos garantidores da inviolabilidade e do bem-estar dos prisioneiros de guerra no Brasil.

Também em 1865, as *Instruções para o Serviço das Tropas em Estação e em Marcha e para a Organização e Defesa dos Corpos Militares, em aditamento ao Código de Lippe*, prescreveram, entre as diversas técnicas, táticas e procedimentos a

serem adotados pelas tropas estacionadas ou em marcha, normas especificamente voltadas a disposições das leis da guerra. Dentre essas disposições, destaca-se, durante as patrulhas, a determinação de limitar o uso da força (atual princípio e norma de DIH), aplicando-a em nível proporcional ao da ameaça, visando a priorizar o aprisionamento de inimigos. Além disso, estabeleceu medidas a serem tomadas no caso de pessoas que “viessem do lado do inimigo”, incluídos os parlamentários. Esse manual de campanha evidencia a integração entre a doutrina militar terrestre brasileira e os preceitos humanitários das leis da guerra, em 1865.

O Exército Brasileiro em campanha no século XIX: contribuições efetivas ao desenvolvimento do DIH

As disposições legais, doutrinárias e regulamentares traduziam-se em costumes e ações de comandantes militares e soldados em campanha. São inúmeras as ocorrências em que se observaram preceitos das leis da guerra nas campanhas do Exército Brasileiro na Província Cisplatina e na Guerra do Paraguai, relatadas em documentos oficiais e em obras de escritores contemporâneos, como Francisco Doratito, e testemunhas da história, como Dionísio Cerqueira e o Visconde de Taunay. Dentre essas passagens, destacam-se os comandos inequívocos de dois dos maiores líderes da história de nosso Exército, Caxias e Osorio, que não deixavam dúvidas sobre como proceder na guerra e na paz, contribuindo decisivamente para o desen-

volvimento do DIH nas campanhas em que o Brasil tomou parte.

Nesse sentido, quando em campanha no Uruguai, Caxias determinou o respeito aos princípios da humanidade e aos bens de particulares, em 5 de setembro de 1851, por intermédio da Ordem do Dia Nº 18:¹²

Soldados! [...] Não tendes no Estado Oriental, outros inimigos, senão os soldados do General D. Manoel Oribe; [...] desarmados, ou vencidos, são Americanos, são vossos irmãos, e como tais os deveis tratar. **A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é sagrada e inviolável**, e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exército Imperial como a sua própria honra. O que por desgraça a violar, será considerado indigno de pertencer às fileiras do Exército, assassino da honra e reputação nacional, e como tal severa e inexoravelmente punido. (grifos nossos)

Da mesma forma, a recomendação de Osorio aos militares sob seu comando, durante a ofensiva aliada, quanto ao tratamento com o inimigo vencido e com os paraguaios desarmados e pacíficos, em abril de 1866, que foi mencionada na abertura deste trabalho, é mais uma evidência de que o princípio da humanidade estava incorporado ao costume castrense, que era exteriorizado pelos comandantes militares, por suas instruções, proclamações e ordens do dia. A aplicação desses preceitos pelo Exército de Caxias, na condução dos combates, é constante nos relatos da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

Conclusão

O Direito Internacional Humanitário não surgiu somente a partir esforço de Henry Dunant e dos integrantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. As Leis da Guerra, origens do DIH, consolidaram-se em normas e tratados internacionais após séculos de desenvolvimento, de estudos e trabalhos de doutrinadores e das condutas de soldados em combate, esforçados em humanizar minimamente os terrores das batalhas.

Nesse esforço, o Exército Brasileiro teve papel importante e, infelizmente, ainda pouco conhecido. Da formação de nossa nacionalidade, passando por normas

da legislação militar e por compêndios das escolas militares, às campanhas em que tomou parte no século XIX, o Exército de Caxias prescreveu e praticou princípios como humanidade, distinção, limitação e respeito aos prisioneiros de guerra e civis, lutou e ensinou a guerra humanitária, contribuindo decisivamente para a formação do DIH no Brasil e no mundo.

Finalmente, nos dias atuais, em que os tratados e normas do Direito Internacional têm sua eficácia mitigada frente às complexidades dos conflitos, a inspiração de nossos antepassados e os princípios por eles aplicados poderão oferecer soluções para os novos e difíceis problemas que passaram a desafiar os exércitos. ☈

Referências

- ALVES JUNIOR, Thomaz. **Curso de Direito Militar**. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1866. Disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional.
- ARRUDA, Antônio Augusto de. **Curso de Direito Militar**: Segundo o programa aprovado pelo governo imperial professado na 2^a cadeira do 2^º ano da Escola de Infantaria e Cavalaria da Província do RS. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878. Disponível no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- BRASIL; SILVA, Manoel Joaquim do Nascimento e. *Synopsis da legislação brazileira*: cujo conhecimento mais interessa aos empregados do Ministerio da Guerra : *comprehendendo* as disposições promulgadas de 1879 a 1884 e as que não *forão* contempladas nos *tres* volumes já publicados. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemert, 1885. Disponível em <www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/227399>. Acesso em 26 Mar 2011.
- BRASIL. **Aviso de 25 de dezembro de 1865**. in *Relatorio* apresentado pelo Ministro dos Negócios da Guerra: Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: *Typographia* Universal de Laemert, 1866, p. 269-283. Disponível no acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- _____. Exército do Império. **Indicador da Legislação Militar**. Vol I a III. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1863, 1880.
- _____. **Decreto N. 2116 do 1º de março de 1858**: Aprova o regulamento reformando os da escola de *applicação* do *exercito* e do curso de infantaria e cavallaria da província de S. Pedro do

Rio Grande do Sul, e os estatutos da escola militar da *côrte*. Rio de Janeiro: 1858. Disponível no acervo do Arquivo Nacional.

_____. **Regulamentos, Instruções e Programas das Escolas Militares do Império do Brasil**: publicadas por ordem do Ex^{mo}. Sr. Jeronymo Francisco Coelho: Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: *Typographia* Universal de Laemmert, 1858. Documento constante da Coleção Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (SDP 09), Código de Fundo SE, Seção de Guarda SDP, Cx 2, Pct 1, do acervo histórico do Arquivo Nacional.

_____. **Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima-Seconda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra**: Visconde de Caramurú. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemert, 1865. Disponível no acervo do Arquivo Histórico do Exército.

CINELLI, Carlos Frederico. **Direito Internacional Humanitário**: ética e legitimidade na aplicação da força em conflitos armados. Curitiba: Juruá, 2011.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **General Orders Nr 100**: Instructions for The Government of Armies of The United States in the Field. Preparado por Francis Lieber, promulgado como General Orders No. 100 pelo President Lincoln, em 24 de Abril 1863. Disponível em <www.lawofwar.org/general_order_100.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

HENCKAERTS, Jean Marie; DOSWALD-BECK, Louise. **Customary International Humanitarian Law. Volume I: Rules**. 1. ed, reprinted with corrections. Cambridge: International Committee of Red Cross (ICRC), 2009.

MAGALHÃES, J. B. **Osorio**: Síntese de seu Perfil Histórico. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1978.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Repertório da Legislação Militar atualmente em vigor no Exército e na Armada do Império do Brasil**. Tomos Primeiro a Terceiro. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e Companhia, 1834.

PIMENTEL, Waldemiro. Contribuição ao Estudo dos Prisioneiros de Guerra do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 306 Rio de Janeiro: 1975. O artigo foi reproduzido pela Cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, em apostila nomeada História da Doutrina Militar Brasileira: Tratamento Dispensado pelo Brasil a seus Prisioneiros de Guerra (1654 – 1945), em 1978.

SCHNEIDER, L. **A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai**: com cartas e planos. 1º Volume. Traduzido do alemão por Manoel Thomas Alvez Nogueira. Anotado por José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. Disponível em: <[www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01647710#page/1\(mode/1up\)](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01647710#page/1(mode/1up))>. Acesso em 6 de novembro de 2012.

GOMES, Túlio Endres da Silva. **Impactos do Direito de Guerra para a Campanha do Exército Brasileiro na Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro:

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2013.

SWINARSKI, Christophe. **Introdução ao Direito Internacional Humanitário**. Brasília: CICV, 1998.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Este artigo foi publicado na Revista de Direito Militar Nr 126 (SET - DEZ 2017).

² Passagem relatada por J.B. Magalhães (1978, p. 133) e reproduzida por Francisco Doratioto (2002, p. 207).

³ O Direito Internacional Humanitário será referido pela abreviatura DIH, ao longo deste trabalho.

⁴ A avaliação é de Waldemiro Pimentel (1978). No mesmo sentido, discorre José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco (in SCHNEIDER, L. 1902, p. 235-236), que descreveu as ocorrências comentadas a seguir, no texto deste trabalho.

⁵ Transcrito no Indicador da Legislação Militar, Volume II, 1863, Título III - Justiça Militar, p. 294.

⁶ São diversas as obras de doutrinadores do Direito Internacional Público, ou Direito das Gentes, que antecederam a construção normativa iniciada por Henry Dunant junto ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a partir de 1863, e que trataram das leis da guerra. Além dos clássicos de Alberico Gentili (1589), Hugo Grotius (1625) e Emmerich de Vattel (1775), destacamos a obra, em língua portuguesa, de Vicente Ferrer Neto Paiva, de 1850, contemporânea às principais contribuições do Exército Brasileiro ao desenvolvimento inicial do DIH no Brasil.

⁷ De autoria de Thomaz Alves Junior (1866), professor da Cadeira de Direito da Escola Militar da Praia Vermelha.

⁸ A observância das leis da guerra e seus reflexos na Campanha do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai foram objeto de nossa tese de doutorado, defendida na ECEME em 2013, intitulada Impactos do Direito de Guerra para a Campanha do Exército Brasileiro durante a Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

⁹ De autoria do tenente-coronel Antônio Augusto de Arruda, professor da Cadeira de Direito e veterano da Guerra do Paraguai.

¹⁰ O texto integral do Aviso pode ser encontrado no Relatório apresentado pelo Ministro dos Negócios da Guerra, de 1866, disponível no acervo do Arquivo Histórico do Exército.

¹¹ O Código de Lieber, ou Ordens Gerais no 100, adotadas pelo Exército da União durante a Guerra de Secesão dos EUA, é um dos marcos históricos do Direito da Guerra, por haver traduzido em uma norma de aplicação prática pelas Forças Armadas os costumes e princípios humanitários que se haviam desenvolvido, até então, por séculos.

¹² Este documento encontra-se disponível no acervo do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (Coleção Caxias).

A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil¹

Rogério Marques Nunes*

Introdução

Em um mundo cada vez mais globalizado e integrado sob as mais diversas formas, é fundamental atentar para a busca de atividades que otimizem o desenvolvimento dos países vizinhos, conectando-os para encontrar soluções para problemas comuns. Desta forma, a fronteira pode facilitar a integração entre os países e permitir o progresso e o desenvolvimento dos povos. Por outro lado, também pode dificultar e ser sinônimo de ilícitos ou de terra de ninguém, na medida em que não receba o cuidado das autoridades governamentais.

A grande área de fronteira do Brasil, representada pelos seus 16.886km de extensão, confere oportunidades que podem ser exploradas com maior eficácia. Desta forma, a característica de capilaridade e a presença constante das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro na região de fronteira terrestre, permitem ao Estado atingir os pontos mais distantes do território nacional.

Um dos principais arquitetos da demarcação e delimitação da fronteira brasilei-

ra foi José Maria da Silva Paranhos, o barão de Rio Branco. Sua dimensão diplomática é destacada por Goes Filho:

Embora Rio Branco fosse um historiador fiel aos fatos, era ele quem os escolhia e não se esquecia nunca, ao interpretá-los, dos interesses do seu país. Sempre foi, ademais, um hábil expositor e um respeitável negociador. Tudo isso é verdade. **Mas o que queremos destacar aqui é que ele considerava as boas relações continentais uma prioridade de nossa política externa, desejava sinceramente o progresso das nações da América do Sul e jamais admitiria que o Brasil esbulhasse um país limítrofe.**² (grifo do autor)

Sob esse enfoque, o objetivo deste artigo é o de estudar a presença militar brasileira na fronteira desde o ponto de vista da cooperação internacional e, em particular, verificar a contribuição do Exército Brasileiro para essa região.

No livro *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*, cujo autor é o embaixador Synesio Sampaio Goes Filho,³ prefaciado por Arno Wehling, é retratada a aventura ocorrida para a delimitação das fronteiras brasileiras. Nele são mostradas as ligações

* Cel Cav (AMAN/89, EsAO/97, ECEME/05), especialista em Relações Internacionais (Universidade Cândido Mendes/10). Comandou o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado em Jaguarão-RS, fronteira com o Uruguai, de 2011 a 2013. Atualmente, serve no Comando Militar do Sul.

entre o Brasil atual com o passado de Portugal e Espanha e, mais tarde, com os países sul-americanos vizinhos ao nosso país. Além dessa obra, muitas outras lidam com a formação da fronteira terrestre brasileira, entretanto sob o enfoque histórico. Pretende-se trazer esse conhecimento para o presente e verificar quais oportunidades estão abertas para melhorar a integração regional na América do Sul bem como contribuir para o entendimento da região conhecida no Brasil como “Faixa de Fronteira”.

Assim, este artigo pretende apresentar a fronteira brasileira como um espaço de cooperação e importante integração regional, que historicamente tem o Exército Brasileiro como um colaborador para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, pretende-se também verificar as oportunidades que podem proporcionar maior integração entre o Exército Brasileiro e os exércitos vizinhos sul-americanos. Desta forma, os seguintes aspectos serão abordados: os antecedentes e os conceitos relacionados ao tema, como uma breve ambientação; e a atuação do EB na fronteira com os seus desdobramentos.

Antecedentes e conceitos

A figura do Estado é central em qualquer análise política e jurídica, pois seu aparecimento marca uma transição chave na história da humanidade. Isso é devido, em certa medida, à centralização do poder político, pois a formação de um Estado implica novas dinâmicas nos processos de uma sociedade. O Estado foi um

ator único até o século XIX. Entretanto no presente, o Estado permanece como o ator principal das Relações Internacionais, nas quais continua a ocupar um lugar determinante, apesar da concorrência crescente de que é alvo por parte de outros atores. Também no plano jurídico, o Estado surge como figura central, no qual é reconhecido como um fenômeno histórico, sociológico e político em relação ao qual o Direito se limita a definir os critérios de criação, transformação e desaparecimento. Não existindo regras relativas à atribuição da personalidade ou da capacidade jurídicas aos Estados, a criação desse decorre da reunião dos seus elementos constitutivos: povo, território e poder político soberano.⁴

O conceito de fronteira está ligado diretamente ao de Estado. Assim, Sousa (2005, pág. 86) define fronteira como:

Linha imaginária, expressa cartograficamente, que marca os limites do território de um Estado, resultante de negociação, tratados, explorações ou conquistas. A sua primeira função é, pois, a de delimitar o território no qual se exerce a soberania do Estado.⁵

No mundo, há o total de 251.060km de fronteiras terrestres. Os dois países com maior número de lindeiros são a China e a Rússia, possuindo, cada um, 14 países de fronteiras terrestres. O Brasil figura em seguida, possuindo 10 países-límitros — todos os países da América do Sul, exceto Chile e Equador.⁶

Do ponto de vista jurídico, a República Federativa do Brasil é um Estado De-

mocrático de Direito que tem como Carta Magna a Constituição Federal de 1988. Este documento legal normatiza as relações internacionais pelos princípios da igualdade dos Estados, pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros (artigo 4º). Aponta, também, outros conceitos importantes, em que o de fronteira aparece (artigo 20, inciso II). Também se refere como patrimônio da União:

as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidos na lei.

Em relação a isso, é enfatizado, no §2º do artigo 20, que:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como a **faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.**⁷ (grifo do autor)

Nesse sentido, o Ministério da Integração Regional constata que o desenvolvimento da Faixa de Fronteira no Brasil se configura em uma importante diretriz da política nacional e internacional. É verificado ainda que, apesar de estratégica para a integração sul-americana, a região se apresenta pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e aos serviços públicos, historicamente abandonada pelo Estado e pela falta de coesão social, por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania.⁸

A região da Faixa de Fronteira abrange 588 municípios de 11 unidades da federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. O Brasil busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica.⁹ Sendo assim, o espaço fronteiriço se constitui em uma área em que a União tem uma responsabilidade que pode ser muito bem aproveitada, tanto para o desenvolvimento em sua plenitude, aí incluída a segurança e defesa, como para a integração com os demais vizinhos do continente.

Nesse sentido, a publicação do Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução, procura traçar um objetivo político bem definido de fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços. No documento jurídico, estão bem delineadas suas diretrizes, seus objetivos e quais medidas serão tomadas para atingir o objetivo que se propõe.

O PPIF possui, entre suas diretrizes, a de uma ação integrada e coordenada entre os diversos órgãos e instituições federais bem como realizar a cooperação e a integração com os países vizinhos. Além disso, traz, entre seus objetivos, o

de integrar e articular as ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, realizando de igual maneira, a integração e articulação com países vizinhos. Para isso, entre as medidas, o PPIF promoverá as ações de cooperação internacional com países vizinhos.

O plano é bastante amplo e implicará ações decorrentes já previstas em seu conteúdo, em especial, na área internacional. Assim, a primeira é o estabelecimento e manutenção de um enlace contínuo e permanente com os países vizinhos, o qual pode ser muito facilitado pela presença de unidades militares na faixa de fronteira.

Atuação do Exército Brasileiro na Fronteira

Em geral, as iniciativas e o trabalho realizado pelos militares na área de fronteira são confundidos com os primórdios da formação territorial do Brasil. As primeiras expedições que atravessaram e penetraram o território que hoje é o Brasil eram compostas por luso-brasileiros e eram em sua maioria empresas militares.¹⁰ O encontro com a população silvícola da região sul-americana que ocupou o território sempre foi uma tarefa em que se empenhavam aventureiros, navegadores e missionários.¹¹ Assim foi na ocupação da fronteira Sul e Oeste do Brasil bem como ainda está sendo no Norte, em especial na Amazônia, onde, na atualidade,

em muitas regiões, os pelotões especiais de fronteira são a única presença do Estado brasileiro.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) aponta que a integração sul-americana continua sendo um objetivo estratégico da política externa brasileira. O Brasil reconhece que a consolidação das relações políticas, sociais e econômicas entre os países da América do Sul constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. Este documento de defesa também verifica que a consolidação de um mercado sul-americano e o fortalecimento da capacidade de ação e negociação do governo nos fóruns internacionais dependem da continuidade e fortalecimento das relações de amizade entre os países da região.¹²

Outra observação importante é que a região da América do Sul apresentou a menor incidência de conflitos entre Estados. O Brasil vive em paz com seus vizinhos há quase um século e meio (148 anos), adotando uma posição conciliatória, que tem contribuído muito para a estabilidade da região. Portanto, é nosso dever o de entender, reconhecer e proteger essa herança recebida de nossos antepassados. Assim, os efeitos positivos da estabilidade e prosperidade do ambiente brasileiro reforçarão a segurança do país e refletirão sobre os demais países da América do Sul.

O Livro Branco continua verificando que o grau de instabilidade na região em que está localizado afeta a segurança de um país. Portanto, a estabilidade regio-

nal é um objetivo nacional. Assim, o Brasil considera desejável prevalecer o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos. Dessa forma, a região ficará mais unida e forte. Todo esse conjunto de fatores incentiva o país a fortalecer a cooperação com os estados vizinhos na área militar.¹³

A questão da cooperação na fronteira está imbricada na área de defesa e isso, por sua vez, envolve o Exército. Portanto, há orientação específica do comandante do Exército no exercício da Diplomacia Militar, conforme prescrito na Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na ÁREA Internacional (DAEBAI).¹⁴ Esta diretriz apresenta como principais propósitos os seguintes:

- contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais;
- apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas;
- facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais;
- ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis; e
- contribuir para a capacitação profissional dos integrantes da Força Terrestre.

A seguir, serão apresentadas as principais contribuições do EB graças à sua presença efetiva na fronteira.

Unidades do Exército Brasileiro na fronteira

A Estratégia Nacional da Defesa prevê em suas diretrizes que as Forças Armadas serão organizadas sob o trinômio monitoramento, controle e mobilidade. Segundo essa diretriz, o Exército Brasileiro possui unidades desdobradas em todo o território, o que contribui para o monitoramento da faixa de fronteira, pois é a única instituição com presença constante em muitos rincões distantes, junto às comunidades locais na faixa de fronteira, sejam nacionais ou estrangeiras. Dada essa importante presença, desde o ano de 1982, a legislação brasileira confere competência aos comandantes de guarnições de fronteiras para convidar militares ou organizações militares estrangeiras a visitarem o Brasil bem como autoriza as visitas de militares ou de organizações militares brasileiras ao exterior, em caráter oficial. Portanto, fica evidente que a existência desse documento legal promove a salutar convivência entre as autoridades militares fronteiriças e o mútuo intercâmbio de informações e atualização dos conhecimentos necessários à atividade de Defesa.

Além disso, o intercâmbio vai mais além, permitindo que as unidades militares localizadas na fronteira desenvolvam atividades de rotina, sejam comemorativas ou mesmo operacionais. Isto desenvolve a confiança e o aprofundamento dos laços

de cooperação entre os que efetivamente conhecem e convivem na mesma região fronteiriça.

A normativa jurídica deixa claro que abrange visitas de curta duração e que visa ao congraçamento entre os militares das guarnições fronteiriças. É importante ressaltar que esta norma permanece válida e atual bem como coerente com a DAEBAI. Sendo assim, as unidades de fronteira são o primeiro contato diplomático-militar e o embrião de futuras possibilidades de cooperação que se abrem entre o Brasil e seus vizinhos de fronteira.

O Programa Calha Norte e os pelotões especiais de fronteira

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, visando promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as particularidades regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais. Ao longo de mais de 30 anos de realizações, o Programa Calha Norte atende uma área que corresponde a 30% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões pessoas, aí incluindo 46% da população indígena do Brasil.¹⁵

O PCN possui uma abrangência em 379 municípios, 165 dos quais ao longo de mais de 14 mil quilômetros da Faixa de Fronteira, beneficiando oito Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima).¹⁶ Paralelo a isso, o PCN pode contabilizar consideráveis realizações em sua existência, a despeito

das muitas restrições orçamentárias que sofreu. Para o Exército Brasileiro, destacam-se as seguintes ações:

- implantação de infraestrutura básica nos municípios da região;
- implantação de unidades militares;
- conservação de rodovias;
- manutenção de pequenas centrais elétricas;
- manutenção da infraestrutura instalada nos pelotões especiais de fronteira.

O PCN ultrapassa o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, constituindo-se como um programa governamental multidisciplinar, de inestimável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região. Em 1997, o Programa foi revitalizado, quando foi introduzida uma mudança na metodologia de gestão, afinando-a com o propósito governamental de integração de suas ações na Amazônia. Desse modo, reconheceram-se as dimensões e o alcance social do Programa. A metodologia consiste na busca incessante da coordenação de esforços no âmbito da administração pública, articulando-a nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal. Além disso, valoriza parcerias em outras esferas, integrando entidades de ensino, de pesquisa, de planejamento e demais associações, que estejam identificadas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Programa Calha Norte tem duas vertentes, uma militar e outra civil. A atu-

ação civil se dá em sete áreas, as quais privilegiam os projetos e obras de cunho social no atendimento do cidadão. Assim, as áreas estabelecidas são da saúde, da educação, das comunicações, da mobilidade, da água e do saneamento bem como a integração das comunidades. Já a vertente militar atende a duas ações: o desenvolvimento sustentável e a adequação da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira (PEF) localizados na região do Programa.

Os pelotões especiais de fronteira são os responsáveis pela vigilância do território brasileiro na Faixa de Fronteira terrestre com os seguintes países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana. Portanto, em muitas ocasiões são o primeiro contato com autoridades civis e militares desses países em suas respectivas áreas de responsabilidade. Esses pelotões atuam isoladamente, pois, em muitos casos, estão a 50 minutos de voo ou oito horas de rio até a cidade mais próxima.

Os recursos orçamentários recebidos do Programa Calha Norte permitem que a infraestrutura dos pelotões de fronteira seja desenvolvida e mantida, em ações que garantam a sua eficiência operacional bem como atendam às necessidades dos militares e da população brasileira que vive nas regiões afastadas da fronteira em que se encontram.

É importante ressaltar que a atuação dos militares brasileiros destacados nos pelotões especiais de fronteira ocorre conforme a legislação vigente. Na lista de suas inúmeras atividades estão a repressão ao narcotráfico, ao contrabando de ar-

mas, à biopirataria, à exploração ilegal de madeira e minério. Em uma atividade que exige o sacrifício e a dedicação integral, a presença de militares em pontos remotos do território permite a vivificação da fronteira, tornando-a uma importante porta de entrada do Brasil devidamente controlada e segura.

A experiência bem-sucedida no Brasil pode ser compartilhada nos países da fronteira sul-americana. Nesse sentido, foi assinado recentemente um memorando de entendimento entre os governos do Brasil, Colômbia e Peru, que tem, entre outros objetivos, o de trabalhar de forma coordenada no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, substâncias psicotrópicas e crimes conexos, o contrabando de precursores químicos, o crime transnacional, o tráfico ilícito de armas, de munições e explosivos, entre outras atividades delituosas.¹⁷ Assim, se verifica uma importante iniciativa para aumentar a segurança e o controle nesses países.

Sistemas de proteção e vigilância e tratados internacionais

O Brasil possui o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Ambos os sistemas se complementam, estando integrados e direcionados à Região Amazônica, permitindo uma ampla gama de oportunidades. Atualmente, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM é o órgão central desses grandes sistemas, que estão desde 2011 sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.¹⁸

O SIPAM é um sistema de administração integrada das questões amazônicas, importante para a região onde o Brasil possui contato fronteiriço em área predominantemente de selva. O sistema tem como principal característica a participação coordenada de diferentes instituições governamentais e da sociedade em geral. Possui como propósito integrar, avaliar e difundir informações que possibilitem o planejamento e a coordenação de ações voltadas para a segurança, para a proteção ambiental e para a exploração sustentada dos recursos naturais da Amazônia.¹⁹

O SIVAM é uma rede integrada de coleta e processamento de informações para atender diversos setores, que vão desde o monitoramento de queimadas à qualidade das águas da Região Amazônica com aplicações civis e militares. De acordo com as suas potencialidades, o SIVAM gera benefícios em diferentes áreas. No que tange à cooperação internacional, o sistema cria condições para a maior integração entre os demais países amazônicos, em esforço comum para o desenvolvimento regional e projeção no cenário global.

A existência do Tratado de Cooperação Amazônica desde o ano de 1978 representa a primeira iniciativa dos países signatários (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) visando a uma integração de políticas nacionais para a região. Em 1998, o tratado evoluiu, com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual possui a sede da Secretaria Permanente em Brasília.²⁰

Nesse sentido, o aproveitamento do conhecimento adquirido pela opera-

ção dos sistemas SIPAM/SIVAM e a possibilidade de cooperação com os países vizinhos da área amazônica apontam para diversas iniciativas, em que a inserção de temas de Defesa pode ser uma excelente oportunidade para o Brasil contribuir com essa importante área estratégica.

SISFRON

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras Terrestres (SISFRON) é um dos projetos estratégicos do EB. Este sistema tem por finalidade a de fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira terrestre bem como incrementar a capacidade do Exército de monitorar áreas de interesse para a Defesa Nacional. O Sistema é conduzido pelo Escritório de Projetos do Exército (EPEX), que é o órgão do Estado-Maior do Exército responsável pela condução dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro.

O SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, como uma decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O sistema enfatiza o adensamento de unidades das Forças Armadas nas fronteiras e impulsiona a capacitação da indústria nacional para a conquista da autonomia em tecnologias indispensáveis à área da Defesa.²¹

Para o Exército, o SISFRON deverá, além de incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos jurídicos que regem o assunto. Desse modo, o Exército poderá atuar em operações isoladas, em conjunto ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais.

Atualmente, o Sistema está em fase de validação do material na área de responsabilidade da 4^a Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, próxima à fronteira com o Paraguai.

Com a finalização futura do projeto, os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo de toda a Faixa de Fronteira, monitorando-a e potencializando o emprego das organizações subordinadas aos comandos militares do Norte, da Amazônia, do Oeste e do Sul. Além disso, o Sistema servirá de instrumento para a integração da atuação dos vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos diversos escalões intermediários e chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília.

O SISFRON também atende às orientações estratégicas do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF),

particularmente no que diz respeito à implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira e à atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas bem como de outras agências governamentais. Por isso, é um importante projeto conduzido pelo Exército Brasileiro e que proporciona oportunidade de intercâmbio de conhecimento na Faixa de Fronteira em atividades de cooperação com os países vizinhos, trazendo a sensação de segurança e proteção às populações fronteiriças.

Dessa forma, o SISFRON contribuirá para a maior integração regional por todo o leque de oportunidades que apresenta, tanto para os diversos órgãos do governo brasileiro, como também pelo que pode ser oferecido aos países vizinhos. Além disso, ampliará a capacidade de monitoramento, mobilidade e presença na faixa de fronteira sul-americana.

Operações na faixa de fronteira

O Ministério da Defesa é o órgão competente para a condução de operações conjuntas bem como para buscar a integração com as diversas agências governamentais no Brasil. Para isso dispõe da Estrutura Militar de Defesa, que proporciona o assessoramento adequado em cada situação de emprego das Forças Armadas. Assim, as Forças Armadas têm atuado de modo integrado e coordenado com outros setores governamentais, na defesa dos interesses nacionais, tornando-se mais visíveis em ações como as destinadas a garantir a segurança das fronteiras brasileiras.

No ano de 2011, o Governo Federal brasileiro lançou o Plano Estratégico de Fronteiras. Este Plano foi o antecessor do atual, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), colocado em vigor em 2016. Ambos determinam as ações integradas a serem executadas pelos diversos entes estatais na prevenção e combate a crimes transfronteiriços. Em linhas gerais, o PPIF pode ser visualizado em duas operações: *Sentinela* e *Ágata*.²²

A Operação *Sentinela*, coordenada pelo Ministério da Justiça, tem ações centradas no trabalho de investigação e inteligência e na atuação conjunta de órgãos federais de segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança).

Já a Operação *Ágata* — coordenada pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) — mobiliza efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea para atuar, de forma episódica, em pontos estratégicos da fronteira. Durante a operação, são realizadas missões táticas destinadas a coibir delitos como o narcotráfico, o contrabando, o descaminho, o tráfico de armas e munições, os crimes ambientais, a imigração e o garimpo ilegal.

Na Operação *Ágata*, as ações preventivas e repressivas de características predominantemente terrestres são executadas pelo Exército. Tais ações abrangem o bloqueio e controle de estradas, as operações de patrulha, a revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves. Além disso, em um futuro próximo, com a ampliação do Sistema In-

tegrado de Monitoramento de Fronteiras Terrestres (SISFRON), qualquer operação na Faixa de Fronteira será facilitada pelo conjunto integrado de recursos tecnológicos disponíveis às unidades executantes — como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência.

É importante ressaltar que, durante a execução de Operações na Faixa de Fronteira, as autoridades dos países vizinhos são convidadas a participar do acompanhamento das ações, o que possibilita o intercâmbio de conhecimento e abre caminho para outras iniciativas de cooperação internacional que sejam de mútuo interesse aos países vizinhos, aumentando a presença do Estado na região fronteiriça.

Projeto Rondon

O Projeto Rondon é desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior públicas e privadas. O Projeto tem por objetivo contribuir para a formação do jovem universitário como cidadão e para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes. Além disso, beneficia os municípios previamente selecionados com o envio de professores e alunos universitários de diferentes áreas do conhecimento.

A primeira operação do Projeto Rondon foi realizada em julho de 1967, sendo chamada de Operação Piloto ou Operação Zero. Naquela ocasião, contou com a participação de trinta alunos e dois professores da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Esta-

do do Rio de Janeiro), da Universidade Federal Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Essa fase do Projeto teve duração até o ano de 1989, quando encerrou suas atividades. Em 2005 foi retomado e permanece até os dias atuais sendo uma ativa ferramenta de transformação, tanto de universitários quanto das comunidades beneficiadas.

Com uma forma peculiar de atuação, em que os valores humanitários são aflorados, o Projeto Rondon atribui uma prioridade à formação de multiplicadores entre os seus participantes, sendo eles os produtores locais, os agentes públicos, os professores e as lideranças da comunidade. Dessa forma, permite que as ações tenham efeitos duradouros, favorecendo no longo prazo a população, a economia, o meio ambiente e a administração locais. Com isso, há a salutar troca de experiências entre o conhecimento acadêmico e a realidade brasileira em prol do desenvolvimento pleno da cidadania.

O apoio das Forças Armadas é indispensável para o sucesso do Projeto Rondon, em particular pela sua grande cobertura territorial. Graças à capacidade de projeção e presença, proporciona o suporte logístico e a segurança necessários a sua realização. Assim, o Projeto desde o seu relançamento em 2005, o Projeto Rondon realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 24 estados, com a participação de 2.170 instituições de ensino superior e 21.436 rondonistas (como são chamados os universitários e professores que participam do Projeto), alcançando cerca de dois milhões de pessoas.²³

Em 2016, foram desenvolvidas ações em 29 municípios do Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. No ano de 2017, o projeto completou 50 anos da Operação Zero, reforçando sua importância social e educacional. Desse modo, o Projeto Rondon se constitui em uma experiência brasileira bem-sucedida e que pode ser intercambiada com países interessados.

Considerações Finais

Os conceitos de Estado e Fronteira estão intimamente ligados. No caso brasileiro, devido à grande extensão de suas fronteiras, o assunto torna-se mais relevante. Portanto, exige toda a atenção e o esforço para o desenvolvimento vivido em tempos modernos, adequado à cada vez maior conectividade das pessoas e dos povos.

A importância da faixa de fronteira para o Estado brasileiro justifica a existência de legislação específica no ordenamento jurídico, em particular na própria Constituição Federal de 1988, bem como em leis complementares que garantem a presença e o emprego das Forças Armadas em área de grande valor geopolítico. Dessa forma, a convivência diária com os problemas fronteiriços e a busca de soluções que os resolvam torna os militares participantes e convededores das dificuldades ocasionadas, sobretudo pela distância dos principais centros econômicos, políticos e demográficos do Brasil. Sendo assim, a atuação do Exército Brasileiro na faixa de fronteira é considerada como

atribuição subsidiária particular muito bem-vinda pela população dessa região, pois em muitos casos é a única presença do Estado nessa porção sensível do território nacional.

A atuação governamental é importante ser executada de maneira coordenada e constante. Para tanto, a existência do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) fortalecerá em longo prazo a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. Também permitirá realizar a cooperação e a integração com os países vizinhos, o que é fundamental ao êxito das operações e ao bom convívio diplomático, que é garantido pela presença de unidades militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira.

Conclui-se que manter uma fronteira viva e em segurança com países vizinhos é uma tarefa difícil, que exige o comprometimento de todas as instituições envolvidas com o tema fronteiriço.

Entretanto, é importante que seja criada a sinergia necessária para encarar os problemas de frente, identificando-os de forma clara e objetiva, para que toda a sociedade seja beneficiada. A grande capilaridade que o Exército Brasileiro possui em todo o território constitui o braço forte da presença do Estado, em especial nas remotas áreas fronteiriças, e permite, ao mesmo tempo, estender a mão amiga a todos os que necessitem, particularmente em apoio a qualquer ação estratégica governamental.

Por fim, se verifica que a presença e o sentido nacional do Exército Brasileiro como fator de união, solidariedade e cooperação contribuem para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Ademais, o espírito de confraternização, camaradagem e relacionamento profissional que o Exército Brasileiro desfruta em relação aos Exércitos vizinhos sul-americanos concorre para a segurança regional e para a estabilidade do continente. ☰

Referências

- ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, perspectivas da economia de defesa. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 2002, n. 793.
- BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constiticao.htm>. Acesso em 1º Mar 17.
- _____. Casa Civil. Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em 28 Mar 17.
- _____. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em 15 Mar 17.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. 2012.

_____. Ministério da Defesa. Programa Calha Norte. Disponível em: <[//calhanorte.defesa.gov.br/index.html](http://calhanorte.defesa.gov.br/index.html)>. Acesso em 29 Mar 17.

_____. Ministério da Defesa. Programas Sociais. Projeto Rondon. Disponível em: <www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon>. Acesso em 4 Abr 17.

_____. Ministério da Integração Nacional. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.

CUNHA, James Bolfoni da. Jaguarão e os Militares – Dois Séculos na Fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DÍAZ, Emilio Sánchez de Rojas. *Las fronteras “porosas” de Sudamérica: ¿líneas divisorias o áreas de cooperación?* Instituto Español de Estudios Estratégicos, Madri, 7 Jun 16. Disponível em: <www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2016/DIEEEA39-2016_Fronteras_Porosas_Sudamerica_ESRD.pdf>. Acesso em 28 Fev 2017.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas:** um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2015.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira et al. **A Porosidade das Fronteiras Norte do Brasil e os Mecanismos de Vigilância: SIPAM, SIVAM, SISFRON e Operações Ágata.** Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/a_porosidade_das_fronteiras_norte_do_brasil_e_os_mecanismos_de_vigilancia_sipam,_sivam,_sisfron_e_operacoes_agata>. Acesso em 15 Mar 2017.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Tradução do artigo original em espanhol, publicado no site do Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE), em 26 de março de 2018. Acesso em 30 de abril de 2018, de: <www.ieee.es/publicaciones-new/documentos-de-opinion/#2>.

² GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015, pág. 348.

³ Ibidem, pág. 17-21.

⁴ SOUSA, Fernando de. Dicionário de Relações Internacionais. Porto: Edições Afrontamento. 2005. Acesso em 20 Out 2016, de: <politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>. Pág. 77.

⁵ Ibidem, pág. 86.

⁶ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012, pág. 529.

⁷ BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Acesso em 1º Mar 17, de: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

- ⁸ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. Pág. 11.
- ⁹ Ibidem. Pág. 11.
- ¹⁰ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015. Pág. 115.
- ¹¹ CUNHA, James Bolfoni da. Jaguarão e os Militares – Dois Séculos na Fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012. Pág. 22.
- ¹² BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. 2012. Pág. 34.
- ¹³ Ibidem. Pág. 34.
- ¹⁴ BRASIL. Boletim do Exército nº 9/2016, de 4 de março de 2016. Acesso em 3 Abr 17, de: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>.
- ¹⁵ BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. 2012. Pág. 169.
- ¹⁶ BRASIL. Programa Calha Norte. Convênios: Normas e Instruções. Brasília. 2016. Pág. 15.
- ¹⁷ BRASIL. Decreto nº 8.698, de 28 de março de 2016. **Acesso em 19 Abr 17, de <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8698.htm>.**
- ¹⁸ BRASIL. Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011. **Acesso em 30 Abr 18, de <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7424.htm>.**
- ¹⁹ ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, perspectivas da economia de defesa. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 2002. Pág. 44.
- ²⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Política Externa. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Acesso em 20 Maio 17, de: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>.
- ²¹ BRASIL. Boletim do Exército nº 52/2010, de 31 de dezembro de 2010. Acesso em 20 Maio 17, de: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Pág. 23-34.
- ²² BRASIL. Ministério da Defesa. Exercícios e Operações. Proteção das fronteiras. Acesso em 4 Abril 17, de: <www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/protecao-das-fronteiras>.
- ²³ BRASIL. Ministério da Defesa. Programas Sociais. Projeto Rondon. Acesso em 4 Abr 17, de: <www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon>.

O capitão Basil Liddell Hart e a reabilitação dos generais alemães

*Fernando Velôzo Gomes Pedrosa**

Desde a década de 1920 e até sua morte em 1970, o teórico militar e historiador britânico capitão Basil H. Liddell Hart tem sido considerado como uma autoridade mundial em assuntos militares. Alastair Buchan, primeiro diretor do International Institute for Strategic Studies (IISS), referiu-se a Liddell Hart como “o mais importante pensador militar da era da guerra mecanizada”. O historiador britânico Michel Howard chamou-o “o maior pensador militar sobre a guerra deste século”. Ariel Sharon referia-se a Liddell Hart como “o maior professor de todos nós”.¹ Mas, a despeito destas referências laudatórias, o “capitão que ensinava os generais”² também foi objeto de controvérsias ao longo de sua atividade intelectual.

O propósito deste trabalho é apontar como Liddell Hart usou a História Militar para justificar suas teorias militares a partir da experiência das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial e como, nesse processo, buscou eximir as Forças Armadas alemãs de responsabilidades pelo genocídio perpetrado na Europa contra a população judia e outras minorias, além de outros crimes e abusos contra prisioneiros de guerra e po-

pulações civis nos países ocupados.

Basil Henry Liddell Hart alistou-se como oficial do Exército Britânico no início da Primeira Guerra Mundial, da qual participou brevemente como tenente de infantaria. Após haver sido ferido levemente algumas vezes, foi gravemente gaseado durante a batalha do Somme, em meados de 1916, e retornou à Inglaterra para tratamento, sendo depois designado como instrutor de unidades que se preparavam para a guerra. Durante esse período, dedicou-se à produção de textos sobre doutrina militar e colaborou na elaboração do novo manual de combate de infantaria do Exército Britânico, tomando como base sua experiência no campo de batalha.

Após a Guerra, Liddell Hart foi reformado no posto de capitão e passou a escrever sobre temas militares e estratégia, defendendo o emprego de unidades blindadas para dar maior capacidade de manobra e de penetração ao Exército Britânico. No nível estratégico, defendia a tradição britânica de um exército pequeno e profissional, voltado principalmente para a defesa das Ilhas Britânicas e do Império. No nível operacional, propunha o amplo emprego de forças

* Cel Inf R/1 (AMAN/78, EsAO/88, ECEME/94), doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ/18), membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atualmente, é assessor do Instituto Meira Mattos, da ECEME.

blindadas, compostas por unidades de carros de combate, apoiadas por tropas de infantaria transportadas em veículos blindados, um conceito que seria adotado pelo Exército Alemão com esmagadora eficácia alguns anos depois. Em todos os níveis da ação militar, propugnava pelo método da aproximação indireta, como meio de evitar as principais defesas do inimigo, atacando-o pelos flancos e obtendo a surpresa.³

Embora afastado do serviço ativo do Exército Britânico, Liddell Hart continuou contribuindo com a instituição, como assessor teórico e por meio de artigos e livros sobre temas de História Militar e de doutrina militar. Suas propostas para as tropas blindadas tiveram alguma repercussão na Inglaterra, mas sofreram oposição da oficialidade mais antiga, que via os carros de combate como simples armas de apoio ao avanço da infantaria. Mesmo assim, suas propostas, associadas às do coronel J. F. C. Fuller, foram capazes de convencer o Exército Britânico a organizar as primeiras brigadas e divisões blindadas da história.⁴

Os textos de Liddell Hart também receberam atenção na Alemanha, cujo exército buscava reconstituir-se diante das sérias restrições impostas pelo Tratado de Versalhes. Embora não na medida alardeada por Liddell Hart,⁵ a liderança

militar alemã tomou seus escritos como referência para a organização das divisões *panzer* e para suas táticas de ação independente, rápida e profunda.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o capitão Liddell Hart aproveitou suas funções oficiais junto ao Exército Britânico e teve a oportunidade de entrevistar diversos oficiais-gerais alemães que se encontravam em cativeiro sob a custódia britânica. O resultado dessas entrevistas foi o livro *O outro lado da colina*, publicado em 1948 na Inglaterra e nos Estados Unidos.⁶

A partir dessas entrevistas, Liddell Hart desenvolveu laços de amizade com alguns dos generais entrevistados, encontrando afinidade de pensamento nos assuntos técnicos militares abordados em suas obras. Em função dessas amizades e admiração, prefaciou os livros do marechal Erich von Manstein (*Lost victories*)⁷ e do general Heinz Guderian (*Panzer leader*).⁸ Também organizou, editou e anotou o livro *The Rommel papers*, no qual reuniu e trouxe a público os documentos do arquivo pessoal do falecido marechal Erwin Rommel, com a ajuda da esposa e do filho da lendária “Raposa do Deserto”.⁹

Em *O outro lado da colina*, Liddell Hart procura apresentar os eventos mais decisivos da Segunda Guerra Mundial sob o ponto de vista dos generais alemães

A oficialidade mais antiga via os carros de combate como simples armas de apoio ao avanço da infantaria

com os quais teve a oportunidade de conversar e entrevistar após a Guerra. O livro também descreve o processo de ascensão de Adolf Hitler e acaba servindo para justificar a condescendência e aprovação tácita dos chefes militares alemães aos crimes praticados pelas autoridades do regime nazista na Alemanha, ao longo do processo de tomada do poder pelo Partido Nazista e durante o desenrolar da Guerra.

O livro deixa claro o interesse mútuo do autor e de seus entrevistados em minimizar qualquer maior responsabilidade das Forças Armadas Alemãs com a política de genocídio implantada pelo nazismo. De parte dos entrevistados, deve-se observar que todos se encontravam prisioneiros e submetidos a procedimentos judiciais para avaliar suas responsabilidades em relação aos crimes de guerra cometidos pelas forças alemãs durante a Segunda Guerra Mundial. É evidente que esses depoimentos, por mais honestos que tenham sido, foram afetados pelo senso de autopreservação e pela oportunidade de fazer uma boa figura diante de um escritor muito conhecido e respeitado pelo público ocidental e pelos chefes militares aliados.

Da parte de Liddell Hart, havia o interesse em destacar o estrito profissionalismo e a excelência militar dos generais alemães, ressaltando em que medida aqueles

brilhantes soldados haviam levado em conta e aprendido de seus livros sobre a arte da guerra. Mas, para que aquelas vozes “do outro lado da colina” fossem levadas em conta, era fundamental que expressassem a opinião de homens respeitáveis e isentos de culpas pelos abusos cometidos pelo governo nazista.

Ao longo de sua argumentação, Liddell Hart aponta diversas condutas moralmente reprováveis e indiscutivelmente criminosas, cometidas pela liderança nazista no processo de ascensão ao poder e consolidação da ditadura hitlerista, e chega a questionar como a liderança militar alemã aceitou, resignadamente, compactuar com esses crimes. Mas, como explicação para a inação dos generais diante da implantação de uma ditadura que não se limitava por nenhum critério moral, Liddell Hart apresenta as Forças Armadas alemãs como

instituições fortemente profissionais, regidas pela tradição militar prussiana e por elevado sentido de honra pessoal, e isentas de envolvimento político. A justificativa aceita por Liddell Hart reproduz os argumentos dos generais alemães: “seu juramento de lealdade ao Führer” — sem questionar como a lealdade devida ao Estado pelos soldados pode ser transferida a uma pessoa —; a avaliação de que “o povo alemão não percebera a realidade dos fatos e não compre-

Hart aponta diversas condutas reprováveis e criminosas cometidas pela liderança nazista no processo de ascensão ao poder

2º QUADRIMESTRE DE 2018 | ADN

enderia qualquer ação dos generais contra Hitler”; a avaliação de que “as tropas da frente russa reprovariam as da frente ocidental por abandoná-las”; e “o medo de entrar para a história como traidores de seu país”.¹⁰

No entanto, esse argumento de estrito profissionalismo militar e de honra pessoal não se sustenta diante da dócil aceitação das interferências de Hitler — a quem Liddell Hart se refere repetida e desdenhosamente como um “cabo da Boêmia” — em assuntos profissionais militares, chegando a assumir pessoalmente diversos cargos militares privativos de oficiais-generais,¹¹ embora não tivesse qualquer qualificação profissional para exercer tais funções.¹²

No que se refere a honra, também se pode constatar que alguns episódios da ascensão do Partido Nazista atacaram e ofenderam diretamente as instituições militares e atingiram alguns altos oficiais, como foi o caso do assassinato do general Kurt von Schleicher, no episódio que ficou conhecido como “A Noites das Longas Farcas”, em 30 de junho de 1934, e as demissões dos generais Werner von Blomberg e Werner von Fritsch no início de 1938, a partir de denúncias, chantagens e dossiês falsos.¹³ Os casos dos generais von Fritsch e Ludwig Beck demonstram como o generalato alemão abandonou dois chefes de postura profissional, que se opunham à infiltração nazista no Exército e à política agressiva em relação aos países vizinhos. As reações de von Fritsch aos conflitos provocados pelas SS em suas relações com o Exército e sua oposição aos planos

de invasão da Tchecoslováquia levaram a seus inimigos Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich, líderes das SS, a forjar contra ele uma acusação de homossexualismo, forçando-o a demitir-se do cargo de comandante em chefe do Exército em fevereiro de 1938.¹⁴ Poucos meses depois, seu subordinado, general Beck, chefe do Estado-Maior do Exército — após haver tentado, sem êxito, convencer a Hitler de que sua política agressiva provocaria uma guerra da qual a Alemanha sairia derrotada e destruída —, demitiu-se de seu cargo em 18 de agosto. Em 16 de julho, referindo-se aos seus camaradas generais, Beck escreveu profeticamente:

A história acusará esses chefes de homicídio, se eles não agirem de acordo com seus conhecimentos políticos especializados e consciência. A obediência militar a que estão sujeitos tem um limite no ponto em que seus conhecimentos, sua consciência e senso de responsabilidade lhes proíbam o cumprimento de uma ordem. [...] Constitui falta de grandeza e de compreensão do dever, se um soldado, na mais alta posição em uma ocasião como esta, considerar seus deveres e tarefas apenas dentro do marco estreito de suas ordens de natureza militar, sem estar consciente de suas mais altas responsabilidades para com a nação como um todo. Tempos extraordinários exigem medidas extraordinárias.¹⁵

Apesar disso, Beck, assim como Fritsch, preferiu desempenhar seu papel de soldado apolítico e jamais cogitou a possibilidade de opor firmemente o Exército contra a liderança política de Hitler, mesmo em circunstâncias tão extraordinárias. Ele acabaria se suicidando após o

fracasso do atentado contra Hitler de 20 de julho de 1944.

O sentido de estrito profissionalismo tampouco se sustenta pela clara infiltração política nas Forças Armadas. A Luftwaffe, sendo uma força nova e sem uma tradição arraigada, e estando sob o comando de um dos mais destacados líderes do Partido Nacional-Socialista, Hermann Goering, era majoritariamente nazista. A forte expansão de efetivos do Exército trouxera para seu interior uma jovem oficialidade fortemente comprometida com o nazismo e recrutada na Juventude Hitlerista. As SS organizaram uma força militar em moldes semelhantes ao Exército, mas mantida sob o controle do Partido — as Waffen SS —, que operava em conjunto com as tropas do Exército, sem causar qualquer constrangimento nos militares profissionais. Em geral, Liddell Hart acusa as SS e absolve o Exército Alemão, mas não lhe parece estranho que o Exército convivesse tão harmoniosamente com as forças das Waffen SS.

Uma coisa salta aos olhos da leitura de *O outro lado da colina*: faltou perguntar sobre os campos de extermínio. Os generais alemães sabiam da existência dos campos de extermínio? Se sabiam, por que permaneceram calados? Como essa omissão pôde conviver com o sentido de honra militar alegado para justificar a obediência a Hitler?

Liddell Hart conclui seu livro com palavras de apoio e elogio aos chefes militares alemães:

Os generais alemães desta guerra foram o melhor produto de sua profissão — em qualquer lugar do mundo. Poderiam ter sido melhores ainda se sua perspectiva ti-

vesse sido mais larga, e sua compreensão, mais profunda. Mas se eles tivessem se tornado filósofos, teriam deixado de ser soldados.¹⁶

Não surpreendentemente, o marechal de campo Erich von Manstein — que foi condenado à prisão por crimes de guerra — abre a introdução de suas memórias, *Lost Victories*, com a citação desse parágrafo de Liddell Hart,¹⁷ que lhe vem a calhar como justificativa para suas omissões morais diante dos abusos cometidos por suas tropas ou dentro de sua área de responsabilidade.

Essa frase de Liddell Hart resume dois julgamentos. Um de caráter profissional e outro de natureza moral. Ao colocar os generais alemães profissionalmente acima de suas contrapartes aliadas, Liddell Hart retribui com gratidão a atenção que aqueles oficiais deram às suas teorias militares publicadas no entre-guerras. Em assim fazendo, homenageia a si próprio, colocando-se como o profeta que não foi ouvido em sua própria terra. Mas esse julgamento profissional contém um claro equívoco, pois restringe o desempenho militar das forças armadas alemãs aos êxitos táticos e operacionais no campo de batalha. Entretanto, a atividade militar é extremamente complexa e deve ser avaliada em suas dimensões vertical e horizontal. A dimensão horizontal inclui numerosas tarefas simultâneas e interdependentes em cada nível hierárquico: recrutamento, organização, planejamento, treinamento, tecnologia, logística, inteligência, comando e controle e o combate em si. A dimensão vertical desce do nível político até o tático, passando pelos níveis estratégico e operacional. O julgamento do desempenho de uma instituição

militar tem de contemplar seus aspectos políticos, incluindo a capacidade de a liderança militar influir nas decisões políticas ligadas a questões de segurança e defesa.¹⁸ A simples submissão a desígnios políticos catastróficos, e mesmo criminosos, é um claro sinal de fracasso dos líderes militares, em suas funções básicas de assessoramento da liderança política e de busca das melhores condições para o desenvolvimento e emprego exitoso das Forças Armadas.

Embora injusto para com os generais que, afinal, conduziram as forças aliadas à vitória contra o nazismo, a avaliação de Liddell Hart é perdonável e pode ser compreendida como fruto de pura vaidade intelectual. Mas, ao contrapor a missão do soldado às considerações filosóficas, Liddell Hart exime o generalato alemão do julgamento moral de suas ações e dos abusos cometidos pela liderança nazista sob suas vistas.

Ora, julgamento moral está na essência da atividade militar e serve de fundamento para o Direito da Guerra, seja em sua vertente do direito de fazer a guerra (*jus ad bellum*), seja na do Direito que regula a condução da guerra (*jus in bello*). A ação militar — entenda-se, o emprego da violência para obtenção de objetivos políticos — é a atividade humana que mais profunda e complexamente envolve difíceis decisões e dilemas morais. A relevâ-

cia das questões éticas que estão envolvidas nas ações militares pode ser claramente ilustrada pela profusão de obras literárias e cênicas que tratam desse tema. Na verdade, o emprego da violência fascina o homem, e grande parte dessa fascinação provém da grave prova moral que se apresenta àqueles que participam de ações de força. A história está repleta de exemplos de governos e líderes militares que apresentam explicações morais para justificar o emprego da força. Embora muitas dessas justificativas sejam hipócritas e mentirosas, “a hipocrisia grassa no discurso dos tempos de

guerra porque, numa época dessas, é especialmente importante parecer estar com a razão”.¹⁹ A mentira e a hipocrisia são, em si, a prova cabal da importância do julgamento moral ao qual as sociedades submetem governantes — quando decidem fazer uso da força como último recurso político — e líderes militares — pela maneira como exercem a violência no cumprimento de suas missões.

A postura de chefes militares diante da ação agressiva e criminosa de líderes populistas ou ditatoriais bem como sua ação de comando em combate envolvem decisões tão graves que não podem jamais estar dissociadas do juízo moral e da responsabilidade dos comandantes pelo desempenho e conduta das forças sob seu comando. ☩

A ação militar é a atividade humana que mais envolve difíceis decisões e dilemas morais

Referências

- BOND, Brian; ALEXANDER, Martin. *Liddell Hart e De Gaulle: doutrinas da responsabilidade limitada e da defesa móvel*. In PARET, Peter (Ed.). **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel à Era Nuclear. Tomo 2. Com a colaboração de Gordon A. Carig e Felix Gilbert; tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 177-210.
- GUDERIAN, Heinz. **Panzer Líder: A verdadeira história dos Panzers, e a sua influência na 2ª Guerra mundial**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- HART, B. H. Liddell. **O Outro Lado da Colina: Ascensão e queda dos generais alemães, com seus depoimentos acerca dos acontecimentos de 1939-1945**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho e Haroldo Carvalho Neto. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- _____. **As Grandes Guerras da História**. 4^a Ed. Tradução de Aydano Arruda. Revisão técnica e anotações do Gen. Reynaldo Mello de Almeida. São Paulo: IBRASA, 1982.
- KEEGAN, John. **A Máscara do Comando**. Tradução de Geraldo Pereira de Almeida Filho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- MANSTEIN, Erich von (Field-Marshall). **Lost Victories: the war memories of Hitler's most brilliant general**. Edited and translated by Anthony G. Powell. Foreword by B. H. Liddell Hart. Introduction by Martin Blumenson. Novato, CA: Presidio, 1994.
- MEARSHEIMER, John J. **Liddell Hart and the Weight of History**. Ithaca: Cornell University Press, 2010.
- MILLET, Alan R.; MURRAY, Williamson; Watman, Kenneth H. *The Military Effectiveness of Military Organizations*. In MILLET, Alan R.; MURRAY, Williamson (Editors). **Military Effectiveness**. Volume 1, The First World War. Boston: Unwin Hyman, 1988.
- MURRAY, Williamson. *Armored Warfare: The British French and German experiences*. In MURRAY, Williamson; MILLET, Allan R. (Editors). **Military Innovation in the Interwar Period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- O'NEILL, Robert. *Fritsch, Beck e o Führer*. In BARNETT, Correlli. **Os Generais de Hitler**. 3^a Ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Liddell Hart Unveiled*. **Twentieth Century British History**, Vol. 1, No. 1, 1990, pp. 101-113.
- REID, Brian Holden. **Studies. in British Military Thought: Debates With Fuller & Liddell Hart**. Lincoln: University of Nebraska, 1998.
- ROMMEL, Erwin. **The Rommel Papers**. Edited by B.H. Liddell Hart, with the assistance of Lucie-Maria Rommel, Manfred Rommel, and Fritz Bayerlein; translated by Paul Findlay. Nova York, NY: Da Capo, 1982.

WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas: Uma argumentação moral com exemplos históricos.** Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Apud Mearsheimer, 2010, p. 1-2.

² Yigal Allon, apud Mearsheimer, p. 2.

³ Hart, 1982.

⁴ Murray, 1998.

⁵ Reid, 1998. p. 13.

⁶ Hart, 1980.

⁷ Manstein, 1994.

⁸ Guderian, 1966.

⁹ Rommel, 1982.

¹⁰ Hart, op. cit. p. 363.

¹¹ Ao longo de seu governo, Hitler assumiu sucessivamente as funções de comandante supremo das Forças Armadas, em 1938, de comandante em chefe do Exército, em 1941, e de comandante do Grupo de Exércitos A na Frente Russa, em 1943 (KEEGAN, 1999, Cap. 4).

¹² Hart, op. cit. p. 39, 52.

¹³ Ibidem. p. 38-40.

¹⁴ O'Neill, 2001.

¹⁵ Apud. O'NEILL, op. cit. p. 51-52.

¹⁶ Ibidem. p. 388.

¹⁷ Manstein, op. cit. p. 17.

¹⁸ Millet; Murray, 1988.

¹⁹ Walzer, 2003. p. 32.

A cobra fumou

O homem cordial venceu na Itália¹

*Luiz Eduardo Maciel Lopes**

Introdução

O conceito moderno de cultura abrange todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade (TYLOR, 1871, p. 18). Essa definição abarca a forma como os membros de uma sociedade se relacionam entre si e com o meio que os cerca.

Estratégia, por sua vez, é a arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem (BRASIL, 2015, p. 109/288). Depreende-se que a estratégia é uma forma de solucionar um problema, representado pela presença de um óbice na direção de um objetivo, aplicando, para isso, o poder. É nesse contexto que a cultura torna a guerra possível. Ela fornece os códigos morais e as técnicas da guerra, dizendo às comunidades por que razão combatem e como o devem fazer (FARRELL, 2005, p. 8-9).

A cultura, assim, explicita para os membros de uma sociedade os motivos e o momento em que o óbice exige a aplica-

ção do poder militar, ao mesmo tempo em que permeia as ações adotadas para a superação desse óbice. Nesse aspecto cultural, talvez resida o componente de “arte” em que se enquadra a definição de estratégia. Uma cultura estratégica, então, é o somatório de ideais, respostas emocionais e padrões de comportamento que os membros de uma comunidade estratégica nacional adquirem (SNYDER, 1977, p. 8).

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi a força militar constituída, em 9 de agosto de 1943, para lutar na Europa ao lado dos países Aliados, contra os países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial. Integrada, inicialmente, por uma divisão de infantaria, a FEB acabou por abranger todas as tropas brasileiras envolvidas no conflito, chegando a um efetivo de 25.700 homens (MOREIRA, 2017). O início do transporte da FEB ocorreu em julho de 1944, e seu emprego em combate aconteceu entre setembro de 1944 e maio de 1945.

A FEB foi a solução brasileira para o atingimento do objetivo “paz estável”, diante do óbice representado pelo torpedeamento dos navios brasileiros por sub-

* Maj Cav (AMAN/02, EsAO/10), possui o curso de Comunicação Social (CEP/16), o Curso Básico de Inteligência (EsIMEx/05) e o Curso de Operações de Inteligência em Segurança Pública (Subsecretaria de Inteligência do Rio de Janeiro/06). Atualmente, é aluno da ECEME.

marinos do Eixo. A estabilidade da paz obtida por meio da vitória militar da FEB só pode ser medida pelo crescimento da inserção internacional do Brasil, particularmente, pelo seu papel na Organização das Nações Unidas, da qual é membro fundador. Uma participação como essa não teria sido possível sem a cessão do saliente nordestino, a atuação da Marinha do Brasil e da Marinha mercante e sem a consolidação do alinhamento com as nações vencedoras, por meio do esforço militar representado pela FEB.

Estrutura-se, então o problema de pesquisa: considerando-se a FEB uma solução estratégica, como se manifestaram aspectos culturais brasileiros na aplicação do poder militar nacional na Campanha da Itália, em 1944 e 1945?

Antes de explicitar o caminho percorrido para responder ao problema já descrito, cabe esclarecer que o estudo sociológico por meio de tipo ideal foi um método surgido no início do século XX e se refere ao uso de noções abstratas como uma caricatura, exagerando as principais características e reduzindo as menos importantes, para esboçar a verdade subjacente. Essa abordagem permite entender as partes complexas da sociedade por meio de uma versão simplificada (COSTA, 2013). A influência dessa forma de pesquisa inspirou (SAES, 2004, p. 4-13) a elaboração de um tipo ideal para compreender a cultura brasileira, denominado “o homem cordial” (HOLANDA, 1995, p. 139).

A opção pelo “homem cordial” se justifica porque foi uma representação estabelecida em 1936, em um período

imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939. A proximidade das datas é particularmente importante porque se buscou uma caricatura fornecida pelo tipo ideal que representasse a cultura nacional nos anos imediatamente anteriores à preparação e emprego da FEB.

Para responder ao problema de pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar características do tipo ideal “homem cordial”, constatadas em relatórios americanos sobre a FEB, relatos de ex-militares alemães que combateram os brasileiros na Itália e livros de ex-combatentes brasileiros sobre o assunto.
2. Concluir sobre a possibilidade de utilizar a experiência da FEB para aprimorar a cultura estratégica brasileira, na superação de óbices de toda ordem.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou encontrar as definições de características do “homem cordial” que mais se adequavam aos fatos históricos narrados nas fontes de consulta e, posteriormente, descrever como essas características se manifestaram à luz dos próprios fatos.

Desenvolvimento

Reações motivadas pela cordialidade

O homem cordial é um indivíduo movido pelo coração, porque a palavra cordial há

de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. (HOLANDA, 1995, p. 204, 205)

O momento em que a reação, a partir de aspectos cordiais, na acepção adotada acima, pode ser percebida de forma mais contundente é a tomada de Monte Castello, após quatro ataques infrutíferos. Havia a consciência, por parte do comando da Divisão de Infantaria Expedicionária, do impasse gerado pelos insucessos anteriores. Mas, para explicar a mudança de moral e espírito, os relatórios americanos encontraram como uma das causas o fato de os brasileiros terem encontrado corpos de companheiros insepultos nas encostas de Monte Castello, e ainda por cima minados pelos alemães (*HEADQUARTERS IV CORPS*, apud WAACK, 2015, p. 208). Isso enraiveceu os soldados brasileiros, e eles realmente partiram atrás dos alemães. Os soldados demonstraram de fato que tinham muita coragem (*AFHQ*, apud WAACK, 2015, p. 231).

Essa evolução, característica do homem brasileiro em campanha, é percebida e descrita de forma clara pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco:

E quando o combate começava, o que caracterizava o homem brasileiro era o seu aspecto de homem impressionado. Os primeiros instantes em combate longe estavam de ser instantes de pavor em que passasse pela cabeça do brasileiro a ideia de uma deserção para a retaguarda. Não. O brasileiro mostrava-se impressionado, patenteava um pouco de inibição. Mas,

depois, pouco a pouco, ia recobrando a sua própria direção, o tipo e a ligação de um para com o outro. Transformava-se num combatente ardoroso... (CASTELLO BRANCO apud SILVEIRA, 2001, p. 140)

A causa atribuída pelo chefe de operações da 1^a DIE para essa mudança de comportamento do soldado era a presença de um “tenente, um capitão, que estava junto de si e o puxava para frente” (CASTELLO BRANCO apud SILVEIRA, 2001, p. 140). A importância da liderança, em combate, é incontestável, porém, observa-se, pelo próprio relato do marechal, que o tenente ou o capitão aparecem ao final dessa tomada de consciência como catalisadores do ardor, da agressividade recém-gerada.

A proporção da reação dos soldados brasileiros pode ser observada, ainda, no relato extraído do diário de um oficial alemão que atuava na defesa de Monte Castello: “O que um ser humano é capaz de fazer ao outro. Minha querida, se você soubesse o medo que senti nesses momentos (...)” (WAACK, 2015, p. 234).

Mas, a motivação cordial explica, ainda, a proteção dos prisioneiros de guerra alemães por parte da FEB, diante da população dos povoados italianos e da atitude dos *partigiani*. No relato de Joaquim Xavier da Silveira, ex-combatente brasileiro, que lutou na Itália:

Aqueles patriotas que, com tanto denodo e coragem, enfrentaram todos os perigos e combateram os alemães e os italianos fascistas, no final da guerra salpicaram a sua glória com atos de vingança pessoal. Os febianos assistiram e tomaram conhecimento de julgamentos sumários,acom-

panhados de fuzilamentos, e perseguição a jovens italianas que tiveram os seus cabelos raspados por manterem relações com os alemães. (SILVEIRA, 2001, p. 199)

O quadro da ameaça aos prisioneiros alemães estava claro. Porém, como explicar o comportamento decidido descrito abaixo, para proteger o mesmo inimigo que havia armadilhado os corpos insepultos de companheiros? “Os soldados brasileiros que nos guardaram foram muito enérgicos e nos protegeram da fúria da população, disse o ex-captão Mull” (apud WAACK, 2015, p. 265). “Ao meu lado, um soldado negro ainda disparou sua arma para o alto para conter o povo, acrescentou Gärtner” (apud WAACK, 2015, p. 265).

Sem dúvida, a euforia da vitória trazia um alento. Mas, a percepção do inimigo, após rendido, era o ponto crucial. A descrição de uma rendição de soldados alemães para brasileiros por um posto de observação (PO) do Exército Alemão éclarecedora:

O soldado dos binóculos do PO da artilharia continua vendo coisas estranhas. Ele observa vários soldados alemães e “americanos” cumprimentando-se com apertos de mão nas proximidades de Capilla il Monte. (JÄGER REGIMENT 741, apud WAACK, 2015, p. 244)

O inimigo, antes percebido quase como uma entidade demoníaca, que contra-atacava de forma brutal e precisa, estigma do Exército Alemão, extremamente respeitado no Brasil, depois da rendição, passava a ter rosto, tornava-se familiar:

Em muitos casos, quando a Divisão entrou em linha, as tropas que capturaram prisioneiros os haviam alimentado e lhes dado cigarros. Com esse tratamento, os prisioneiros ganham confiança e se recusam a dar informações. (BRAZILIAN LIAISON DETACHMENT, apud WAACK, 2015, p. 172)

A cordialidade, ora explicitada, apresenta características que podem-se tornar oportunidades, se bem administradas pelas lideranças desses soldados em combate. O relacionamento com os prisioneiros de guerra, por si só, já serve como incitação à rendição: “logo ao saber que seria preso por brasileiros, Mull conta ter sentido um alívio” (MULL, apud WAACK, 2015, p. 265).

Por outro lado, o período de “inibição” que precede a agressividade intensa (porque cordial) pode ser reduzido em um programa de treinamento adequado, explorando-se outro traço cultural brasileiro, a ser abordado a seguir.

O espírito de facção e o Estado-Maior da FEB

As facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins (...) hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres pessoais, nunca por ideias... (HOLANDA, 1995, p. 79)

O espírito de facção grassou no Estado-Maior da FEB em dois níveis distintos.

Nas relações internas:

O Estado-Maior da 1^a DIE não era um corpo homogêneo, como seria desejável; nele existiam divergências de opiniões e maneiras diversas de encarar o problema. (SILVEIRA, 2001, p. 215)

Este fato fica claro nos relatórios americanos sobre o compartilhamento de informações entre as seções:

O oficial em serviço na G-3 perguntou ao oficial da G-2, na minha frente, se os três prisioneiros de guerra tinham alguma informação pertinente ao ataque. O G-2 recusou-se a dar-lhe qualquer resposta. Ele tinha ordens para não dar qualquer informação sem a verificação e aprovação de seu superior. O superior estava dormindo àquela hora. (BRAZILIAN LIAISON DETACHMENT, apud WAACK, 2015, p. 171)

Repare-se que o estresse provocado pelas situações de combate e, mais ainda, pelos insucessos iniciais ampliou as divergências entre os homens encarregados de decidir. Isso é natural, como se observa em:

Como o General Mascarenhas tinha determinado uma reunião para as 07h30min, o Chefe do Estado-Maior, Lima Brayner, marcou-a mais cedo, dela participando os tenentes-coronéis chefes da 2^a e 3^a Seções, Kruel e Castello Branco. Os dois tiveram uma discussão acalorada, havendo forte atrito. (SILVEIRA, 2001, p. 167)

O que não é natural é que as relações pessoais interfiram no trabalho das seções, de forma a atrapalhar o fluxo de informações necessário ao planejamento, principalmente quando a adoção de decisões adequa-

das é fundamental para a preservação de vidas humanas:

Frequentemente, informações de rotina não eram passadas e, como resultado, nada era feito enquanto o comandante estava ausente. Parecia ser hábito ou orgulho de cada oficial saber algo que o outro companheiro não sabia. Isso atravancava tremendamente o funcionamento da seção. (BRAZILIAN LIAISON DETACHMENT, apud WAACK, 2015, p. 171)

A questão da FEB, ao que tudo indica, não era um excesso de zelo com a contra-inteligência, até porque “o Serviço de Contrainformações não funcionou por longo tempo, até que a área da Divisão estivesse infestada de agentes inimigos” (BRAZILIAN LIAISON DETACHMENT apud WAACK, 2015, p. 173). Mas, antes, o que se observava era o espírito de facção manifestado entre as seções, fato que emperrava o funcionamento da máquina militar.

A engrenagem de um estado-maior exige a adoção de soluções encontradas em conjunto, e isso implica reduzir os personalismos, como pontua o marechal Castello Branco: “a adaptação da vontade individual ao interesse coletivo para, enobrecido o indivíduo, servir ao conjunto” (CASTELLO BRANCO, apud SILVEIRA, 2001, p. 142).

O segundo nível de comprometimento a que esse traço cultural levou a FEB, nas palavras dos oficiais americanos que a inspecionaram, era a forma como as ações dos militares que a compunham poderia ser percebida no Brasil:

Aparentemente, a máquina militar da FEB está politicamente atada, e mui-

tos comandantes superiores hesitam em executar certas ações por temerem envolver-se em política ou, então, entrar em conflito com alguém que possa prejudicá-los mais tarde, quando regressarem ao Brasil. (HEADQUARTERS IV CORPS, apud WAACK, 2015, p. 170)

Independente do fato de haver qualquer tipo de pressão vinda do Brasil ou de esse “temor” que causava “hesitação” ter sido apenas uma percepção de determinados oficiais diante de ecos do que se passava na pátria distante, a constatação dessa ocorrência retrata o resultado da associação por sentimentos e deveres pessoais em detrimento das ideias, característica do espírito de facção.

De qualquer forma,

esses episódios contêm ensinamentos importantes e que devem ser debatidos à luz da história militar, para que fatos iguais não se repitam. Na verdade, a FEB lutou em duas frentes: a ostensiva, contra o adversário alemão e italiano fascista, e, na frente interna, uma luta surda e impatriótica, atrapalhando e cerceando a atuação de seu comandante. (SILVEIRA, 2001, p. 217)

O espírito de facção não é um traço cultural sem utilidade em um conflito. Se canalizado para o adversário, por meio de preleções diárias junto à tropa, representa uma oportunidade de estímulo à coesão. Porém, sua eclosão dentro da própria estrutura, como o exemplo da FEB demonstrou, precisa ser evitada. O próprio conhecimento da existência desse fenômeno por parte dos comandantes permite sua identificação oportuna.

O ritualismo epidérmico

Um ritualismo pela exterioridade, isto é, voltado para as aparências, é uma herança colonial que se manifestou na “religião, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior” (HOLANDA, 1995, p. 150). Apareceu, também, em outras áreas:

Da tradição portuguesa, manteve-se melhor do que outras, como é fácil de imaginar, a obrigação de irem os ofícios embandeirados, com suas insígnias, às procissões reais, o que se explica pelo gosto do aparato e o dos espetáculos coloridos, tão peculiar à nossa sociedade colonial. (HOLANDA, 1995, p. 59)

Esse aspecto cultural permite compreender por que “nas duas primeiras semanas (da FEB na Itália), não havia cobertores nem armamento (...) e o tempo foi perdido com marchas e paradas” (WAACK, 2015, p. 192). Fato que, dentro da lógica cordial que guia as relações sociais no Brasil, bem poderia ser explicado pela vaia recebida pelos militares brasileiros ao desembarcarem no Porto de Nápoles:

Após a solenidade de praxe, iniciou-se o desembarque sem nenhum armamento: os homens carregavam nas costas um saco contendo seus pertences pessoais. Como havia na área portuária tropas americanas para o serviço de polícia, aqueles soldados, totalmente desarmados e vestidos com uniformes muito semelhantes ao uniforme alemão, deram aos italianos que se encontravam no local a impressão de que eram prisioneiros alemães. Chegou até a haver algumas vaias dirigidas aos brasileiros. (SILVEIRA, 2001, p. 64)

As paradas seriam uma forma de esclarecer o mal-entendido.

Esse é mais um traço de identidade coletiva que também pode ser revertido em proveito da força empregada em operações, particularmente ao final delas. Por exemplo:

O prefeito de Teano, perto de Nápoles, enviara um memorando ao comando do V Exército queixando-se de que os brasileiros, à espera do embarque de volta para casa, estavam transtornando a vida de sua cidade (...) (WAACK, 2015, p. 271)

— seria esse, talvez, um bom momento para as paradas militares.

A rotina contra a razão abstrata e a diáspora da FEB

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nestas como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até ao fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio (...) persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária. (HOLANDA, 1995, p. 109)

A desmobilização acelerada da FEB — os certificados de serviço militar dos soldados brasileiros foram impressos na Itália, enquanto a FEB ainda ocupava militarmente o território (SILVEIRA, 2001, p. 236) — não anteviu a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos do Exército dos Estados Unidos e, muito menos, abriu a

possibilidade de explorar as soluções advindas da adaptação das técnicas, táticas e procedimentos às características culturais da gente brasileira. “Com esse procedimento, a grande oportunidade de utilizar a FEB como núcleo de treinamento foi total e irrecuperavelmente perdida” (SILVEIRA, 2001, p. 237).

O mais grave, entretanto, foi a adoção da doutrina militar americana e o início de uma reorganização com base em estruturas similares à da FEB (já preparada de acordo com o preconizado pelo Exército dos Estados Unidos), como se essa fosse uma experiência inteiramente nova que simplesmente sucedeu o “acontecimento Segunda Guerra Mundial”:

Após a II Guerra Mundial, o Exército começou sua reestruturação tendo como base as Grandes Unidades. Com a desmobilização repentina da FEB, desmobilizou-se também a única Grande Unidade que tinha experiência de combate — a 1^a DIE, organizada pelo Exército com grande sacrifício —, dispersando-se os seus elementos. (SILVEIRA, 2001, p. 236)

A atitude perdulária de iniciar novas empreitadas sem aproveitar os ensinamentos colhidos nas experiências anteriores não parece ser uma opção para o Exército dos Estados Unidos, que, em documento secreto, recomendava:

Sendo a FEB a única unidade do Exército Brasileiro inteiramente treinada pelos Estados Unidos, ela tem um grande valor como núcleo de ensino e treinamento para outras unidades brasileiras. (SILVEIRA, 2001, p. 200)

É fato que boa parte dos oficiais e praças de carreira da FEB permaneceu no

serviço ativo e contribuiu para moldar os destinos do Exército Brasileiro nos anos posteriores. Porém, a absorção da experiência de combate se deu à brasileira, de forma personalista e dispersa, por iniciativas individuais. O aprendizado da sinergia que leva um grupo humano a se tornar um Exército vencedor, e que pode economizar vidas, superou Monte Castello para esbarrar de forma indelével na herança colonial de um empirismo tateante.

Esse traço cultural é compreensível para uma pequena nação (em extensão territorial e população), como Portugal, na empreitada de colonizar um território imenso diante de ameaças difusas. Esse aspecto, entretanto, está na raiz de toda e qualquer dificuldade de gestão do conhecimento em um país que pretende se industrializar e representa um fator de alto risco na elaboração de estratégias.

Conclusão

Selecionar, preparar e transportar 25.700 homens do Brasil para a Europa, de onde a possibilidade de retorno era incerta, sem dúvida nenhuma já é um feito inigualável. Tão inigualável, que nenhum país sul-americano, além do Brasil, tentou fazê-lo.

Colocar-se, com os olhos de hoje, na situação daqueles oficiais e praças, amplia, ainda mais a grandiosidade do que fizeram lá: homens originários de um país cujo nível de desenvolvimento humano era bem inferior ao dos próprios contendores europeus, soldados que receberam material estrangeiro com o qual nunca antes haviam travado contato, devendo

aprender a manuseá-lo em manuais em inglês. Da perícia nos novos equipamentos, dependeria a sobrevivência desses militares naquela que representou a maior Guerra da Era Industrial, justamente quando o Brasil começava a abandonar sua herança rural.

Esse artigo não pretendeu reduzir o brilho dessa epopeia tão pouco reconhecida pela sociedade, nos dias de hoje. Ao contrário, seu objetivo foi colher ensinamentos desses fatos, tentando encontrar suas causas culturais para aplicar a “razão abstrata” na esperança de romper o ciclo de “preferir agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras”. A perda de conhecimento e estrutura adquiridos em combate não é, apenas, exclusividade da FEB, ocorreu após a Guerra da Tríplice Aliança.

O estudo do tipo ideal “homem cordial” permitiu compreender algumas características marcantes da identidade do brasileiro que foi combater na Itália. Características que não são positivas nem negativas, mas que, sendo conhecidas e observadas pelos comandantes, podem ser potencializadas em proveito da máquina militar em operações.

Assim, o espírito de facção voltado para o adversário pode conduzir o “homem cordial” a atingir mais rapidamente o seu *turning point*, ocasionando a reação agressiva. Essa verdade incontestável pode ser observada, constantemente, nos infelizes confrontos entre torcidas nos estádios de futebol, nos dias de hoje.

Por outro lado, a familiarização com os prisioneiros de guerra e sua de-

corrente proteção é algo que pode ser aproveitado pelas operações psicológicas, com a ressalva feita em relatório, por observador americano, de que a obtenção das informações advindas desses prisioneiros deve ser realizada antes da aproximação cordial.

Mesmo as paradas, que agradavam ao ritualismo epidérmico dos brasileiros das décadas de 1930 e 1940, encontram o seu momento de execução quando for necessário evitar o ócio da tropa, após uma campanha bem-sucedida. Ao mesmo tempo, sua execução motivada por vitórias militares permite a assimilação do sentido dos feitos realizados e favorece a coesão.

Em síntese, o soldado brasileiro é um ótimo soldado, não deixa nada a desejar, em combatividade, a nenhum outro. Sua adaptabilidade e capacidade de fornecer soluções inovadoras são, de longe, suas qualidades mais contundentes. E

é exatamente isso que se perde ao não sistematizar e difundir o resultado dessa criatividade. Algo falta, na engrenagem social brasileira, para que se dê “a adaptação da vontade individual ao interesse coletivo para, enobrecido o indivíduo, servir ao conjunto”. O presente trabalho buscou contribuir para romper a inibição diante dessa realidade, exposta em

um livro escrito em 1936, de forma que não se exija uma nova empreitada sem memória em um conflito da Era do Conhecimento.

Já que a cultura fornece os códigos morais e as técnicas da guerra, a cultura brasileira, em uma hipótese de conflito, vai acabar permeando as operações nas quais as tropas estarão envolvidas, como a FEB demonstrou. Por que, então, não instrumentalizar o somatório de ideais, respostas emocionais e padrões de comportamento que nos conformam como sociedade, de forma estratégica? ☺

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01 Glossário das Forças Armadas**, 2015. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_das_forcas_armadas_5_ed_2015.pdf>. Acesso em: 26 fev 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Max Weber e os Tipos Ideais**, 2013. Disponível em <fernandomogueiracosta.wordpress.com/2013/11/25/max-weber-e-os-tipos-ideais/>. Acesso em: 26 fev 2018.

FARRELL, Theo. **Norms of War: Cultural Beliefs and Modern Conflict**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA, Regina da Luz. **Fatos & Imagens > 1944: O Brasil vai à guerra com a FEB**. Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em: <[//cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB)>. Acesso em: 26 fev 2018.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Uma releitura de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de HOLANDA, 1995**. Territórios & Fronteiras. Cuiabá: UFMT, v. 5, n. 2, 2004.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

SNYDER, Jack. **The soviet strategic culture: implications for nuclear options**. Santa Monica: Rand Corporation, 1977.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom**. London: John Murray, 1871.

WAACK, William. **As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. 1 Ed. São Paulo: Planeta, 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Artigo apresentado como pré-requisito para a conclusão da disciplina Cultura Estratégica no Curso de Comando e Estado-Maior da ECUME.

Perspectivas sobre liderança como oficial do QEMA¹

Como fazer amigos e influenciar pessoas

*Andrew Sanders**

No Exército Norte-Americano, existem várias fontes de doutrina sobre a liderança. Esses manuais têm informação sobre o que um líder dever ser e o que ele deve fazer, mas o enfoque é na liderança como comandante.² Porém o que traz para oficial do Quadro do Estado-Maior da ativa (QEMA) é inadequado. Ainda que alguns principais básicos sejam constantes, a liderança como um oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) é diferente da liderança do comandante. O oficial do QEMA tem de viver a filosofia de Dale Carnegie e “fazer amigos e influenciar pessoas”.³ Tem de aprender como liderar por relacionamento. As relações interpessoais são muito mais importantes do que as relações de comando. A aptidão de influenciar é a medida da efetividade como oficial do QEMA. Além de trabalhar com os outros oficiais do QEMA, tem de estar pronto para trabalhar com as outras Forças e com parceiros de outras agências. Para isso, a liderança como oficial do QEMA requer três principais aspectos: fazer amigos, influenciar pessoas e

desenvolver a próxima geração. Com essas principais características, o oficial do QEMA pode ser eficaz, eficiente e seguro, caso ele tenha de assumir a posição do comandante imediato ferido em combate e cumprir a missão.

Fazer amigos

Para o oficial do QEMA, as relações interpessoais são fundamentais para o sucesso. Como os seres humanos são a base do nosso exército, as relações interpessoais são a base da nossa liderança. Se você tem dificuldades para se relacionar pessoal ou profissionalmente, vai ter problemas em gerar a confiança necessária para convencer e influenciar pessoas. Quando falamos de fazer amigos não é que você vai ser camarada de todos, mas que você vai tratar todos com dignidade e respeito, desde a praça ou civil até o general de quatro estrelas. Porque é assim? Primeiro, porque é justo e necessário. Segundo, porque você só vai comandar dois anos, dos vinte ou mais que terá como

* Ten Cel Eng do Exército dos Estados Unidos da América (West Point/01), mestre em Assuntos de Defesa Nacional (Escola de Pós-Graduação da Marinha dos Estados Unidos/11), comandou pelotões e uma companhia de engenharia de combate durante a Guerra do Iraque e serviu em missões no exterior na Argentina e Colômbia. Atualmente, é oficial de intercâmbio na Divisão de Doutrina da ECEME.

oficial do QEMA. A maior parte do tempo, vai ter de lidar por relacionamento. Quando você está trabalhando com outro oficial do QEMA ou um civil, eles não estão sob o seu comando. Isto é mais bem explicado na ideia de “liderar funções”,⁴ existente na doutrina norte-americana, quando você trabalha com outros líderes que estão no mesmo nível, eles apenas desempenham outras funções de combate ou pertencem a outras organizações.

Há três ideias principais para fazer amigos. Primeiro, humildade; segundo, trabalho em equipe; e, terceiro, valor agregado. O oficial do QEMA deve ter humildade. Muitas vezes ele trabalha em uma situação na qual não é o especialista. Então, é importante que o oficial tenha humildade para escutar, valorizar e até seguir as recomendações de alguém que realmente tem a experiência relevante para cumprir a missão. A humildade gera confiança nos demais e proporciona as condições necessárias para trabalhar como um time. O trabalho como um time é fundamental para o exército. Como disse o general Patton no filme *Patton*, “O exército é um time. Ele vive, luta, come, e dorme como um time”. Nas operações atuais, o time não só inclui as outras armas, mas as outras forças armadas, operações interagências, e países amigos. Portanto, é importante para o oficial do QEMA entender que tudo é trabalho como time. E, além disso, que a sua parte na missão corresponde a uma pequena parte do tecido. Então, o oficial do QEMA tem de ter a visão de 180 graus, ou seja, enxergar a situação em uma maneira muito mais ampla do que os seus próprios interesses. O oficial do QEMA dever ter maturidade e enxergar

o todo e as necessidades das unidades ao seu lado e do comando superior. Isto é assim porque um oficial do QEMA tem maiores responsabilidades, não só com sua unidade, mas com a Instituição. Ademais, o conhecimento e a valorização dos seus parceiros ajudam a trazer valor agregado para a organização. Você entende como pode ajudar a unidade ao seu lado e sabe como ela pode apoiá-lo, ganhando a sinergia para realizar a missão. Tudo isso ajuda o oficial do QEMA a estender sua influência para além da sua própria cadeia de comando.

Influenciar pessoas

Uma vez que fez amigos, valorizando e ajudando os demais, o segundo trabalho do oficial do QEMA é influenciar pessoas. Usando as suas habilidades interpessoais, ele mostra a sua efetividade na organização. O oficial do QEMA tem de saber como influenciar e não só comandar. Isto decorre do fato de que, durante a sua carreira de mais de 20 anos no QEMA, ele só vai comandar por dois anos. Na maior parte do tempo, o oficial do QEMA vai ser só um dos muitos oficiais em um estado-maior ou trabalho interagências. Portanto, ele tem de vender as suas ideias e conselhos não só aos seus companheiros do estado-maior, mas também ao comandante, através da sua lógica e influência pessoal. Para influenciar bem, o oficial do QEMA tem de ser intelectualmente preparado, desenvolver sua rede profissional e liderar por relacionamento.

O oficial do QEMA tem de ser intelectualmente preparado porque seu papel principal é assessorar. Além disso, ele deve

mostrar bom senso e agilidade mental.⁵ O que é ser intelectualmente preparado? Além de sua perícia em assuntos militares, ele tem de entender a sua situação, não só em termos táticos, mas também em termos operacionais, estratégicos e políticos. Ele tem de conhecer bem a doutrina militar, a história militar e as capacidades da sua Força e das outras Forças Armadas, ou seja, ser perito em todos os assuntos militares, para ter credibilidade com os seus comandantes, pares e parceiros interagências. Com a profundidade de conhecimento, o oficial do QEMA também entende como sua unidade faz parte do esforço total. Também é recomendável que ele entenda o papel das outras unidades, agências e até de outros países. Com esse entendimento, ele pode influenciar melhor, pois conhece o porquê da missão. Quando o seu conhecimento e a sua lógica são sólidos, é bem mais fácil convencer o comandante ou um dos seus companheiros de que a sua ideia ou a sua linha de ação é a melhor opção.

O oficial do QEMA também tem de desenvolver a sua rede profissional. Com essa rede, ele pode influenciar pessoas além da sua unidade, arma ou Força. A rede lhe permite entender melhor como funcionam as outras unidades, Forças ou agências civis. O conhecimento pessoal também apoia os esforços porque abre portas, facilita a comunicação e fornece informação sobre pessoas

que ele ainda não conhece na organização. Além disso, apoia sua habilidade de influenciar quando ele já é uma pessoa conhecida na organização parceira. A sua reputação vai à frente, e não é tão importante quem ele conhece, mas quem o conhece, e por quê. Se o oficial é conhecido como uma pessoa que agrupa valor e com quem é fácil trabalhar, vai ser muito mais fácil influenciar pessoas e convencê-las das suas ideias. Se ele é conhecido como uma pessoa desagradável, egoísta

e difícil de trabalhar, é muito mais difícil influenciar e realizar a sua missão.

O oficial do QEMA tem de ter a habilidade de liderar os seus pares. Muitas vezes, ele trabalha em um grupo diverso, em situações nas quais não é o responsável pela missão, não é a prioridade, ou está em um trabalho de apoio a outra Força, agência, ou nação. Então é absolutamente crítico que o oficial do QEMA tenha tato interpessoal⁶ e tenha a habilidade de liderar por relacionamento. Se ele tentar comandar os outros oficiais do QEMA das outras Forças e civis de outras agências, não vai ter muito sucesso. Tem de usar seu tato interpessoal, vontade de agregar valor e o seu conhecimento profundo, para convencer e liderar no ambiente do estado-maior, conjunto, interagências, e internacional. Sem dúvida, para ter sucesso, o oficial do QEMA tem de ser preparado para atuar nesse ambiente.

É importante que o oficial tenha humildade para escutar, valorizar e seguir as recomendações de alguém que realmente tem a experiência

Desenvolver a próxima geração

O trabalho mais importante do oficial do QEMA é desenvolver a próxima geração. Ao não fazê-lo, ele compromete o sistema. O oficial do QEMA é a Instituição do exército, e ele tem a responsabilidade de cuidar da Instituição e preservar o conhecimento, as tradições e os seus valores. Com esta responsabilidade, há duas coisas importantes que o oficial do QEMA deve fazer. Primeiro, ele deve estar ciente da sua responsabilidade e ativamente procurar oportunidades para orientar os oficiais mais novos. Segundo, ele deve escrever artigos profissionais.

Se o oficial do QEMA não está pensando na próxima geração, ele está errado. O oficial do QEMA é a Instituição e o guardião do saber. Ele tem de buscar oportunidades para levar a próxima geração para o futuro. Tem responsabilidade de encontrar, conhecer e desenvolver o talento do futuro. Tem de aconselhar, instruir e desafiar os oficiais mais novos a melhorar, a crescer, ou sair da Força se for necessário. Tomemos o exemplo de major general (MG) Fox Connor.⁷ Ele teve o papel de desenvolver os oficiais-generais norte-americanos mais importantes do século XX. Seus alunos foram George Marshall, Dwight Eisenhower e George Patton. Se ele não fizesse esse tipo de seleção, conhecimento e desenvolvimento desses oficiais, talvez a

Segunda Guerra Mundial não tivesse uma vitória tão rápida e organizada. Talvez a reconstrução da Europa não tivesse acontecido. Além do desenvolvimento desses três oficiais tão talentosos, Marshall fez o seu próprio programa de desenvolvimento quando era o comandante da Escola de Infantaria. Ele conheceu e desenvolveu em torno de 200 futuros oficiais-generais da Segunda Guerra Mundial e sabia quais oficiais não eram aptos para o alto-comando e, por isso, despediu muitos oficiais incapazes quando se tornou chefe do Estado-Maior do Exército. Este é o impacto de um oficial do QEMA que sabe a importância do desenvolvimento da próxima geração e que poupará uma quantidade imensurável de sangue e de vidas.

Enquanto o oficial do QEMA desenvolve a próxima geração através de relações pessoais com os seus subordinados, ele também tem a responsabilidade de compartilhar lições aprendidas com a Instituição. A

maneira de fazer isto é por meio de escrita. Na história militar, os grandes generais expressavam esta verdade empregando o lema: “Se não foi escrito, não aconteceu”. Então, a escrita é fundamental para o oficial do QEMA tanto para desenvolver a próxima geração quanto para deixar um legado para a Instituição. Do contrário, como saberíamos de Júlio César e seus *Comentários da Guerra na Gália*; do Marechal Mascarenhas de Moraes e *A Força*

*A escrita faz parte da liderança
do oficial do QEMA*

*Expedicionária Brasileira; ou do Coronel H. R. McMaster e a Eagle Troop na Batalha de 73 Oriental.*⁸ Mesmo tendo de compartilhar as histórias e lições, o oficial do QEMA tem responsabilidade de escrever sobre o futuro da Instituição. Temos os exemplos de Guderian, Patton e Eisenhower, que escreveram sobre a importância da batalha mecanizada antes da Segunda Guerra Mundial. Enfim, com esses exemplos, é óbvio que a escrita faz parte da liderança do oficial do QEMA.

Conclusão

Liderança é uma constante na vida do oficial, mas seu exercício sofre mudanças ao longo da carreira. Na vida como oficial subalterno, a liderança é direta, de presença pessoal e com ordens a serem seguidas. Na vida de oficial do QEMA, a presença pessoal ainda tem importância, mas de uma maneira

diferente. Sua presença é para ganhar amigos, formar a equipe de trabalho, liderar por relacionamento. Através dessas amizades, o oficial do QEMA influencia para propagar ideias, ganhar apoio e cumprir a missão em ambientes complexos. Isto é especialmente importante no ambiente conjunto, interagências e multinacional. Influenciar é a característica do oficial do QEMA mais importante para atingir o sucesso. Finalmente, a liderança do oficial do QEMA requer o desenvolvimento da próxima geração. O oficial do QEMA é a Instituição e tem a responsabilidade de cultivá-la e assegurar seu futuro. Ele faz isso através de relações pessoais de orientação aos oficiais mais jovens, e pela escrita, para compartilhar ideias, lições aprendidas, e para projetar o futuro da Instituição. Enfim, seguindo o lema de “fazer amigos e influenciar pessoas”, o oficial do QEMA estará em um bom caminho para o sucesso. ☰

¹ Este artigo representa as opiniões do autor e não representa as políticas do Departamento do Exército, do Departamento da Defesa ou do governo dos Estados Unidos da América.

² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **FM 6-22 Leader Development**. Washington, DC: Headquarters Department of the Army, 2015. p. 1-9.

³ CARNEGIE, Dale. **How to Win Friends and Influence People**. New York: Gallery Books, 1981.

⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **FM 6-22 Leader Development**. Washington, DC: Headquarters Department of the Army, 2015. p. 1-9.

⁵ Ibid, p. 6-5, Table 6-3.

⁶ Ibid. Loc. cit.

⁷ COX, Edward. **Grey Eminence: Fox Conner and the Art of Mentorship**. The Land Warfare Papers No. 78W. The Institute of Land Warfare - Association of the United States Army. Arlington, VA: September, 2010.

⁸ Combate ocorrido durante a Guerra do Golfo em 1991 e descrito no capítulo 7 do livro **Leaders in War: West Point Remembers the 1991 Gulf War**, editado por Frederick W. Kagan e Christian Kubik (Routledge, 1st edition, 2005).

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A difusão da Cultura de Defesa na Espanha e sua aplicabilidade no Brasil

*Juarez Guina Fachina Junior**

Introdução

ACultura de Defesa é um tema que, para muitos, ainda soa com estranheza, não fazendo parte do repertório de conhecimento de grande parte da sociedade brasileira, assim como que para outros, é vista com desconfiança. Essa realidade não é só vivenciada no Brasil, mas também em diversos países no mundo, como na Espanha, país em que parte deste trabalho está enfocada.

A Espanha é um país com o qual possuímos vários laços históricos, desde o nosso período colonial, quando, entre 1580 e 1640, foi vivenciada a União Ibérica, e fomos governados pela sua Coroa, até os dias atuais, quando os espanhóis estão entre os maiores investidores na economia brasileira e que compartilham conosco diversas cooperações.

Uma das cooperações firmadas entre a Espanha e o Brasil é na área militar, na qual o Brasil está representado em estabelecimentos de ensino, como no Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional (CESEDEN). Esta presença permite a troca de experiências entre suas Forças Armadas e colher ensinamentos que podem apoiar o crescimento

de nosso país em distintas áreas, como a relacionada com a Cultura de Defesa.

A Cultura de Defesa não pode ser entendida como um campo a respeito do qual somente os militares têm responsabilidade, mas sim como um dever de todos os cidadãos, um compromisso com seu país. Em muitos países, a sua difusão é um desafio diário, e requer muitos instrumentos de disseminação, como leis, políticas e ações, que demandam esforços dos governos e predisposição dos governados para sua assimilação.

O presente trabalho tem por finalidade mostrar alguns dos meios utilizados pela Espanha para difundir em sua sociedade este conceito de Cultura de Defesa, uma missão atribuída ao seu Ministério da Defesa e que, em princípio, pode ser aplicada no Brasil.

Desenvolvimento

A Cultura de Defesa na Espanha

A história da Espanha nos dois últimos séculos, segundo foi descrito por Jordi Marzá Muntala (2016), mostra que o país esteve envolvido em confrontos interiores, que, em diversos casos, resultaram em conflitos bélicos, nos quais os militares se alinhavam

* Cel Cav (AMAN/90, EsAO/97, ECENE/12), tem o Curso Superior de Defesa (ESG/16), o Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Superiores Iberoamericanos (Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional – CESEDEN, Espanha/17) e foi professor na Escola das Forças Armadas do CESEDEN (Espanha, 17-18).

com uma posição ou chegavam a constituir-se em atores principais da vida política. Em última instância, “especulava-se sobre a existência de um poder militar independente do poder civil” (MARSAL, 2016, p. 28).

Ainda nesse contexto expresso por Marsal, esse cenário acabou por criar uma percepção do militar como ferramenta ou ator nas confrontações interiores e não como instrumento frente às ameaças exteriores, conforme o expresso a seguir:

Uma das consequências desta experiência histórica foi, no presente, a ausência de percepção de riscos ou ameaças — principalmente exteriores — como indicam as pesquisas realizadas nos últimos 30 anos. Assim, que a resistência imediata e intuitiva à necessidade de umas Forças e Corpos de Segurança por parte dos cidadãos e a não percepção de ameaças procedentes do exterior, dificulta a existência e o desenvolvimento de uma Cultura de Defesa. (MARSAL, 2016, p. 28)

Corroborando com o que foi exposto, Joel Díaz Rodríguez (2017) se refere ao fato de que a maior parte da sociedade espanhola não está envolvida com o tema da defesa, em que ressalta que esta sociedade “ainda segue sendo reticente na hora de abordar o tema de segurança ou de defesa, ou quando se refere à suas Forças Armadas”.

A Espanha, com a finalidade de reverter esse quadro, assim como muitos outros países do mundo, busca despertar na sua sociedade a Cultura de Defesa, que, segundo seu Ministério da Defesa (ESPAÑA, 2018a),

é entendida como o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas desenvolverem juízos ou opiniões sobre os instrumentos com que o Estado protege os cidadãos de de-

terminados perigos, sendo as Forças Armadas um dos instrumentos mais importantes.

A inquietude quanto à Cultura de Defesa foi expressa pela ministra da Defesa da Espanha, María Dolores de Cospedal, da seguinte forma, em janeiro de 2017:

Conseguir que nossa sociedade adquira Cultura de Defesa permitirá que cada cidadão formule seu próprio juízo sobre sua importância como parte da Segurança Nacional e compreenda e assuma sua necessidade para nossa proteção e para a proteção de nossos interesses e valores. Ao mesmo tempo, de sua inestimável contribuição ao prestígio da Espanha e à prosperidade da nossa nação. (CULTURA MILITAR..., 2017)

Porém, de acordo com o senador e ex-diretor-geral da Polícia Espanhola Ignacio Cosidó (2017), a sociedade espanhola está mostrando-se cada vez susceptível à cultura em matéria de defesa. Para ratificar isto, diz que

a plena incorporação de nosso país às estruturas de Defesa ocidentais, a ativa participação de nossas Forças Armadas em missões internacionais e o crescente reconhecimento social a nossos exércitos fazem que a Cultura de Defesa espanhola tenda a homologar-se com a dos países de nosso entorno. (COSIDÓ, 2017, p. 26)

referindo-se a países como a França e o Reino Unido.

Principais normativas que abordam a Cultura de Defesa na Espanha

O Ministério da Defesa, por meio do seu Portal da Cultura, refere-se às normativas em matéria de Cultura de Defesa, que são o Plano Diretor de Cultura de Defesa, a

Lei Orgânica 5/2005 da Defesa Nacional, a Diretiva de Defesa Nacional de 2012, a Estratégia de Segurança Nacional de 2013 e a Lei 36/2015 de Segurança Nacional, às quais acrescentamos a Estratégia de Segurança Nacional de 2017, que serão abordadas a seguir.

O Plano Diretor de Cultura de Defesa foi aprovado pela primeira vez em 2002 e é constantemente atualizado, tendo em vista a evolução dos riscos e ameaças, assim como das próprias Forças Armadas, entre outros elementos, e considerando necessária a atualização dos enfoques e a dinamização dos mecanismos de seu acompanhamento. Um dos objetivos do Plano é superar a carência, já detectada, de adequada consciência de Defesa Nacional.

A Lei Orgânica 5/2005 (ESPANHA, 2005) regula a Defesa Nacional, e, no seu Art. 31, dispõe que cabe ao Ministério da Defesa

promover o desenvolvimento da Cultura de Defesa, com a finalidade de que a sociedade espanhola conheça, valorize e se identifique com a história e com o esforço solidário e efetivo.

A Diretiva de Defesa Nacional 1/2012 (ESPANHA, 2012) é o documento máximo de planejamento da defesa e ocupa uma posição de destaque, após a Lei Orgânica 5/2005. Uma das linhas gerais da Política de Defesa contemplada na referida Diretiva é que se deve “acentuar o esforço na comunicação estratégica da defesa, com objeto de fomentar a consciência de Defesa Nacional”. Também afirma que “uma defesa eficaz exige a participação cidadã, única fórmula para outorgar-lhe continuidade e profundidade às políticas”.

A Estratégia de Segurança Nacional de 2013 (ESPANHA, 2013) estabelece âmbitos prioritários de atuação, assim como o objetivo a alcançar e linhas de ação estratégicas. Estas linhas marcam as atuações necessárias para a preservação da Segurança Nacional. No âmbito da Defesa Nacional, o objetivo é fazer frente aos conflitos armados que possam ocorrer, quando da defesa dos interesses ou valores nacionais. Uma das linhas de ação estratégicas definidas é o “fomento da consciência e Cultura de Defesa, pilares do apoio da sociedade espanhola à Defesa Nacional, prestando especial atenção à juventude”.

A Lei 36/2015 de Segurança Nacional (ESPANHA, 2015), no seu Art. 5º Cultura de Segurança Nacional, diz que

o Governo promoverá a cultura de Segurança Nacional, que favoreça a implicação ativa da sociedade na sua preservação e garantia, como requisito indispensável para desfrutar da liberdade, justiça, bem-estar, progresso e direitos dos cidadãos.

Isto deverá ser conseguido por meio de “ações e planos que tenham por objetivo aumentar o conhecimento e a sensibilização da sociedade acerca dos requerimentos da Segurança Nacional”.

Cabe destacar que a Segurança Nacional, segundo a Lei 36/2015, é definida como:

a ação do Estado dirigida a proteger a liberdade, os direitos e bem-estar dos cidadãos, a garantir a defesa da Espanha e seus princípios e valores constitucionais, assim como a contribuir junto a nossos sócios e aliados à segurança internacional no cumprimento dos compromissos assumidos.

A Estratégia de Segurança Nacional foi revisada e relançada em 2017 (ESPAÑHA, 2017a). Esta nova versão determina que a promoção de uma cultura de Segurança Nacional passou a ser um dos cinco objetivos gerais, sendo comum a todos os âmbitos da política e responde à necessidade de que a Espanha se posicione oportunamente frente às implicações de segurança no contexto internacional.

A responsabilidade pela difusão da Cultura de Defesa espanhola

O Ministério da Defesa (ESPAÑHA, 2018b), por meio da Secretaria Geral de Política de Defesa (SEGENPOL), é órgão responsável pela Cultura de Defesa, sendo de sua competência propor a política cultural de segurança e defesa e a promoção da consciência de Defesa Nacional, tudo de acordo com o Real Decreto 998, de 24 de novembro de 2017 (ESPAÑHA, 2017b).

A complexidade da estrutura orgânica do referido Ministério e a multiplicidade de atores que participam da Cultura de Defesa fazem com que a SEGENPOL coordene órgãos diretivos, como o CESEDEN, no desenvolvimento da função de difusor da cultura de segurança e defesa.

Cabe destacar que, segundo o Ministério da Defesa espanhol (ESPAÑHA, 2018c), a Cultura de Defesa se materializa em diversas linhas de atuação, que são organizadas, apoiadas e promovidas pelo Ministério da Defesa, das quais podem ser destacadas:

- celebração do Dia das Forças Armadas e Dia da Festa Nacional;
- cursos, seminários, jornadas, mesas redondas e conferências;
- juramento à Bandeira pelo pessoal civil;
- visitas a unidades, centros e órgãos militares;
- difusão do patrimônio cultural da defesa, como bibliotecas, arquivos e museus;
- exposições de naturezas diversas; e
- prêmios da Defesa e das Forças Armadas e outros outorgados.

O Departamento de Cultura e Diplomacia de Defesa da Espanha

O Departamento de Cultura e Diplomacia de Defesa (DCDD) faz parte da estrutura organizacional da Escola das Forças Armadas (ESFAS), que é subordinada ao CESEDEN, conforme pode ser visto na **Figura 1**.



Figura 1 – O DCDD na estrutura organizacional do CESEDEN

Fonte: o autor

A estrutura organizacional tem, no topo, o CESEDEN, que é o principal Centro docente militar conjunto, responsável por diversas atividades na área de estudos militares de caráter conjunto. O Centro, a fim de cumprir suas tarefas, realiza cursos de Altos Estudos da Defesa Nacional, cursos de Alta Gestão de Recursos, cursos de Cultura de Defesa, cursos de Diplomacia de Defesa e cursos de Aperfeiçoamento.

A ESFAS, em um segundo nível, faz parte da estrutura organizacional do CESEDEN. Está constituída por departamentos e, além de oferecer cursos, como o de Atualização para o Desempenho das funções de Oficial-General, de Estado-Maior das Forças Armadas e Superior de Inteligência das Forças Armadas, é a responsável por estabelecer convênios com as universidades públicas, os centros universitários de defesa e outras corporações públicas e privadas.

Como foi verificado na **Figura 1**, o DCDD, um dos departamentos da ESFAS, tem como missão impulsar e difundir a cultura de segurança e defesa no âmbito nacional. Para alcançar seus objetivos, desenvolve cursos, organiza seminários sobre questões relacionadas com a paz, a segurança e a defesa nacional, a política militar, as Forças Armadas e sobre aquelas que sejam encomendadas pelo diretor do CESEDEN.

O DCDD, a fim de apoiar a missão do Ministério da Defesa, como órgão responsável pela Cultura de Defesa, realiza, ao longo do ano letivo, diversos cursos na área, como o Curso de Defesa Nacional, o Curso de Defesa Nacional Monográfico e o Curso de Defesa Nacional para Jovens.

Os referidos cursos, realizados sob a coordenação do DCDD, serão abordados a

seguir, de modo a apresentar seus objetivos, o modo como são estruturados, o público-alvo que se faz presente em cada curso e outros aspectos importantes a serem observados, tudo para evidenciar como contribuem para a difusão da Cultura de Defesa na Espanha.

Cursos realizados sob a coordenação do DCDD que colaboram com a difusão da Cultura de Defesa na Espanha

Inserido no calendário das atividades desenvolvidas pelo DCDD está o Curso de Defesa Nacional, que consta de um programa de conferências equilibrado, a partir das quais se realizam debates sobre os assuntos ministrados, além de trabalhos em grupo e visitas a unidades militares, centros e instalações de interesse para a Defesa. Durante este Curso, que dura, aproximadamente, três meses e que conta com a presença dos alunos quatro vezes por semana durante duas horas, também se realizam viagens de estudos no território espanhol e uma a um país de interesse, tudo no contexto da segurança e defesa. Até o ano de 2017, foram realizadas trinta e sete edições do referido Curso, que tem como uma de suas finalidades, segundo seu Plano Geral (ESPAÑA, 2017c p. 2):

Impulsar e difundir a Cultura de Defesa entre autoridades e altos responsáveis civis da Administração do Estado e pessoas de relevância da vida política, econômica e social, provocando a reflexão sobre os principais aspectos da segurança e da defesa nacional.

O Curso de Defesa Nacional pode ser realizado com a periodicidade de até dois

por ano, sendo dividido em três fases: básica, específica e conclusiva. Na fase básica, os módulos são sobre conceitos de segurança e defesa e contexto geoestratégico e organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte); na específica, os módulos dizem respeito às políticas de defesa e militar; e, na conclusiva, os alunos realizam e apresentam os resultados dos trabalhos confeccionados pelos grupos. Como exemplo de tema que foi discutido e desenvolvido pelos grupos, cito *A cultura e consciência de Defesa na Espanha: tendência e perspectivas para melhorá-la*.

O efetivo que participa do Curso é de 40 alunos, dos quais, normalmente, 36 civis e quatro militares. Os civis são quatro senadores e quatro deputados; os representantes dos diversos ministérios espanhóis; os designados pelo Ministro da Defesa e pelo Chefe do Estado-Maior da Defesa; os propostos pelo diretor do CESEDEN; os indicados pela indústria nacional; os profissionais de reconhecido prestígio dos meios de comunicação; e outros profissionais qualificados relacionados com a segurança e defesa. O universo abrangido pela seleção reflete bem a importância dada ao Curso e sua relevância para a difusão da Cultura de Defesa.

O Curso Monográfico de Defesa Nacional é realizado nos moldes dos cursos de Defesa Nacional, sendo que o grande diferencial entre eles é que o Monográfico é baseado em uma temática atual, que varia ano a ano. Objetiva reunir um grupo de personalidades civis e militares que ocupam ou possam ocupar no futuro, cargos relevantes relacionados com a Defesa Nacional, com a

finalidade de estudar um tema importante e atual, no qual aportem suas experiências e conhecimentos.

O referido curso tem uma duração aproximada de 11 semanas, de segunda-feira a quinta-feira, com duas horas de duração, período em que se desenvolve uma conferência e o debate. O Curso já possui mais de cinquenta edições, sendo consolidado graças ao seu prestígio e ao interesse dos alunos pelos temas de defesa.

O Ministério da Defesa da Espanha, por meio do CESEDEN e da Universidade Rei Juan Carlos, firmou em 2005 um acordo para reconhecimento acadêmico dos estudos na matéria de Defesa Nacional, o que possibilitou aos concluentes dos cursos de Defesa Nacional e o Monográfico de Defesa Nacional receberem a titulação de “Titulado Superior”, “Experto em Defesa Nacional” ou “Mestrado em Defesa Nacional”. A possibilidade de reconhecer os cursos veio ao encontro da Diretiva Nacional 1/2004 (ESPAÑA, 2004, p.9), que se referia ao objetivo de elevar o nível de cultura sobre o tema segurança e defesa. Segundo ela, o Governo, em coordenação com outros órgãos do Estado:

impulsará a difusão do papel e da necessidade da defesa, com a finalidade de favorecer maior implicação da sociedade e de possibilitar o exercício do direito e o dever de defender a Espanha, que a Constituição outorga aos espanhóis.

O Instituto de Estudos Estratégicos (IEEE) do CESEDEN realizava, anualmente, até o ano de 2013, dois seminários de Segurança e Defesa, sendo o primeiro dedicado a jovens políticos e o segundo aos estudantes

de jornalismo. A fim de atender as necessidades e as demandas, os seminários foram fundidos em um curso, sendo que foi ampliado para jovens licenciados/graduados relacionados com a segurança e a Defesa, a jovens professores, a jovens licenciados/graduados que trabalham em empresas relacionadas com a segurança e a defesa, a jovens dos partidos políticos com representação parlamentária Nacional e a jovens militares, sendo atualmente de responsabilidade do DCDD da ESFAS.

O efetivo que participa do Curso é de 45 alunos, de idade não superior a 32 anos, sendo que 30 deles em Madri e 15 que assistem ao Curso por meio de videoconferências, desde uma das Academias Militares, que se revezam a cada ano.

Uma das finalidades específicas do Curso é de apresentar a Cultura de Defesa aos jovens que no futuro possam servir de apoio e difusão desta cultura de segurança e defesa. A duração aproximada do Curso é de dois meses, com conferências de segunda-feira até quarta-feira e, às quintas-feiras, visitas a locais de interesse, quartéis-generais, unidades militares dos Exércitos, entre outros.

O currículo está dividido em módulos, que dizem respeito ao conceito de segurança, interesses, riscos e ameaças; à Defesa, planejamento e organizações da Defesa; às Forças Armadas, organização e missões; e às operações. Como trabalho de conclusão do Curso, em 2017, os alunos realizaram um trabalho em grupos, com o tema “A Cultura e consciência de defesa na Espanha”, o qual foi entregue por escrito e foi realizada uma apresentação aos demais alunos.

Por fim, cabe destacar a realização de uma viagem por território nacional pelo Curso de Defesa Nacional para jovens, que visita centros, unidades e instalações das Forças Armadas ou de interesse para a Defesa, que tem por objetivo aproximar os alunos das Forças Armadas, “humanizando” a percepção que eles possuem das mesmas, e fomentar o conhecimento mútuo.

Como síntese do que foi apresentado sobre os cursos conduzidos pelo DCDD, pode-se dizer que a realização dos mesmos impulsiona e dá conhecimento a seus participantes sobre a Cultura de Defesa e provoca a reflexão sobre os principais aspectos da segurança e defesa espanhola, além de estabelecer vínculos pessoais que facilitem o desenvolvimento da vida profissional a serviço do Estado ou em qualquer outro âmbito.

O objetivo de conscientizar a sociedade, por meio de cursos em que estão presentes desde altas autoridades a jovens, é um grande passo que está sendo dado pelos espanhóis para difundir a Cultura de Defesa e, assim, contrapor-se ao que expressou Díaz Rodriguez (2017, p. 4):

Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que a origem da falta de cultura de segurança e defesa está na percepção que tem a sociedade espanhola sobre a defesa em si e sobre as Forças Armadas.

A Cultura de Defesa no Brasil

O Brasil, um país continente, com aproximadamente oito e meio milhões de quilômetros quadrados e que faz fronteiras com quase a totalidade dos países da América do Sul, distingue-se por ser tradicionalmente pacífico, e suas relações internacionais,

de acordo com o Art. 4º de sua Constituição (BRASIL, 1988), tem como princípios, entre outros, a autodeterminação dos povos; a não-intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; e a solução pacífica dos conflitos.

A defesa, devido a diversas condicionantes — entre as quais evidenciamos a de o país colocar em prática os princípios da Constituição acima destacados; a existência de fronteiras consolidadas por meio de tratados; e a não participação em conflitos bélicos na atualidade —, acaba por ser colocada, em geral, em um segundo plano pela sua sociedade, pois é transmitida a sensação de que a defesa não é um assunto que necessite de prioridade. Segundo Carlos Lúcio W. dos Santos (2013, p. 10),

a mentalidade de defesa da sociedade brasileira tenderá a diminuir cada vez mais, como consequência da sensação consolidada de segurança periférica resultante da aprofundada ausência de ameaças.

A Política Nacional de Defesa (PDN) (BRASIL, 2012a, p. 12) admite o mesmo cenário, quando afirma que,

após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros.

Corroborando com este pensamento, a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2012b, p. 114) se refere ao fato de que,

apesar dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, configuram-se ainda como vul-

nerabilidades da atual estrutura de defesa do país: o envolvimento, ainda não significativo, da sociedade brasileira com os assuntos de defesa.

A PND foi aprovada em 2005 e atualizada em 2012. Estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. De acordo com o referido documento,

um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do país e de que esta é um dever de todos os brasileiros. (BRASIL, 2012a, p. 12)

Destaca-se como um de seus Objetivos Nacionais de Defesa: conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país.

A END foi lançada em 2008 e revisada em 2012. Segundo esta Estratégia, foram identificados e analisados os principais aspectos positivos e as vulnerabilidades na atual estrutura de defesa do país, o que permitiu levantar algumas oportunidades a serem exploradas, como a necessidade de

um maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa e maior integração entre os diferentes setores dos três poderes e das três instâncias de governo do Estado brasileiro e desses setores com os institutos nacionais de estudos estratégicos, públicos ou privados. (BRASIL, 2012b, p. 114)

A implementação da END foi orientada pelas chamadas ações estratégicas, que

relatam atuações em diversas áreas, como na área do Ensino, na qual se busca:

promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa. (BRASIL, 2012b, p. 148)

Uma das ações estratégicas, que orientaram a implementação da END, foi a criação do Instituto Pandiá Calógeras (BRASIL, 2018a), que é um centro de pesquisa que assessorará o ministro da Defesa, cuja missão “é produzir análise, promover o diálogo e estimular o conhecimento sobre temas de interesse da defesa nacional” e, também, “contribui para adensar a relação entre civis e militares de maneira permanente e estruturada”. Entre as linhas de pesquisa do Instituto, as atividades se concentram em temas considerados prioritários pela END, como o tema da Cultura de Defesa:

A importância que a cultura brasileira atribui à defesa e ao envolvimento da sociedade com o tema. O papel desempenhado pela academia, mídia, política e educação nas medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2018a)

Outra ação estratégica de grande relevância foi a criação do Núcleo da Escola Superior de Guerra (ESG) em Brasília, co-

nhecido como Campus Brasília, que tem por finalidade “aproximar a Escola da Defesa com o centro político e decisivo” (BRASIL, 2018b), otimizando a formação de recursos humanos ligados aos assuntos de defesa. As suas atividades acadêmicas e administrativas estão sendo desenvolvidas, temporariamente, nas instalações do Ministério da Defesa (MD), até que suas instalações definitivas estejam prontas.

Cabe ressaltar que a ESG desenvolve nas suas instalações no Rio de Janeiro o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), que, segundo seu Resumo Histórico, tem como destinação atual:

preparar civis e militares, do Brasil e das Nações Amigas, para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na administração pública, em especial nas áreas de segurança e da defesa nacional, desenvolvendo planejamentos estratégicos nas expressões do Poder Nacional. (BRASIL, 2018c)

As atividades do CAEPE são desenvolvidas de segunda a sexta-feira em horário integral; tem a duração de 40 semanas (março a dezembro); seus trabalhos são desenvolvidos por meio de palestras, debates, discussão dirigida, painéis, viagens e visitas de estudos; sendo realizado por pessoas de notável competência, com atuação relevante nos diversos segmentos da sociedade brasileira, os militares e os servidores civis das Forças Armadas.

Conclusão sobre a aplicabilidade das atividades de difusão da Cultura de Defesa da Espanha no Brasil

As medidas adotadas pela Espanha, baseadas em diversas normativas e nas ações

realizadas pelo seu Ministério da Defesa, em especial as desenvolvidas pelo Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional (CESEDEN), têm propiciado que a sociedade espanhola esteja mostrando-se cada vez susceptível à cultura em matéria de defesa. Cabe destacar que já participaram, aproximadamente, mais de 2.100 alunos, entre civis e militares, nos cursos de Defesa Nacional do Departamento de Cultura e Diplomacia de Defesa (DCDD) do CESEDEN, tornando-se, assim, importantes instrumentos difusores dessa cultura e frequentados por um seleto público de civis, dos mais diversos setores da sociedade.

Os cursos de Defesa Nacional desenvolvidos na Espanha constam de diversas conferências, estas ministradas por pessoas das áreas de segurança e defesa e de renome em suas respectivas esferas de atuação. No caso espanhol, devido à proximidade dos países no continente europeu, realiza-se uma viagem a um país de interesse, muitas vezes a Bruxelas, devido à presença da sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Comissão Europeia e Parlamento Europeu. Os gastos para a realização dos cursos são relativos ao pagamento dos meios de transporte (ônibus) até o local da visita em território nacional; das passageiros de avião, alimentação e hotel na cidade visitada na parte internacional; e das conferências, que são normalmente indenizáveis, independente de o conferencista ser militar ou civil. As despesas citadas são as que geram os maiores custos para a realização dos cursos de Defesa Nacional na Espanha.

Como foi verificado anteriormente, a Cultura de Defesa no Brasil é pouco difun-

dida, devido a diversos fatores já abordados. Todavia, tem evoluído ao longo dos anos, em especial por diversas medidas que vêm sendo implementadas, como a colocação em prática das medidas previstas e atualizadas da Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que lançaram bases de disseminação desta cultura, como o Instituto Pandiá Calógeras e o fomento de instituições, como a criação do Campus Brasília da Escola Superior de Guerra; além da manutenção de cursos na área de defesa, como o realizado na própria ESG, por meio do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).

A realização no Brasil de cursos no formato dos cursos de Defesa Nacional da Espanha seria facilitada, quando do estudo da missão da ESG, estabelecimento de ensino (EE) de referência no campo da Defesa nacional e que abaixo está transcrita:

Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento. (BRASIL, 2018d)

Como acima referenciado, verifica-se que a missão da ESG está bem alinhada com a do CESEDEN, quanto à preparação de civis e militares em alto nível no campo da Defesa Nacional, civis estes que poderão ser difusores da cultura voltada para esta área. A grande diferença para os cursos hoje desenvolvidos na Espanha está na carga horária de duas horas ao dia e no horário diferente

do laboral, o que permite que as atividades diárias não tenham de ser deixadas totalmente à parte quando da sua realização, um dos maiores óbices para a participação, em especial, dos civis nesses cursos.

A realização destes cursos em EE com sedes em grandes centros nacionais, como Rio de Janeiro e Brasília, é proporcionada pela facilidade de contato com conferencistas do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade, como o político, econômico, científico-tecnológico e militar. Além do que foi exposto, possuem em seu entorno pessoas capazes para a difusão dos temas e estão próximos de unidades militares e da indústria de defesa, que poderiam ser visitadas, em especial as voltadas para a área tecnológica, as que mais despertam interesse por parte dos participantes dos cursos.

Os cursos de defesa nacional no Brasil estariam alinhados com os objetivos da Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, o que poderia ser um motivo a mais para a captação de recursos para sua realização. Cabe destacar, que muitas das empresas visitadas apoiam os cursos na Espanha, pois é uma forma de difundirem seus produtos aos diversos segmentos da sociedade e evidenciar sua importância no contexto nacional.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acessado em 17 abr. 2018.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Brasília, DF, 2012, acesso em 17 abr. 2018.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Brasília, DF, 2012, acesso em 17 abr. 2018.

Cabe ressaltar que o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação homologou a inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil, em maio de 2017, sendo de muita importância para o futuro da área, como deixou claro seu relator:

Essa medida tornará a Defesa tema acadêmico corrente no meio universitário, extensivo à sociedade, ampliando a participação da pesquisa já realizada e de novos pesquisadores de diversas áreas, em assuntos vitais à segurança nacional. (BRASIL, 2018e, p. 2)

Assim, como foi possível na Espanha, no futuro, os cursos na área de Defesa Nacional poderiam ser reconhecidos em programas *stricto sensu* na área.

A realização de cursos abordando este importante tema é uma oportunidade a mais para que a sociedade se conscientize que não cabe somente aos militares a Defesa Nacional, mas sim é uma tarefa que todos os brasileiros devem compartilhar, buscando um Brasil mais forte, desenvolvido e seguro, frente a um futuro cada vez mais incerto e cheio de desafios, em que nem sempre as ameaças são perceptíveis com facilidade, tudo com a finalidade de contrapor-se ao nosso *deficit* de Cultura de Defesa. ☀

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Campus Brasília**. Disponível em: <www.esg.br/index.php/es/2014-02-19-17-54-22/brasilia>. Brasília, DF, 2018b, acesso em 23 abr. 2018.

_____. **Resumo Histórico do Curso**. Disponível em: <www.esg.br/index.php/es/curso-de-altos-estudos-de-politica-e-estrategia-caepe>. Rio de Janeiro, RJ, 2018c, acesso em 23 abr. 2018.

_____. **Nossa Missão**. Disponível em: <www.esg.br/index.php/es/2014-02-19-17-51-50/apresentacao>. Rio de Janeiro, RJ, 2018d, acesso em 24 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Instituto Pandiá. **Quem somos**. Disponível em: <pandia.defesa.gov.br/pt/sobre-o-instituto#o-que-fazemos>. Brasília, DF, 2018a, acesso em 23 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/65331-pces147-17-pdf/file>. Brasília, DF, 2018e, acesso em 25 abr. 2018.

COSIDÓ, Ignacio. **Cultura de defensa, gasto militar y Fuerzas Armadas en España**. Informe del Instituto de Seguridad y Cultura. Madri/ Espanha, 2017. Disponível em: <www.infodefensa.com/archivo/files/Cultura-de-Defensa-gasto-militar-y-Fuerzas-Armadas-en-Espana%C3%B1a.pdf>, acesso em 02 fev. 2018.

CULTURA MILITAR y conciencia de Defensa en España. **La Gaceta**. Madri/ Espanha, 2017. Disponível em: <gaceta.es/noticias/cultura-militar-conciencia-defensa-espana-01022017-0754/>. Acesso em 29 jan. 2018.

DÍAZ RODRIGUEZ, Joel. **La cultura de defensa en España: un nuevo enfoque para su impulso desde la sociedad civil**. Documento de Opinião 121/2017 – IEEE. Madri/ Espanha, 2017.

DOS SANTOS, Carlos Lúcio Waldino. **A evolução da mentalidade de defesa no Brasil e seus reflexos para as Forças Armadas**. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjg35aCqfbaAhWSyqQKHTQ6DH8QFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eceme.eb.mil.br%2Fpublicacoes-eceme-5%2Fartigos-anteriores%2Fitem%2Fdownload%2F150_0569222b01616102e9c24fe1222ce6e0&usg=AOvVaw0PtbUPQCrBdzQ9yMKczhSg>, acesso em 17 abr. 2018.

ESPAÑA. **Ley Orgánica 5/2005 de Defensa Nacional**. Boletín Oficial del Estado núm. 276. Madri/ Espanha, 2005. Disponível em: <www.defensa.gob.es/Galerias/defensadocs/LO-defensa-nacional-2005.pdf>, acesso em 06 abr. 2018.

_____. **Ley 36/2015 de Seguridad Nacional**. Boletín Oficial del Estado Núm. 233. Madri/ Espanha, 2015. Disponível em: <www.boe.es/boe/dias/2015/09/29/pdfs/BOE-A-2015-10389.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

_____. **Real Decreto 998/2017**. Boletín Oficial del Estado. Núm. 287. Madri/ Espanha, 2017b. Disponível em: <www.boe.es/boe/dias/2017/11/25/pdfs/BOE-A-2017-13645.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Directiva de Defensa Nacional 1/2004**. Madrid/Espanha, 2004, pg.9. Disponível em: <www.centredeelas.org/images/stories/adjunts/510_ddn_2004.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

_____. **Directiva de Defensa Nacional 1/2012**. Madrid/ Espanha, 2012. Disponível em: <www.defensa.gob.es/Galerias/defensadocs/directiva-defensa-nacional-2012.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

_____. **Estratégia de Segurança Nacional 2017**. Madri/ Espanha, 2017a. Disponível em: <www.dsn.gob.es/es/estrategias-publicaciones/estrategias/estrategia-seguridad-nacional-2017>. Acesso em 06 fev. 2018.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. **Plan General del XXXVII Curso de Defensa Nacional**. Madrid/ Espanha, 2017c.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. Portal Cultura de Defensa. Cultura de Defensa. **¿Qué es la cultura de defensa?** Madri/Espanha, 2018a. Disponível em: <www.portalcultura.mde.es/comun/culturaDefensa.html>. Acesso em 29 jan. 2018.

_____. **¿Qué órganos del Ministerio de Defensa tienen responsabilidad en materia de cultura de defensa?** Madri/ Espanha, 2018b. Disponível em: <www.portalcultura.mde.es/comun/culturaDefensa.html>. Acesso em 29 jan. 2018.

_____. **¿En qué líneas de actuación se materializa la Cultura de Defensa??** Madri/ Espanha, 2018c. Disponível em: <www.portalcultura.mde.es/comun/culturaDefensa.html>. Acesso em 29 jan. 2018.

ESPAÑA. Presidencia del Gobierno. **Estratégia de Segurança Nacional 2013**. Madri/ Espanha, maio. 2013. Disponível em: <www.dsn.gob.es/es/estrategias-publicaciones/estrategias/estrategia-seguridad-nacional>. Acesso em 06 fev. 2018.

MARSAL MUNTALA, Jordi. **Cultura de seguridad y defensa**. Revista Española de Defensa/ 2016. Madri/ Espanha, 2016. Disponível em: <www.defensa.gob.es/Galerias/gabinete/red/2016/red-329-cultura-defensa.pdf>. Acesso em 31 ago. 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália¹

Cláudio Skora Rosty*

Palavras iniciais

É uma grande honra e uma imensa satisfação participar com esse artigo da revista A Defesa Nacional. Neste trabalho, discorrerei sobre as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos, com ênfase na mobilização nacional, na concentração de meios e na organização da Força Expedicionária Brasileira para combater fora do território nacional em defesa da liberdade e da democracia. Mostraremos as experiências vividas pelos nossos “Pracinhas” e os ensinamentos colhidos no campo de batalha.

Introdução

Neste ano, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) completou seus setenta e três anos de atuação nos campos de batalha da Região da Toscana e Emilia-Romagna durante a 2^a Guerra Mundial na campanha da Itália. Dois anos antes, reuniram-se no auditório do Centro de Operações Terrestres (COTER) militares das Forças Armadas pre-

ocupados com a constituição de uma força expedicionária de valor unidade, que poderá evoluir para uma brigada, com a finalidade de ser empregada fora do território nacional. Este artigo foi parcialmente apresentado naquele momento.

Agora mostraremos as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira, diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos, com ênfase, nos aspectos já mencionados.

Historicamente o Brasil elevou-se no conceito mundial pelos grandes feitos dos



Figura 1 – Libertação de Massarosa

Fonte: AHEX

* Cel Inf R/I (AMAN/75, EsAO/85, ECEME/94), confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Conselho Técnico-Consultivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro e consultor técnico-científico em História Militar do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. É historiador militar da Seção de Pesquisa Histórica do CEPHiMEx.



Figura 2 – Crianças italianas cantando a Canção do Expedicionário

Fonte: o autor

soldados brasileiros, nos memoráveis combates contra o experiente soldado alemão. Esses homens souberam combater com heroísmo pela defesa da soberania, pelos nobres ideais democráticos e de liberdade. Várias vilas e cidades foram libertadas, e a população italiana até hoje reconhece a atuação desses heróis.²

Nas escolas primárias, as crianças italianas cantam com entusiasmo a *Canção do Expedicionário*. Constatação ocorrida, em 25 de abril de 2015, por ocasião do *IV Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial*, em Montese, na Itália.

Na fase inicial da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se manteve neutro,³ em decorrência de decisão tomada em outubro de 1939 pelos países das três Américas, representados pelos seus chanceleres, em reunião no Panamá. O propósito era o de se manterem isentos diante dos graves acontecimentos que agitavam a Europa, devido à invasão da Polônia pelos alemães e à efetiva declaração de guerra pela Grã-Bretanha e pela França à Alemanha.

O presidente norte-americano (NA) Roosevelt, reeleito em 5 de novembro de 1940 para um novo período de governo, en-

viou ao Congresso uma mensagem pedindo a aprovação da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-Lease), que viabilizaria a criação do grande arsenal das tropas aliadas para garantir a democracia.⁴

O Estado Novo de Getúlio Vargas guardava forte viés nacionalista de direita e, ao mesmo tempo, não escondia certo grau de cumplicidade com a causa do Eixo. Vargas escolheu a empresa americana American Steel Corporation, em detrimento da Krupp alemã, para construir a usina da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, passo primordial para a redenção do Brasil no terreno da indústria de base.

O país seguiu sua tendência histórica de alinhamento e compromisso com as Américas, fruto da decisão tomada pelos países americanos na assembleia realizada em Havana, em julho de 1940, após os alemães atacarem os Países Baixos, a França e a Inglaterra.

Em 3 de agosto de 1941, Churchill e Roosevelt firmaram oito princípios, que passaram a se chamar Carta do Atlântico, que deram origem à atual Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945.

Como medida preventiva, reafirmando os princípios da Doutrina Monroe, os países americanos declararam que todo atentado de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência de um Estado americano, seria considerado ato de agressão contra todos os Estados signatários da declaração. Nesse contexto, o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, teve papel central para o rumo que o Brasil tomaria na guerra. Sua ação diplomática foi fundamental, também, para a política de segurança e solidariedade continental.

Em 7 de dezembro de 1941, quando os japoneses atacaram a base aeronaval de Pearl Harbor,⁵ no Havaí, forçaram os Estados Unidos da América e seus aliados a entrarem naquele conflito. Em um movimento de solidariedade, vinte e seis nações firmaram, em 1º de janeiro do ano seguinte, a declaração:

[...] que cada Governo se comprometa a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Tríplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra [...] que cada Governo se comprometa a cooperar com os governos signatários da presente e a não firmar com os inimigos armistícios ou paz em separado.⁶

O Brasil aderiu a esse grupo, comprometendo-se de forma inexorável a atuar com os Aliados contra o Eixo. Durante a sessão de encerramento da conferência, na Cidade do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, Oswaldo Aranha declarou que o país rompia relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, dessa forma solidarizando-se com as repúblicas americanas, às quais estava ligado por laços indissolúveis de amizade.⁷



Figura 3 – Oswaldo Aranha

Fonte: AHEx

O Brasil procurou manter-se afastado do conflito, porém, devido ao bloqueio marítimo imposto pela Alemanha com repercussões na costa brasileira, essa situação modificou-se.

O primeiro incidente envolveu o navio mercante brasileiro Taubaté,⁸ que navegava isoladamente entre Chipre e Alexandria, em 23 de março de 1941, ou seja, antes do rompimento das relações diplomáticas. Ele foi bombardeado e metralhado por um avião da Luftwaffe (Força Aérea alemã). Apesar da morte de um tripulante e do ferimento de outros treze — e dos protestos veementes do governo brasileiro —, o governo alemão mostrou-se insensível ao fato. Outros incidentes menores continuaram acontecendo até que o Brasil foi vítima da infame campanha submarina alemã no Oceano Atlântico. O primeiro navio vítima dessa campanha foi o Cabedelo, desaparecido em 14 de fevereiro de 1942, quando se dirigia de Filadélfia, nos Estados Unidos da América (EUA), para o Porto de Cabedelo, no Brasil.

Desse momento até a declaração de “Situação de Beligerância” contra a Alemanha, em 21 de agosto de 1942, mais dezoito navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo. Depois dessa data, outros doze foram ao fundo do mar, totalizando aproximadamente um terço da Marinha Mercante Brasileira, e provocando a morte ou o desaparecimento de 469 pessoas, entre tripulantes e passageiros, sendo 121 oficiais e oito comandantes⁹ de navios mercantes.

Em 11 de março de 1942, como medida de represália, o Decreto-Lei Nº 4.166 regulava sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.



Figura 4 – Afundamento de navios na costa do Brasil

Fonte: AHEX

A Declaração de Guerra à Alemanha e à Itália¹⁰ foi feita no dia 31 de agosto do mesmo ano, com o Decreto Nº 10.358. Contudo, já em 27 do mesmo mês, havia-se reunido pela primeira vez a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, deliberando sobre como seria a participação militar do Brasil na guerra. Ficou acertado o seguinte: o envio de um corpo de exército (CEx), a três divisões de infantaria (DI), mais os elementos de apoio, à África ou à Europa; as unidades teriam organização igual às adotadas pela Doutrina Militar Norte-Americana (NA); o envio de uma força aérea expedicionária; o fornecimento de material bélico e artigos de subsistência seriam pelo Lend-Lease, com 50% do material de uma DI entregues no Brasil para treinamento; a participação de oficiais brasileiros em estágios de instrução nos EUA; o envio de militares norte-americanos como instrutores para o Brasil e a justiça militar funcionaria de acordo com as leis brasileiras.

Seguiram-se os decretos Nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, de mobilização geral em todo o território nacional, e o nº 4.812, de 8 de novembro, disposto sobre a requisição de



Figura 5 – Oficiais em estágio nos EUA

Fonte: AHEX

bens móveis e imóveis, necessários às Forças Armadas e à defesa passiva da população.¹¹

Defesa territorial do Brasil

Pela resolução Nº 11, de 1943, da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, a defesa do território brasileiro e das instalações militares nele existentes ficaria a cargo do Exército.¹² Decorridos trinta e três dias da entrada do Brasil na guerra, o Dec. Nº 10490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a “Zona de Guerra Brasileira”. Ela abrangeu todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, no limite de uma faixa de segurança estabelecida pela Declaração do Panamá, e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado “Zona do Interior”.¹³

A Zona de Guerra foi dividida pelos teatros de operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro-Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo, que foram, na prática nominados em função da remota possibilidade de um ataque do Eixo. A exceção foi o TO Nordeste, que organizou um plano de operações, sob a orientação

de seu comandante, general de divisão Estevão Leitão de Carvalho. Esse plano respondia às seguintes possibilidades do Eixo: prática de atos de guerra por forças aeronavais do Eixo contra comunicações marítimas de interesse do Brasil, o que veio a concretizar-se; ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino) por forças do Eixo, após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul. Em função delas, a defesa do Nordeste e, por via de consequência, a do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no triângulo Natal-Recife-Fernando de Noronha.

Para fazer face às possibilidades levantadas de ações do Eixo, o Plano de Defesa do TO¹⁴ Nordeste estabeleceu como missões: impedir o Eixo de estabelecer bases aeronavais no Nordeste; vigiar a costa para assinalar forças do eixo em tentativas de desembarque e ações corsárias; manter a todo o custo as bases aeronavais de Natal e Recife; impedir o Eixo de estabelecer-se em Fernando de Noronha; e manter forte massa de manobra em Campina Grande, capaz de socorrer Natal e Recife.

Para o cumprimento destas missões, o TO Nordeste foi dividido entre a 10^a Região Militar (MA, PI, CE), a 7^a Região Militar sobre o Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL e Fernando de Noronha) e a 6^a Região Militar (SE e BA).

Estas, ao comando sucessivo dos generais João Baptista Mascarenhas de Moraes e Newton Andrade Cavalcanti, dispõe da 7^a Divisão de Infantaria, articulada nos estados de Pernambuco e Alagoas, e da 14^a Divisão de Infantaria, articulada nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, além do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de infantaria, artilharia (de costa e antiaérea), comunicações e engenharia (do 4º BE Cmb de Itajubá-MG). Em caso de invasão e impossibili-

dade de repelir ou destruir o inimigo, as duas divisões de infantaria deveriam retardá-lo. A 7^a, ao longo dos eixos Recife-Caruaru-Rio Branco e Maceió-União-Garanhuns e até a linha de Resistência Garanhuns-Glicério-Palmares-Vitória-Limoeiro; a 14^a devia retardá-lo nos eixos Natal-Santa Cruz e João Pessoa-Sapê-Campina Grande até a linha Itambé-Cahê-Mamaguape-Vila Nova-Bom Jesus, devendo participar da Resistência na linha Itabaina-Nova Cruz-Serra Caiada.¹⁵

A 14^a DI, ao comando do general de brigada Gustavo Cordeiro de Farias,¹⁶ que tinha por missão, caso o inimigo desbordasse Natal vindo entre Touros e Areia, manter Lages a todo o custo. Em caso de desembarque e vantagem inicial do Eixo, cada núcleo vencido deveria retrair e juntar-se a outro núcleo e assim por diante, à semelhança do que já havia sido feito ao tempo das invasões holandesas.

A defesa do litoral contava ainda, com a Base Operacional da 4^a Esquadra do Atlântico e Base Aérea do Ibura, em Recife; com a Base Naval Secundária de Cabedelo, em João Pessoa, e com a Base Aeronaval de Parnamirim, em Natal.

Ao Destacamento Misto de Fernando de Noronha competia: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente em face da Baía de Santo Antônio; precaver-se contra bombardeios aéreos e navais e impedir a todo o custo que Fernando de Noronha fosse usada como base aeronaval do Eixo, para operações contra o Continente.

O restante das tropas do Exército do TO Nordeste receberam missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares em Fortaleza, Luiz Correia, São Luiz, Aracaju, Salvador, Itaparica, Ilhéus, Canavieiras, Santa Cruz,

Porto Seguro, Caravelas, Conceição da Barra, Vitória e Marataízes. As maiores concentrações de tropas tiveram lugar em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju.

O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, em uma linha tênue e descontínua. Várias unidades do Exército foram deslocadas em missões de guerra, do interior para a vigilância do litoral, onde passaram longos e intermináveis dias padecendo de saudades da família e de solidão.

Nos restantes TO criados, houve problemas menores no tocante a operações que se concentraram na proteção de portos, bases militares e vigilância do litoral. Daí no final da guerra haver sido editada lei que passou a ser conhecida como “Lei da Praia”, que trouxe vantagem de mais uma promoção na reserva aos que, durante a guerra, estavam na Zona de Guerra Brasileira.

O Rio São Francisco, mais uma vez devido a sua configuração, comprovou ser o rio da unidade nacional, por assegurar a ligação entre o Nordeste e o Rio de Janeiro, no trecho Juazeiro-BA a Pirapora-MG, a salvo da ação de submarinos, daí ser incluído na Zona da Guerra como rota de suprimento.

O dispositivo de defesa do TO Nordeste foi desenvolvido e aperfeiçoado até meados de 1943, quando ficou reduzida a ação do Eixo no norte da África e com inexpressiva ação de submarinos no nosso litoral, a partir de agosto de 1943. Milhares de militares do Exército cumpriram, por quase um ano, na solidão e desconforto das praias do imenso litoral brasileiro, a missão de guerra que lhes foi imposta “defender e vigiar o litoral brasileiro”.

A mobilização nacional

O Brasil passava por séria crise econômica desde a década dos anos 1930. O chanceler Oswaldo Aranha, desde 1939, já havia emitido recomendações ao presidente sobre medidas para a mobilização do país. Medidas relativas à arregimentação da opinião pública; economia de combustíveis e de trigo; regularização das obrigações internacionais; constituição de estoques; e racionalização do consumo de produtos indispensáveis e proibição da exportação de ferro. As exportações cresceram em quantidades brutas e diversificaram-se. Para os Estados Unidos, por exemplo, o Brasil passou a exportar, com exclusividade, em obediência aos acordos firmados, além do café, matérias-primas estratégicas, como a borracha, o babaçu, a cera de carnaúba, o quartzo, a mica, a tantalita, o berilo etc.

O presidente Vargas criou a Coordenação da Mobilização Econômica, em 30 de novembro de 1942, encarregada de transformar a economia de paz, debilitada e desgovernada, em uma economia de guerra efetiva. Apenas as indústrias de tecidos, conservas, artefatos de couro e produtos farmacêuticos produziam excedentes que puderam contribuir com o esforço de guerra aliado.

Na agricultura, a situação era menos grave: o café e o algodão continuavam como esteios da economia. Entretanto, a carência de alimentos castigou a população, e coube às comissões de abastecimento estaduais regularem o racionamento e os preços.¹⁷

O setor dos transportes, que já era precário, foi ainda mais sacrificado, tanto pelas baixas de quase 1/3 da frota mercante, pelos ataques de submarinos, quanto pela escassez de combustíveis. Para o transporte ferroviário, a solu-

ção foi substituir o carvão vegetal pela queima de lenha. Para os transportes rodoviários, foi necessário o racionamento, por meio da adaptação de muitos veículos ao uso do gasogênio.

A mobilização de mão de obra limitou-se a alguns esforços destinados a atender às Forças Armadas e às batalhas (extrações) da borracha e dos minerais estratégicos. A Batalha da Borracha exigiu a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia,¹⁸ destinado a recrutar efetivos, principalmente oriundos do Nordeste, para a extração do látex, essencial para a fabricação de pneus para aviões.¹⁹

As Forças Armadas estavam desaparelhadas e despreparadas para uma guerra moderna daquela envergadura. O Exército contava com um efetivo aproximado de sessenta mil homens; sua organização, instrução e doutrina de emprego obedeciam, rigorosamente, aos regulamentos franceses, e os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria, eram de procedência estrangeira, antiquados, e em número insuficiente para atender às novas exigências.

A Marinha do Brasil, com um efetivo de quatorze mil homens, dispunha somente de dois encouraçados, dois cruzadores, sete contratorpedeiros, um submarino, um navio-tanque, um monitor, dois Tenders, dois navios-hidrográficos, dois navios-auxiliares, quatro navios de Aviso, três navios-mineiros e um navio-escola, em sua maioria, velhos e desaparelhados para batalhas contra unidades mais modernas.

A Aviação Militar do Exército e a Aviação Naval, unificadas pela Força Aérea Brasileira com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 18 de janeiro de 1941, também se ressentiam da falta de aeronaves e equipamentos mais modernos. Possuíam somente algumas aeronaves

Vultee V-11, Fock Wulf, Martin, Wought Corsair, etc., todas obsoletas.²⁰

Os arsenais e as fábricas produziam apenas alguns explosivos e munições e se dedicavam a montar, à custa de muitos esforços, alguns navios ligeiros para a Marinha de Guerra, determinados tipos de aviões de treinamento e de transporte para a Aviação e alguns materiais para o Exército.

A ideia de mobilizar as Forças Armadas somente se tomou realidade quando as ameaças do conflito começaram a se aproximar do Brasil (o Brasil não foi à guerra, ela veio ao Brasil). Tornou-se imperativo apelar para o parque industrial dos Estados Unidos, único país, naquele momento, capaz de atender às necessidades vigentes. Assim, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, Lend-Lease,²¹ conseguiu-se adquirir grande parte dos armamentos, materiais de guerra, equipamentos e munições necessários.

Para o Exército, foram comprados materiais para dois regimentos de artilharia antiaérea e para quatro batalhões anticarros, cerca de 150 peças de artilharia de costa, equipamentos de construção de estradas e metade do material para uma divisão de infantaria e parte do material de uma divisão blindada e de uma divisão motorizada.

Para a Marinha de Guerra, foram adquiridos dezesseis caça-submarinos, oito contratorpedeiros de escolta e um navio de transporte.

Para a Força Aérea, três grupos aéreos, equipados com aeronaves de reconhecimento Ventura, Hudson e Catalina²² e um grupo de bombardeiros médios B-25.

Com conhecimento tecnológico nacional, o Arsenal de Marinha e a Organização Henrique Lage construíram três contrator-

pedeiros, seis caça-submarinos, nove destróieres, dois monitores e sete corvetas para a Esquadra. Além disso, realizaram-se obras de vulto: a instalação da Base Naval de Natal bem como a reforma e construção de quartéis e de estabelecimentos militares diversos por todo o país, para abrigar os novos efetivos.

Toda essa renovação não incluiu os esforços realizados para equipar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o 1º Grupo de Caça,²³ que atuaram na Itália. A mobilização de pessoal para as Forças Armadas foi dificultada pela precariedade das reservas disponíveis.

A Marinha solucionou o problema, destacando os quadros de terra e as guarnições dos velhos encouraçados São Paulo e Minas Gerais para completar os efetivos dos novos navios, além de criar um centro de formação de reservistas em Natal.

À Força Aérea Brasileira coube fornecer à FEB o pessoal necessário para a organização da Esquadrilha de Ligação e Observação, prevista na Artilharia Divisionária, com exceção dos observadores aéreos, que seriam oficiais do Exército da arma de Artilharia.²⁴ Aeronáutica convocou pilotos civis em formação nos Estados Unidos. Criou centros de preparação de oficiais da reserva no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e ampliou as matrículas na Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos. Estimulou o acesso de candidatos à Escola de Especialistas da Aeronáutica, então sediada no Rio de Janeiro, destinada à formação de mecânicos de voo, e contratou, nos Estados Unidos, uma escola técnica para a formação dos especialistas de terra, que foi instalada em São Paulo.

No Exército, o preenchimento dos claros de oficiais, decorrentes da súbita elevação dos efetivos para aproximadamente 180 mil ho-

mens, foi realizado com a aceleração das promoções e da formação de novos profissionais na Escola Militar do Realengo, transferida para Resende em 1944, e nos centros e núcleos de formação de oficiais da reserva, instalados em várias cidades do país.

Foi fechada temporariamente a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais na Vila Militar.

A formação dos graduados passou a ser feita em massa pelas unidades, enquanto a formação de especialistas ficou ao encargo dos centros de instrução especializada, destacando-se o da 1ª Região Militar, mais bem dotada de meios e recursos.

O esforço de guerra brasileiro permitiu também que os americanos construíssem no Norte e no Nordeste — em Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador —, em obediência a acordos firmados, bases aéreas ao lado das antigas instalações nacionais ali existentes.



Figura 6 – Importância estratégica do Nordeste

Fonte: AHEX



Figura 7 – Roosevelt em visita a Natal

Fonte: AHEX

Destinavam-se a dar melhor cobertura aérea ao continente, porém, com a rápida evolução dos acontecimentos, transformaram-se em vitais pontos estratégicos para garantia das operações realizadas na África e na Europa. A Base Aérea de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, teve tanta

importância para o esforço de guerra aliado que acabou conhecida como “trampolim da vitória”.²⁵

Em fevereiro de 1943, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt, retornando de visita a Casablanca (Marrocos), no Norte da África, esteve em Natal, acompanhado do presidente Getúlio Vargas,²⁶ ocasião em que os presidentes ratificaram os acordos de guerra entre o Brasil e os Estados Unidos.

A mobilização da FEB

Em 9 de agosto de 1943, foi ordenada a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), enquadrada no V Exército Norte-Americano.

O general João Batista Mascarenhas de Moraes foi designado comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB),²⁷ constituída pela 1ª DIE e pelos órgãos não divisionários (OND), tendo vinculação com o Conselho Superior de



Figura 8 – Organograma da FEB

Fonte: AHEX

Justiça Militar, com o 1º Grupo de Caça e com os Correspondentes de Guerra.

Os órgãos não divisionários eram constituídos por uma Inspetoria-Geral e Estado-Maior na Zona de Interior, sendo designado para inspetor-geral o general Olímpio Falconière da Cunha. Esse órgão não divisionário era composto ainda por um Serviço de Saúde, por uma Agência do Banco do Brasil, por uma Pagadoria Fixa, por Depósito de Intendência, Depósito de Pessoal, Serviço Postal e Seções de Justiça.²⁸

A 1^a DIE foi organizada conforme o modelo norte-americano:²⁹ com Estado-Maior Especial, Estado-Maior Pessoal e Estado-Maior Geral. Os oficiais do Estado-Maior da FEB eram antigos e conceituados instrutores da Escola de Estado-Maior: Ch EM - Cel Floriano de Lima Brayner; E1 - Ten Cel Thales Moutinho da Costa (depois, Ten Cel João da Costa Braga Jr.); E2 - Ten Cel Amaury Kruel; E3 - Ten Cel Humberto de Alencar Castelo Branco (depois, Ten Cel Adhemar de Queiroz e Maj Hélio Peres Braga); E4 - Maj Aguinaldo Senna Campos.

A Tropa Especial era constituída basicamente de Elementos de Apoio, destacando-se o enquadramento de um Esquadrão de Reconhecimento. Por constituírem novidades na estrutura organizacional divisionária brasileira, muitos tiveram de ser especialmente criados. O Boletim do Exército Nº 16, de 23 de agosto de 1943, o qual deu a organização da FEB, previa a criação de novas unidades: 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado; Companhia de Manutenção; Companhia de Intendência; Companhia de Quartel-General da 1^a DIE; Pelotão de Polícia Militar (teve por base elementos da Força Pública de São Paulo); Companhia de Comando; Banda de Música Divisionária; Companhia de Transmissões.

A Tropa Especial era constituída pela Infantaria Divisionária, pelo Batalhão de Engenharia, pelo Batalhão de Saúde e pela Artilharia Divisionária.

A Engenharia da FEB foi composta de um Batalhão de Engenharia (9º Batalhão de Engenharia de Aquidauana/MT), o qual era composto de uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Saúde e três Companhias de Engenharia.

O Batalhão de Saúde foi composto de uma Companhia de Triagem e três Companhias de Evacuação.

A Infantaria Divisionária (ID) da 1^a DIE ficou ao comando do general Euclides Zenóbio da Costa, composta de um efetivo de 9.796 homens, com três Regimentos de Infantaria (RI) a 3.250 homens cada, estes compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Saúde, uma Companhia de Serviços, uma Companhia de Obuses (seis obuses 105mm), uma Companhia de Canhão Anticarro (nove Can AC 57mm) e três Batalhões de Infantaria (871 homens cada) compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Petrechos Pesados (Mtr .30, Mtr .50 e Mrt 81mm) e três Companhias de Fuzileiros (193 homens cada).

Os três Regimentos de Infantaria (RI) eram: 1º RI, do Rio de Janeiro (Regimento Sampaio), 6º RI, de Caçapava (Regimento Ipiranga), e 11º RI, de São João Del Rei (Regimento Tiradentes).

A Artilharia Divisionária (AD) ficou ao comando do general Oswaldo Cordeiro de Farias, composta de uma Bateria de Comando, um Destacamento de Saúde com valor efetivo de 50 homens, um Grupo de Obuses Autorrebocados de 155mm, composto de uma Bateria

de Comando, uma Bateria de Serviços e três Baterias de Obuses, totalizando uma dotação de 12 obuses 155mm, e três grupos de obuses 105mm, a uma Bateria Comando, uma Bateria de Serviços e 3 Baterias de obuses 105mm, totalizando 12 obuses 105mm por grupo, ou seja, 36 obuses de 105mm, os quais, somados aos das Companhias de Obuses dos RI, totalizava 54 obuses de 105mm na Divisão. Compunha ainda a AD uma Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), dotada de 10 aeronaves Piper Cub L 4H.

A 1º DIE dispunha de mobilidade tática assegurada por 1.410 viaturas, o que a possibilitava deslocar 1/3 de seu efetivo para cumprir operações contra elementos terrestres de qualquer natureza e aéreos, em voo baixo, em operações de pequena envergadura; atacar qualquer objetivo terrestre numa frente normal de 3.000 metros por RI; defender num setor de 2.500 a 5.000 metros por RI; e realizar pequenas operações de transposição de cursos de água.

Todos os comandantes de unidade eram possuidores do Curso de Estado-Maior e já tinham experiência de comando. Eram comandantes, do 1º RI, Cel Aguinaldo Caiado de Castro; 6º RI, Cel João Segadas Viana (depois Cel Nelson de Melo); 11º RI, Cel Delmiro Pereira de Andrade; I/1º ROAR, Ten Cel Waldemar Levi Cardoso; II/1º ROAR, Cel Geraldo da Camino (depois Ten Cel E. Maurel Filho); I/2º ROAR, Cel José de Souza Carvalho; I/1º RAPC, Ten Cel Hugo Panasco Alvim; 9º BE, Cel José Machado Lopes; 1º BS, Ten Cel Bonifácio Antonio Borba.

A mobilização dos efetivos esbarrou em problemas de difícil solução, alguns dos quais acabaram tornando-se ensinamentos para futuras reformas no sistema de mobilização, depois da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, a Reserva era desprovida de pessoal espe-

cializado para lidar com os novos armamentos, viaturas, equipamentos de guerra química, de comunicações, de engenharia etc., os quais seriam empregados nas operações militares. Em um país de população majoritariamente rural, pobre e de baixa higidez, a alta percentagem de incapazes para o serviço, especialmente por problemas dentários e psicológicos, levou ao abrandamento dos critérios de seleção, para ampliar o universo de selecionados. Ao mesmo tempo, a seleção intelectual deixou a desejar, com a incorporação de centenas de analfabetos. Tudo isso produziu consequências indesejáveis para a habilitação de pessoal.

Os rodízios e substituições excessivos dos elementos incorporados, causados por interesses pessoais em jogo e por motivos de fundo afetivo e emotivo, sobrecregaram a administração e retardaram a instrução. A falta de preparação psicológica do país para a guerra, cujo povo não chegou a compreender bem as causas que levaram seus filhos a participar de uma campanha externa, prejudicou o voluntariado e agravou o quadro acima.

A mobilização do comando subordinado constituiu um sério problema, principalmente porque o quadro de capitães estava envelhecido. Dessa forma, foram comissionados no posto de capitão primeiros-tenentes das turmas de 1936 e 1937. Assim, o quadro foi renovado, mas com as desvantagens de contar com capitães jovens, inexperientes e, ainda, sem o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Tal medida obrigou a convocação de tenentes e, até mesmo, aspirantes recém-formados na Escola Militar, para o comando de pelotões, esbarrando-se novamente no problema da inexperiência. Além disso, 3% do efetivo de capitães e 36% do efetivo de oficiais subalternos eram da reserva não remu-

nerada e 13% dos oficiais subalternos eram da reserva remunerada.

Concentração da FEB

Inicialmente, a concentração da FEB estava prevista para a cidade de Resende, entretanto acabou efetuando-se em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, ocupando instalações de quartéis já existentes (sem desalojar as unidades que já as ocupavam) ou em quartéis construídos emergencialmente. Tal situação gerou importantes óbices: quartéis com acomodações para 2.000 homens receberam 3.500 homens, criando um ambiente interno desagradável; a disciplina ficou prejudicada pelo congestionamento da tropa; ameaça de grupos de pressão e a propaganda desagregadora e difamatória da 5^a coluna; a instrução ficou prejudicada pelas constantes visitas de autoridades brasileiras e norte-americanas; a proximidade da zona de concentração com os subúrbios e o fácil acesso a São Paulo e Minas Gerais levavam a constantes fugas de soldados desejosos de rever suas famílias, após longos períodos de instrução sem dispensas.

Concluída a concentração, continuavam os óbices de seleção física e recrutamento dos especialistas e artífices. Para tal, foram criados cursos de emergência no Centro de Instrução Especializada.³⁰

Instrução da FEB

A Diretiva Geral Nº 01, de 20 de novembro de 1943, expedia instruções para a comitiva que acompanharia o general Mascarenhas ao Norte da África. O Curso de Estado-Maior

de emergência para oficiais brasileiros na Escola de Comando e Estado-Maior de Leavenworth, os cursos correspondentes — nas escolas de Infantaria (Fort Benning), Artilharia (Fort Sill), Engenharia (Greenville), Material Bélico (Aberdeen), Blindados (Fort Knox) — e o estágio de Estado-Maior da 100^a Divisão Americana em Fort Jackson, de duração de dez dias, não foram suficientes para desenvolver o espírito típico de Estado-Maior em campanha³¹ e nem a formação de instrutores multiplicadores da doutrina norte-americana. Serviu para dar noções e orientações da doutrina diferentes daquelas da Missão Militar Francesa.

A Diretiva Geral de 27 de dezembro de 1943, do Comandante da FEB, previa que a instrução no Brasil seria desenvolvida da seguinte forma: 1º Período de Instrução da DIE, subsequente à fase de reorganização de alguns corpos, de 10 de janeiro a 1º de junho de 1944. A instrução ocorreu em duas fases. Na 1^a Fase, depois da revisão da instrução individual, o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego das frações elementares da Arma. Na 2^a Fase, o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego da subunidade de cada Arma, fazendo-se também, no âmbito da unidade imediatamente superior.

O Esquadrão de Reconhecimento e a Companhia de Transmissões, nesta fase, não deveriam ultrapassar o emprego de suas frações constitutivas. No fim desse período, os corpos deveriam ter estabelecido uma situação homogênea de instrução para todos os seus elementos.

A instrução comportaria³² instrução comum; aperfeiçoamento e instrução dos graduados; instrução peculiar a cada arma ou serviço; formação de especialistas; instrução da tropa.

O problema crucial para a instrução dos quadros da FEB ficou bem retratado pela observação de Manoel Thomaz Castello Branco, em seu livro *O Brasil na Segunda Grande Guerra*:

cada oficial ou graduado trazia suas convicções, sua bagagem cultural, seus hábitos (decorrentes da doutrina militar francesa adotada pelo EB desde a I GM), de modo que não foi simples desfazer-se desse lastro em proveito do outro (a recém-adotada doutrina militar americana).³³

De modo a superar a carência quase completa de especialistas na reserva convocada, foram executados cursos de instrução especializada no âmbito da FEB, no Centro de Instrução Especializada: de motoristas, mecânicos de automóvel, enfermagem, operadores e mecânicos de rádio, telegrafistas, telefonistas, cozinheiros etc. Mesmo assim, as necessidades não foram totalmente cobertas, e muitas unidades combateram sem alguns de seus especialistas, substituídos por curiosos ou práticos.

No tocante à instrução da tropa, notas de instrução sobre a Doutrina de Emprego do Grupamento Tático (GT) foram elaboradas e distribuídas, já que o aprendizado e a perfeita compreensão do emprego desse novo aspecto da doutrina militar foi uma preocupação constante do comando da FEB. Esta preocupação possibilitou a absorção de diversos ensinamentos a respeito da Divisão de Infantaria, que são: a DI é a “unidade de combate”; o general comandante da DI comanda as diferentes armas e serviços; o papel essencial do comandante da DI é o de combinar a ação das armas; a duração de uma DI no combate se mede pela sua infantaria; a combinação das armas consiste

essencialmente na montagem, de maneira contínua, de sistemas de fogos sucessivos infantaria-artilharia; a DI só é capaz de uma missão simples de cada vez, missão caracterizada por uma só direção de esforço, ao redor da qual gravitam os sistemas de fogos sucessivos.

Também foram incorporados diversos ensinamentos a respeito do Grupamento Tático, como: o GT compreende frações de todas as armas, seja antes da ação, seja em curso da mesma; o GT exige íntima cooperação de grupamentos mistos de infantaria-carros, podendo cumprir as missões de destacamento de segurança ou exploração na ofensiva, de contra-ataque na defensiva e de escalão de retraimento ou de retaguarda na retirada.

Com a proximidade do embarque, o comando da FEB expediu ordens no sentido de que fossem realizadas instruções de embarque e desembarque em transportes ferroviários e marítimos, no segundo caso, realizadas exaustivamente no Morro do Capistrano, em simulação adequada de costado de navio e rede de abordagem.

Um balanço da instrução da FEB no Brasil mostra que ela esbarrou em problemas de diversas ordens, os quais prejudicaram o seu rendimento substancialmente, citando-se: a falta do material norte-americano, que impossibilitou o adestramento da tropa a níveis razoáveis, tanto é que o treinamento de emprego do Grupamento Tático acabou ficando restrito a um único grande exercício no terreno; o pequeno número de instrutores, uma vez que não mais que trinta haviam estagiado nos EUA, e alguns poucos eram norte-americanos, que não falavam português; o empirismo e autodidatismo, decorrente da profusão de novas publicações a respeito da doutrina norte-americana e

das dificuldades do Estado-Maior do Exército em traduzir e divulgar manuais oficiais; a falta de centros de instrução adequados (o Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializada tinham de ser divididos com tropas não expedicionárias do Rio de Janeiro).

A instrução limitou-se principalmente à Ordem Unida, Educação Física (demonstrações de balalaika, ginástica rítmica com armas), marchas e instrução geral. Um dos pontos culminantes da preparação da FEB no Brasil foi um grande desfile realizado no Rio de Janeiro. Tão esperado pela população, mas foi realizado sem que a maioria da tropa pudesse portar o armamento e o equipamento que seriam usados no TO da Itália. Foi realizada uma demonstração de tiro da Artilharia Divisionária (AD), no Campo de Instrução de Gericinó, acompanhada pelo presidente Getúlio Vargas.

Em resumo, as palavras do próprio marechal Mascarenhas de Moraes, em seu livro *A FEB pelo seu comandante*, definiram muito bem a situação de instrução da FEB ao partir do Brasil para sua grandiosa missão:

Seus três primeiros escalões de embarque, integrantes da 1^a DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.³⁴

Diante da precariedade da instrução no Brasil, partir rumo ao TO, onde havia condições, recursos e facilidades não existentes no país, representou uma oportunidade para desenvolver a instrução da tropa. Desta forma, a FEB embarcou para a Itália em cinco escalões³⁵ sucessivos, de aproximadamente cinco mil homens cada, o primeiro em 2 de julho de 1944, comandado pelo Gen Mascarenhas,

e o último, em 8 de fevereiro de 1945, cujo efetivo, em sua maioria, era de elementos do Depósito de Pessoal. No primeiro escalão de embarque, que tinha por base o 6º RI, somente o general Mascarenhas conhecia o destino da FEB, constituindo-se uma surpresa geral o desembarque em Nápoles, na Itália.

Ao chegar à Itália, a FEB deparou com uma situação extremamente desfavorável por parte das Forças Aliadas (FA), as quais perderam enormes efetivos em função das necessidades das operações na França e na Grécia. Desta forma, naquele momento, as FA contavam com apenas 20 divisões enquadradas pelo XV Grupo de Exércitos (general *sir* Harold Alexander) contra 26 divisões alemãs e duas italianas, pertencentes ao Grupo de Exército do marechal alemão Albert Kesselring. O aparente equilíbrio de forças em termos de efetivos era rompido quando consideradas as vantagens que as forças do Eixo tiravam do terreno acidentado, extremamente favorável a suas operações defensivas. Tal situação iria empregar a FEB em largas frentes, em missões diversificadas, a despeito das dificuldades de sua preparação e de seu treinamento.

Durante o primeiro mês após o desembarque, o 1º escalão esteve em Bagnoli. Pouco se avançou no adestramento militar, novamente pelo atraso na entrega do material bélico. Por isso, visando manter a forma física, a disciplina e a coesão, apenas fizeram-se práticas desportivas, marchas, sessões de ordem unida e instrução geral.

Em 4 de agosto de 1944, já em Tarquínia, o 1º escalão foi incorporado ao V Ex NA, articulando-se da seguinte forma: Comando e escalão avançado do QG 1^a DIE, ao encargo do general Mascarenhas de Moraes; Tropa Especial e Grupamento Tático, ao encargo do general Zenóbio da Costa.

Com o recebimento do material bélico, a FEB pôde finalmente dar início à sua instrução na Itália, efetuando-se a montagem e a instrução de funcionamento dos novos armamentos individuais e coletivos e exercícios de tiro com armamento individual, coletivo etc.

Especial importância foi dada à formação e treinamento de motoristas,³⁶ criando-se uma escola de motoristas para esse fim, já que, devido à grande dificuldade imposta pelas más condições das estradas, aliada ao despreparo dos motoristas, grande percentagem de baixas na FEB foi ocasionada por acidentes com viaturas.

No que se refere à instrução de oficiais e graduados, foram realizados estágios na linha de frente, nas 34^a e 88^a DI norte-americanas e ainda, cursos para capitães e tenentes na Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão (Leadership and Battle Training School), Santa Ágata Dei Gotti, Caserta.

Um fato curioso a apontar é que os uniformes dos brasileiros tinham uma cor muito parecida com a dos uniformes alemães, o que causou alguns sustos e problemas quando os oficiais e graduados se apresentaram para seus estágios na linha de frente. Ressalte-se que, nesses estágios, todos se saíram muito bem, muitos recebendo elogios pelo desempenho.³⁷

O último exercício de combate antes da entrada da FEB em ação teve início a 10 de setembro de 1944, em VADA, com uma duração de 36 horas, constando de uma marcha de 36km e de um ataque coordenado do 6º RI com apoio de fogo do I/2º ROAR (com efetivo total aproximado de 4.000 homens). A arbitragem ficou a cargo de 270 oficiais NA.³⁸ Uma visão geral das observações feitas pela arbitragem conduz à seguinte síntese: muito boa a conduta e a tomada de decisões pelos diversos esca-

lões de comando; a conduta da tropa deixou a desejar no tocante à disciplina de luzes e ruídos.

Quando da preparação de sua subunidade para o Exercício em Vada, o então capitão Ernani Ayrosa da Silva foi severamente criticado pelo coronel Matheus (assessor norte-americano): “com este exercício, o senhor naturalmente irá para Hollywood fazer filmes, mas não irá para a guerra”. Capitão Ayrosa percebeu que todo o desencontro consistia na aplicação dos princípios da instrução militar francesa no ataque que os brasileiros estavam realizando; de acordo com a instrução francesa, identificando o inimigo, fazia-se uma neutralização com tiros de artilharia, metralhadoras e morteiros e, em seguida, partia-se para o ataque frontalmente. Pela filosofia americana, identificava-se o inimigo, realizava-se uma neutralização, em seguida a tropa atacava procurando desbordar, pela direita ou pela esquerda, furtando-se aos efeitos dos tiros inimigos e coroando o ataque, normalmente, com uma operação no flanco inimigo.

Decidiu o capitão que, no último ensaio, os morteiros e as metralhadoras que acompanhavam os fuzileiros no movimento de desbordamento teriam seus tiros regulados sobre os alvos e seriam deixados nas posições, camuflados pela vegetação. Uma sentinelas seria destacada para assegurar a manutenção das armas durante a noite. No dia seguinte, foi desencadeado o tiro real com as armas reguladas na jornada anterior, com resultados surpreendentes. Chamado pelo general Mark Clark, admirado pela eficácia do tiro dos brasileiros, este lhe disse que a capacidade dos brasileiros de se adaptarem ao material novo era fantástica e que esperava muito dos brasileiros dali para frente.

Capitão Ayrosa comenta em seu livro, *Memórias de um soldado*: “...o que poderia pare-

cer agora um engodo não muito ético foi, na ocasião, um valioso elemento de elevação da vontade de luta dos nossos homens”.

Com a chegada do grosso da FEB à Itália, o Depósito de Pessoal e Material em Staffoli foi transformado em Centro de Instrução e Recompletamento, comandado pelo coronel Mário Travassos, com instrutores formados em centros de instrução americanos, que se especializaram na instrução de minas, de transmissões, de esquiadores, de cozinheiros, e de outras especialidades.

O desenrolar das operações traria novos ensinamentos, e a Diretiva Geral Nº 8 do Comandante da FEB previa para a instrução tática, entre outras medidas: a intensificação do treinamento de patrulhas; a manutenção no tempo e espaço da ligação da infantaria com a artilharia; a conduta da tropa no

objetivo conquistado, prevendo sempre o contra-ataque do inimigo (visando à repetição da técnica germânica de pretender recuperar uma posição, mediante o emprego de contra-ataque por tropas decididas e adestradas); a focalização dos principais ensinamentos extraídos dos malogrados ataques a Monte Castelo.

Mesmo com o adiantar da instrução, o Depósito de Pessoal da FEB, na 2^a semana de dezembro de 1944, somente pôde fornecer à 1^a DIE, no prazo de uma quinzena, 750 combatentes, mesmo assim em sofríveis condições.

A FEB cumpriu muito bem com suas missões e recebeu os mais efusivos elogios dos norte-americanos, citando-a como exemplo a ser seguido e recebeu do povo italiano o título de “Libertadores” enaltecidos e cultuados até os dias de hoje. ☺

Referências

BIOSCA, Fernando Lavaquiel. **A Intendência no TO da Itália**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Volumes 155 e 156. 1949.

BONALUME, Ricardo Neto. **A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945)**. Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995.

BOUCSEIN, Heinrich. **Bombardeiros, Caças e Guerrilheiros**; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

BRAYNER, Mal Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália**, Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803.

CAMPOS, Aguinaldo Senna. **Com a FEB na Itália – E4 da FEB**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960.

CRITTENBERGER, de Willis D. **Campanha ao Noroeste da Itália – Cmt do IV Corpo de Exército**; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

MEMÓRIAS do Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Prefácio do Gen Meira Mattos, Coleção Documentos Brasileiros, Volume II, Biblioteca do Exército em coedição com a Livraria José

Olímpio Editora, 1969.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005.

PAES, Gen Walter de Menezes . **Lenda Azul – Atuação do 3º Batalhão do Regimento Sampaio na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

RAMOS, José de Oliveira. **A Epopéia dos Apeninos** – Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947.

REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 – Edição Especial em português e italiano – 70 Anos da FEB. BIBLIEEx.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

- ¹ Artigo compilado pelo autor, de outros trabalhos apresentados pela revista A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, no livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, e A FEB pelo seu Comandante, de João Baptista Mascarenhas de Moraes.
- ² Do livro A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Depoimento germânico oportuno. 531 a 535p.
- ³ Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939, estabeleceu as Regras de Neutralidade, cujo extrato está no livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 35 e 36p.
- ⁴ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 45p.
- ⁵ Do livro A FEB pelo seu Comandante, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 24p.
- ⁶ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 47p.
- ⁷ Do livro O Brasil na II Grande Guerra; de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Sessão de encerramento da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas - 48p.
- ⁸ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 52p.
- ⁹ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Os oito comandantes são: Cmt do Cabedelo, Pedro Veloso da Silveira; Cmt do Cairú, José Moreira Pequeno; Cmt do Piave, Renato Ferreira da Silva; Cmt do Araraquara, Lauro Augusto Teixeira de Freitas; Cmt do Osório, Almiro Galdino de Carvalho; Cmt do Antonico, Américo de Moura Neves; Cmt do Tutóia, Acácio de Araújo Faria; e Cmt do Bajé, Arthur Monteiro Guimarães. 54/55p.
- ¹⁰ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Declaração do Estado de Guerra em todo o território Nacional de acordo com os artigos 74, letra K e 171 da Constituição Federal do Brasil. 61 e 62p.
- ¹¹ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Mobilização Geral. 62p.
- ¹² Do livro Ricardo Bonalume Neto A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945). Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995. 34 e 35p.
- ¹³ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca

- do Exército. 1960. ZI – Zona do Interior e ZG – Zona de Guerra. 105p.
- ¹⁴ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Plano de Defesa do Teatro de Operações. 107p.
- ¹⁵ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Defesa do Nordeste Brasileiro - Esboço nº4. 112 a 114p.
- ¹⁶ O qual emprestou seu nome ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), atual gráfica do Exército.
- ¹⁷ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 73p.
- ¹⁸ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 74p.
- ¹⁹ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial – português e italiano – 70 Anos da FEB. BIBLIE. Soldados da Borracha 11 a 17p.
- ²⁰ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do Ministério da Aeronáutica. 78p.
- ²¹ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIE. 8 a 10p.
- ²² Aviões Catalina usados contra os submarinos alemães e italianos que atuavam no litoral brasileiro.
- ²³ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do 1º Grupo de Caça. 79p.
- ²⁴ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIE. 51p.
- ²⁵ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIE. Trampolim da Vitória 21p.
- ²⁶ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIE. Figura Nº 2 da página 10.
- ²⁷ Do livro *Com a FEB na Itália – E4 da FEB*, Aguinaldo Senna Campos. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970. 24 a 29p.
- ²⁸ Do livro *A Epopéia dos Apeninos*, José de Oliveira Ramos. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947.134 a 156p.
- ²⁹ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Organização da FEB. P 126 a 134.
- ³⁰ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 33p.
- ³¹ Do livro *A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Instrução da tropa. 47 e 54p.
- ³² Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Instrução da tropa. 146 a 150p.
- ³³ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Doutrina Militar Francesa. 147p.
- ³⁴ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.
- ³⁵ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Escalões da FEB. 167 a 169p.
- ³⁶ Do livro *A Epopéia dos Apeninos*, José de Oliveira Ramos.- Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947. 129p.
- ³⁷ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes.. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 54p.
- ³⁸ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes.. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.

Seguro Auto

*Tranquilidade onde
você estiver*

Várias coberturas, com ótimos
preços e diversas formas de
pagamento

Para militares, pensionistas e
servidores civis das Forças Armadas;
poupadores POUPEX; e familiares
desses públicos



0800 61 3040
www.fhe.org.br

PROSEG
Administradora e Corretora de Seguros

FHE FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

Sujeito a alteração sem aviso prévio
Consulte as normas e condições vigentes



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

